DIALÓGICA

EDITORA intersaberes

História e historiografia medieval oriental

Elaine Cristina Senko Leme

Sumário

15 *Prefácio*

17 *Apresentação*

21 *Organização didático-pedagógica*

Capítulo 1

25 **Estudo do mundo bizantino (séculos V a X)**

(1.1)

27 O surgimento do Império Bizantino

(1.2)

37 A cultura em Constantinopla

(1.3)

39 A querela iconoclasta

(1.4)

42 Os séculos IX e X em Constantinopla

(1.5)

44 Constantino VII Porfirogênito e o avanço da erudição

Capítulo 2
53 **Dos Comnenos ao colapso do Império Bizantino**

(2.1)
55 Os Comnenos chegam ao poder

(2.2)
61 Aleixo I Comneno

(2.3)
64 O Império Bizantino após Aleixo I Comneno

(2.4)
67 A Dinastia dos Paleólogos e a resistência bizantina

(2.5)
69 Sintomas da crise no Império Bizantino

Capítulo 3
83 **Introdução ao mundo árabe: formação e expansão do Islã**

(3.1)
85 Mundo árabe pré-islâmico

(3.2)
86 O profeta Maomé (séculos VI e VII)

(3.3)
88 O islamismo

(3.4)
90 Política no Islã

(3.5)
98 A aurora alcançou Šahrazad

Capítulo 4

107 **Auge, divisões e enfraquecimento do mundo islâmico**

(4.1)

109 Um novo panorama em surgimento

(4.2)

111 Saber e poder no Islã

(4.3)

115 Avanço dos inimigos

(4.4)

117 Dinastia dos Almorávidas

(4.5)

119 Dinastia dos Almôadas

(4.6)

122 Alhambra, última resistência de Al-Aldaluz

Capítulo 5

133 **Relações econômicas, culturais e políticas entre o Império Bizantino, o mundo islâmico e o Ocidente cristão**

(5.1)

135 Civilizações em contato via Mediterrâneo

(5.2)

136 Prelúdio das Cruzadas e as Conquistas

(5.3)

137 As primeiras Cruzadas

(5.4)
148 Mudanças no espírito cruzadístico e derrocada final

(5.5)
156 Transladação dos estudos medievais

Capítulo 6
177 **Obras e autores da historiografia do Oriente Medieval**

(6.1)
179 Historiografia bizantina

(6.2)
185 Historiografia islâmica

(6.3)
190 Historiografia plural: o contato entre bizantinos, islâmicos e cristãos

(6.4)
197 Historiografia do Oriente Medieval em sala de aula

209 *Considerações finais*
211 *Glossário*
215 *Referências*
223 *Bibliografia comentada*
225 *Respostas*
233 *Anexos*
235 *Sobre a autora*

Prefácio

O estudo da história pode ser considerado um exercício fundamental – e praticamente obrigatório – para todos aqueles que desejam compreender, de modo crítico, o mundo no qual vivemos.

De fato, no passado, encontramos diferentes origens e trajetórias das culturas, das sociedades e dos países da atualidade. Com base nesse conhecimento, alimentamos, dentro de nós, uma consciência histórica, capaz, quando bem-orientada, de evitar falsos juízos. Combatemos, assim, intolerâncias e preconceitos por vezes tão enraizados no imaginário coletivo.

Este livro, escrito pela historiadora Drª. Elaine Cristina Senko Leme, com foco no período medieval, contribui exatamente nesse sentido, iluminando nossas percepções a respeito de povos do passado que, de modo crescente, por diferentes caminhos, estão se demonstrando decisivos na geopolítica atual – a começar pelo estudo do Império Bizantino, herdeiro da tradição romana, que se prolongou até o ano de 1453 e cujo legado, nos dias atuais, está difundido principalmente nos territórios do Leste Europeu e da Rússia.

Na sequência, há a história do islamismo, religião que, surgida na Península Arábica no século VII, demonstrou, ao longo da Idade Média, grandes realizações. Na atualidade, o Islã se concentra

especialmente no Oriente Médio, mas está ganhando cada vez mais adeptos ao redor do mundo, inclusive no Ocidente. A autora não apenas apresenta os elementos essenciais ao desenvolvimento histórico de ambas as civilizações, com todas as suas características e especificidades, mas também, exercendo sua função de especialista, constrói importantes reflexões ao debater a historiografia e estimular nossa percepção para o diálogo entre as culturas. Trabalhando especialmente com o Oriente, o presente livro não deixa de realizar conexões com o Ocidente e, por esse exato motivo, por se demonstrar dinâmico, ganha em qualidade se comparado com os demais estudos brasileiros sobre o tema.

Deixo aqui, portanto, meu convite à leitura desta obra, fundamental para o cenário acadêmico nacional.

Prof. Dr. André Luiz Leme
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)

Apresentação

O estudo do Oriente Medieval (séculos VI ao XV) é tópico essencial para a análise da história e contribui para uma formação plural e diversificada. Nesse sentido, nesta obra, pretendemos desenvolver uma ampla investigação sobre as principais sociedades do Oriente Medieval, ou seja, sobre os universos bizantino e islâmico, bem como sobre suas relações com os cristãos latinos. Consequentemente, procuramos nos afastar de uma visão eurocêntrica e unilateral, renovando a escrita da historiografia.

Conhecer o passado medieval do Oriente é evitar generalizações e anacronismos – devidos a incompreensões culturais – com os acontecimentos atuais que ocorrem naquela região. Por isso, cabe destacar que esta obra trata, especificamente, do Oriente durante a Idade Média, e não dos conflitos geopolíticos contemporâneos.

Por meio deste estudo, propomos estimular a criatividade reflexiva, promovendo o desenvolvimento pessoal e profissional dos leitores interessados no assunto, especialmente em sua relação com outras culturas e outros pensamentos. Por isso, devemos ter ciência dos patrimônios históricos da humanidade e pensar criticamente sobre a relação entre o passado e o presente, evitando anacronismos e estimulando a pesquisa e a inovação na área da história.

A compreensão do Oriente Medieval em suas diversas manifestações políticas e culturais ao longo dos tempos é uma tarefa de identificação das especificidades daquele universo, rico em produções e cujos processos históricos abrangem também o Ocidente da época. Para tanto, desenvolvemos os assuntos com o objetivo de contemplar a história do Islã e do Império Bizantino, apresentando dados para o entendimento do contexto histórico e das aproximações e dos distanciamentos entre o Oriente e o Ocidente. Além disso, aprofundamos o estudo histórico sobre os universos islâmico e bizantino, situando as trocas culturais com relação aos cristãos, e analisamos a historiografia sobre o Oriente Medieval e principais discussões travadas nessa área. Você, leitor, poderá ampliar sua visão histórica sobre a importante posição do Oriente entre os séculos VI e XV.

Em busca de nosso objetivo, inicialmente, nos Capítulos 1 e 2, estudamos os bizantinos, com sua cultura de tradição helênica refinada e política de ascendência romana. Constituindo um império, os bizantinos buscaram se prevalecer também sob o ponto de vista religioso, com a organização da sociedade em torno do *basileus* e do patriarca. Assim, traçamos a trajetória bizantina ao longo dos séculos, sua ascensão, seu auge, sua desestruturação e seu espraiamento.

Na sequência do livro, nos Capítulos 3 e 4, adentramos no Oriente islâmico, iniciando nossos estudos com o profeta Muhammad ou, como o chamamos em língua portuguesa, *Maomé*. Abordamos as épocas dos *rashiduns*, dos califas e dos sultões e situamos os momentos da expansão islâmica – que ultrapassou as fronteiras do Império Romano –, da conquista política por meio da história de Al-Andaluz e, por fim, do silenciamento no final do Medievo, ou seja, do período no qual ocorreu o fim da promoção cultural árabe por conta da proibição da imprensa.

Depois, no Capítulo 5, tratamos de alguns dos aspectos das relações econômicas, culturais e políticas entre os bizantinos, os islâmicos e os cristãos no movimento das Cruzadas e na transladação dos saberes ocorrida na época. Por fim, no Capítulo 6, apresentamos um panorama sobre as discussões historiográficas acerca do Oriente Medieval, atualizando os assuntos mais investigados e indicando dados das pesquisas mais recentes realizadas no Brasil e na Espanha.

Recebam todos nossos votos de boa leitura!

Organização didático-pedagógica

Esta seção tem a finalidade de apresentar os recursos de aprendizagem utilizados no decorrer da obra, de modo a evidenciar os aspectos didático-pedagógicos que nortearam o planejamento do material e como o leitor pode tirar o melhor proveito dos conteúdos abordados.

Introdução do capítulo

Logo na abertura do capítulo, você é informado a respeito dos conteúdos que nele serão tratados, bem como dos objetivos que a autora pretende alcançar.

Síntese

Você conta, nesta seção, com um recurso que o instigará a fazer uma reflexão sobre os conteúdos estudados, de modo a contribuir para que as conclusões a que você chegou sejam reafirmadas ou redefinidas.

Indicações culturais

Nesta seção, a autora oferece algumas indicações de produções que podem ajudá-lo a refletir sobre os conteúdos estudados e permitir o aprofundamento em seu processo de aprendizagem.

Atividades de autoavaliação

Com estas questões objetivas, você tem a oportunidade de verificar o grau de assimilação dos conceitos examinados, motivando-se a progredir em seus estudos e a se preparar para outras atividades avaliativas.

Atividades de aprendizagem

Aqui você dispõe de questões cujo objetivo é levá-lo a analisar criticamente determinado assunto e aproximar conhecimentos teóricos e práticos.

Bibliografia comentada

Nesta seção, você encontra comentários acerca de algumas obras de referência para o estudo dos temas examinados.

Capítulo 1

Estudo do mundo bizantino (séculos V a X)

Para dar início aos nossos estudos sobre o mundo bizantino, acompanharemos o surgimento desse império com base no processo de transição entre a Antiguidade e o Medievo. Nossa investigação contempla, em primeiro lugar, o importante papel desempenhado por Justiniano na organização do Império Bizantino, em razão de sua política de renovação imperial. Essa estruturação, aliás, promoveu a identidade cultural bizantina, sempre em estreita relação com a religião cristã. Neste capítulo, seguiremos até o século X, contemplando a Dinastia Porfirogênita.

(1.1)
O surgimento do Império Bizantino

Inicialmente, é importante refletirmos sobre a seguinte questão: Por que devemos estudar sobre o Oriente Medieval?

Antes de tudo, porque isso contribui para nossa formação plural, diversificando a visão de mundo a respeito do passado e do presente. Aos interessados no estudo do Medievo, surgem, com esse estudo, novas perspectivas para a compreensão do mundo mediterrânico durante a desestruturação do Império Romano.

Voltemos um pouco no tempo, para os séculos III e IV, de modo a compreender as circunstâncias que deram origem aos processos de surgimento e de fortalecimento do Império Bizantino.

O Ocidente europeu, desde o século III, já passava por sérias dificuldades relacionadas à gestão administrativa. Conflitos civis, usurpações e problemas com a mão de obra escassa eram elementos sintomáticos do esgotamento da sociedade romana desde esse período. Não é por menos que o Imperador Constantino, governando sozinho entre os anos de 313 e 337, teve a iniciativa de mudar a capital do Império de Roma para Bizâncio; na ocasião, essa cidade

foi renomeada para Constantinopla, "cidade de Constantino", em 330. Pouco tempo depois, em 395, o Imperador Teodósio dividiu o Império Romano em duas partes: o **Império Romano do Oriente**, com sede em Constantinopla, e o **Império Romano do Ocidente**, que teve três capitais na sequência: Ravena, Milão e, depois, novamente, Roma. Além disso, Teodósio tornou o cristianismo a religião oficial do Império, sinalizando não apenas o crescimento dessa crença mas também seu possível uso como elemento ideológico de apoio ao poder central.

Apesar dessa reforma, a tendência centrífuga do Ocidente europeu continuou acelerada pelas chamadas *imigrações germânicas*. Esses povos, tidos como "bárbaros", segundo os pensamentos grego e romano, estabeleceram-se nos territórios do império ora de modo pacífico, ora de modo violento. O ano de 476 é considerado o marco referencial para o fim do Império Romano do Ocidente, momento em que Odoacro, rei da tribo germânica dos Hérulos, depôs o último imperador romano, Rômulo Augusto – nome, aliás, que coincide com o de um dos lendários fundadores da cidade de Roma. O destino do Ocidente, então, passou a caminhar para a descentralização política e o declínio comercial e urbano, muito diferente daquele observado na parte oriental do antigo império, o futuro Império Bizantino.

A capital do Império Bizantino, Constantinopla, estava localizada entre a Europa e a Ásia. E a que se deve tamanha fama que a cidade tinha em sua época?

Constantinopla atraía pessoas de todos os lugares do mundo, dos mais próximos até os mais longínquos, e por isso aguçava o desejo de conquista de cavaleiros e poderosos. Vale a pena destacar a presença

de inúmeras igrejas na área da cidade e também o hipódromo[1], que abrigava 40.000 visitantes. Nesse local, ocorria o debate político entre dois grupos rivais bizantinos, os chamados *azuis* (os ortodoxos) e os *verdes* (os monofisitas). Testemunha da grandeza e da importância da cidade, há o seguinte relato, escrito por Procópio de Cesareia (500-565), em sua obra *De ædificiis*:

> *Visto que o imperador [Justiniano] mantém aqui [em Constantinopla] a sua residência, resulta da grandeza do Império que uma multidão de homens das mais variadas condições chegam [sic] à cidade, vindos de todas as partes do mundo. Cada um deles é levado a vir ou por alguma necessidade de negócios ou por qualquer esperança ou por acaso; e muitos na verdade vêm por [sic] os seus negócios não se encontrarem em feliz situação na terra natal a fim de fazerem uma petição ao imperador; e todos estes passam a residir na cidade por qualquer obrigação urgente, iminente ou ameaçadora. A juntar às outras dificuldades estas pessoas têm também necessidade de alojamentos, sendo incapazes de pagar o aluguel de qualquer residência aqui. Esta dificuldade foi-lhes totalmente resolvida pelo imperador Justiniano e pela imperatriz Teodora. Muito perto do mar, no local chamado Estádio (porque em tempos antigos, suponho, se destinava a jogos de qualquer espécie), construíram uma muito grande hospedaria destinada a servir de alojamento temporário àqueles que assim se encontrassem embaraçados.* (Procópio de Cesareia, citado por Pedrero-Sánchez, 2000, p. 47)

1 O hipódromo *era a arena onde aconteciam as corridas de cavalos ou de bigas. O mais importante hipódromo foi o do Império Bizantino, durante a Antiguidade tardia e o Medievo. Sua construção foi requisitada pelo Imperador Septímio Severo no início do século III e finalizada por Constantino em 330.*

Esse trecho sinaliza alguns aspectos importantes sobre Constantinopla: a cidade era a residência imperial e recebia a imigração de vários povos; comerciantes passavam pela cidade, alguns com situações urgentes, iminentes ou ameaçadoras. Para os casos mais graves, era necessário residir um período na cidade, por isso a preocupação do autor com a receptividade dessas pessoas. Contudo, Procópio explica que o Imperador Justiniano (483-565), que governou de 527 a 565, e a Imperatriz Teodora (500-548) resolveram o problema transformando um local chamado de *estádio* (que o autor pensava ter sido, no passado, um local para a realização de jogos) em um grande alojamento. Tudo isso reflete a opinião de que Constantinopla, por sua magnificência, deveria sempre abrigar, proteger e controlar as pessoas de diferentes culturas que por lá transitavam.

Justiniano foi personagem central na história do surgimento do Império Bizantino. Sua nomeação ao cargo de cônsul – e posterior adoção política – foi realizada por seu tio Justino, pouco antes de se tornar o imperador, em 527. O Imperador Justiniano, apesar de uma origem modesta, tinha ótima educação e era defensor da ortodoxia, ou seja dos princípios da religião cristã bizantina. Prova disso é que, em 529, ordenou o fechamento da Academia Platônica de Atenas. Contudo, as ideias platônicas e neoplatônicas continuaram se desenvolvendo com eruditos bizantinos. Justiniano, em sua época de governo, ainda perseguiu todos aqueles que eram considerados pagãos e, principalmente, os monofisistas[2].

2 *O monofisismo negava que Jesus Cristo tinha duas naturezas: a divina e a humana. Já o arianismo indicava que Jesus Cristo era filho de Deus, e não o próprio Deus.*

A perseguição, portanto, foi instigadora de novos ideais conciliatórios entre o paganismo e o cristianismo, auxiliando Justiniano em seu projeto de fortalecimento político (Vryonis, 1967). Além disso, "No caso do Império Bizantino, tal fator sem dúvida era a religião, que fornecia a fundamentação do poder imperial, a motivação básica e a justificativa da política exterior, os temas e o significado da produção cultural" (Franco Júnior; Andrade Filho, 1985, p. 12). Essa associação do poder político com o religioso se tornou uma das grandes contribuições de Justiniano na busca de centralização política e organização da sociedade.

Essa iniciativa refletiu-se também em investimentos nas construções religiosas, destacando-se especialmente a Igreja de Santa Sofia. O imperador bizantino (ou *basileus*, com o sentido de *imperator autokrator* ou *augustus*) lá se encontrava e compartilhava com o patriarca a função de liderança da chamada *cristandade no Oriente*[3] (Kazhdan, 1991a). Dessa forma, a Igreja de Santa Sofia, considerada o símbolo de Constantinopla, era o centro político e religioso do Império Bizantino.

3 *Somente em 1054 ocorreu o Grande Cisma, que resultou na ruptura da Igreja em Igreja Católica Apostólica Romana e Igreja Ortodoxa. O patriarca ocupava o posto mais alto designado aos bispos na hierarquia da Igreja Ortodoxa para manter a fé cristã; entretanto, diferentemente do papa no Ocidente, que é a autoridade máxima da Igreja Católica, o patriarca dividia as responsabilidades políticas e religiosas com o imperador bizantino.*

Figura 1.1 – Igreja de Santa Sofia

Mehmet Cetin/Shutterstock

A liderança de Justiniano definiu o que hoje nós conhecemos como *Império Bizantino* (Louth, 2008). Justiniano, em seu projeto político: a) conquistou domínios desde as fronteiras persas até territórios hoje europeus; b) liderou a organização do *Corpus Iuris Civilis* (Corpo de Direito Civil), base do direito; c) impulsionou a construção da Igreja de Santa Sofia (Figura 1.1); e d) manteve os germanos longe da área vital e política das cidades bizantinas (Stolte, 2009). Ou seja, o imperador estava colocando em prática um fortalecimento

político bizantino, e isso moldou um conceito historiográfico que hoje chamamos *renovação imperial*[4].

A política de Justiniano tinha como objetivo unificar e expandir o mundo bizantino para além do Oriente e conquistar terras no Ocidente. Ele teve sucesso com o controle comercial do Mar Mediterrâneo, englobando entrepostos importantes, como os da Península Itálica, da Península Ibérica e do norte da África. De acordo com o estudioso do assunto Colin Wells (2011, p. 38), "Justiniano, por sua vez, determinado a reconquistar o território perdido, empreendeu, em meados do século VI, uma cruel e debilitante reconquista da Itália e de outras partes do Império do Ocidente. Concluída a longa guerra, construiu São Vital para celebrar sua vitória".

Presenciamos, com Justiniano, o período de gestação do Império Bizantino, com a unificação política e religiosa da cristandade no Oriente, ao lado de uma certeira reestruturação política, jurídica e econômica, não deixando de lado o poder da tradição local de origem romana. A **universalidade cristã** era o objetivo de Justiniano ao conseguir expandir o Império Bizantino até o Ocidente (Sarris, 2006).

Como podemos explicar o sucesso da expansão militar de Justiniano? A pouca estabilidade dos reinos germânicos que se formaram após a desestruturação política do Império Romano do Ocidente

4 *"A ideia de* ***renovação*** *da autoridade imperial sempre esteve presente na tradição político-ideológica greco-romana. Desde o século III, a* ***renovação imperial*** *servia como base para diversas reelaborações administrativas, jurídicas, políticas, militares e urbanísticas com a notória intenção de estabelecer uma nova era imperial que se destacaria das anteriores, conforme a mensagem ideológica proferida pela propaganda oficial. Em todos os sentidos se tratava dum novo período marcado por um imperador melhor que seus antecessores. Certamente que Flávio Petro Sabácio Justiniano pode ser considerado, desde uma perspectiva historiográfica, como o último proponente desta perspectiva imperial na Antiguidade Tardia" (Frighetto, 2012, p. 155-156, grifo do original).*

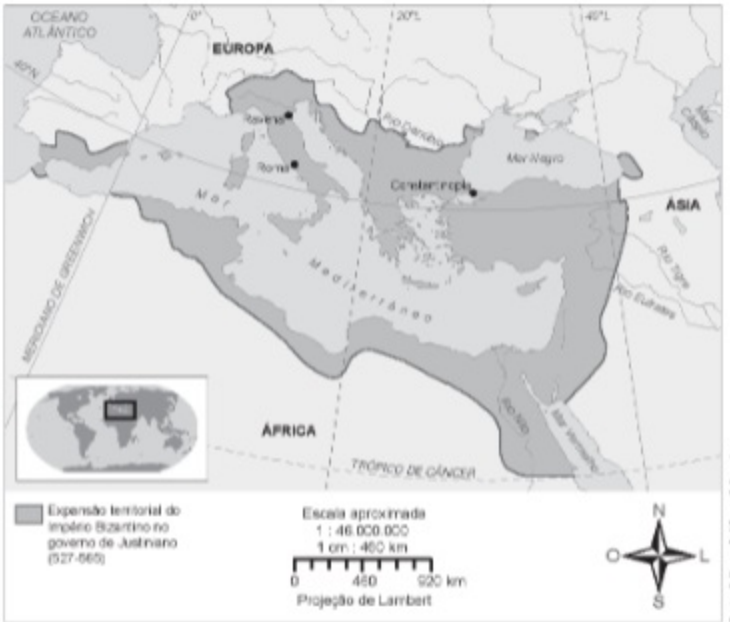
(entre eles, citamos francos, vândalos, ostrogodos, visigodos, lombardos e anglo-saxões) – os quais estavam distribuídos nos rios Reno e Danúbio e na Península Ibérica, bem como ao longo dos mares Báltico e do Norte – contribuiu para que, no século VI, os bizantinos conquistassem territórios não apenas em solo oriental mas também em direção ao oeste. Mas o que ocorria no Oriente? Os persas sassânidas, com uma política de reformas internas, naquele momento, não estavam tão interessados em alargar suas fronteiras, contribuindo para que os bizantinos focassem mais em suas conquistas em direção ao Ocidente europeu e também ao norte da África, nas guerras contra os berberes. Vale destacar que a existência de uma diplomacia intensa entre os dois impérios, o Sassânida[5] e o Bizantino, reforçava uma política mais apaziguadora, mas que não impedia a intensa preocupação bizantina com os guerreiros eslavos do Leste Europeu (Runciman, 1977).

No entanto, nada tirava a atenção do imperador Justiniano em relação à unificação do império sob o cristianismo. Nesse caminho, ocorreram as conquistas da campanha na Península Itálica, fortalecendo a presença bizantina no Ocidente. O plano de Justiniano parecia estar dando certo, mas existiam alguns empecilhos: o papado, resguardado no norte da Península Itálica, se fortalecia contra a ofensiva bizantina, lutando contra o Mediterrâneo dominado pelos bizantinos; e os eslavos faziam cada vez mais incursões violentas, desde os Bálcãs, em direção aos territórios bizantinos. As tentativas

5 *O Império Sassânida (224-651) abrangia a Pérsia (região iraniana) e mantinha postos comerciais e militares na Índia e na China. Os persas sassânidas eram zoroastristas e foram islamizados apenas em meados do século VII. Seus principais rivais antes da islamização eram os romanos, os árabes e os hunos e, depois, os bizantinos. Após a conquista islâmica e a indexação do Império Sassânida ao Califado, a família real persa se refugiou na Índia e na China, sendo substituída por lideranças árabes.*

de renovação e de resgate de um certo passado de grandeza romana levaram, no início, a vitórias e conquistas de expansão externa importantes para o governo bizantino, mas, aos poucos, a forte tributação que atingia a população fez crescer o descontentamento interno.

Mapa 1.1 – Expansão territorial do Império Bizantino no governo de Justiniano (de 527 a 565)



De fato, todo esse controle em prol da unificação não significava que a população bizantina concordasse ou soubesse exatamente as intenções do imperador. Nesse clima, a insatisfação contra a severa política fiscal de Justiniano resultou na Revolta de Nika, em 532, na qual o partido dos verdes e o partido dos azuis entraram em

conflito, insurgindo os populares (Evans, 2005). Colocando-se acima de ambos os partidos, o imperador sufocou violentamente a rebelião, demonstrando, assim, a força de seu poder centralizador, do domínio administrativo e do apoio do exército. O poder militar era essencial para a estabilidade e a unificação do império; por isso, era necessário sempre um número grande de homens bem-treinados, fossem locais, fossem mercenários pagos.

Colaborando para a centralização política de Justiniano, ocorreu uma das inovações fundamentais do período, a organização do *Corpus Iuris Civilis*[6]. O início desse documento mostra leis desde a época do imperador romano Adriano e, na sequência, leis indicadas pelos jurisprudentes que trabalhavam para Justiniano. A organização do *Corpus* e a divulgação deste na corte bizantina e, posteriormente, nas cortes do Ocidente medieval, transformaram o modo como os reis e os nobres lidavam com as leis. Esse fato é de extrema importância, pois o nascimento das primeiras universidades esteve ligado ao estudo do direito, por meio das leis civis ou das leis canônicas. Assim, a inovação da mentalidade jurídica proporcionada por Justiniano com o *Corpus* afetou não apenas seu próprio contexto, mas foi além, sendo um dos primeiros estudos nas futuras universidades medievais.

6 *Vale a pena citar a importância do* Corpus Iuris Civilis *para o direito no Brasil, tendo em vista a imposição desse documento como modelo universal a ser seguido, e não consuetudinário e pessoal, colaborando para uma maior segurança jurídica.*

(1.2)
A cultura em Constantinopla

Embora a sociedade bizantina se preocupasse com a religiosidade, a cultura clássica greco-romana não deixou de ser estudada. Esse é um dos eixos de análise da bizantinística.

Dos romanos, como foi dito, havia o estudo das leis, do direito; dos gregos, a história (com as leituras de Heródoto e Tucídides) e o acesso aos manuscritos da filosofia (de Platão, Aristóteles, Plotino e Proclo) e da literatura (de Homero, Ésquilo e Sófocles).

Como reitera Michael Angold (2002, p. 36), Justiniano representou a força transformadora do Império Bizantino em seus âmbitos político e cultural:

> *A força de caráter de Justiniano é evidente pela maneira como enfrentou as crises do período médio de seu reinado e as superou em grande parte. Um símbolo disso foi sua reação ao colapso da cúpula de Sta. Sofia em 558: mandou reconstruí-la, e a igreja foi reconsagrada quatro anos depois. As realizações da primeira parte de seu reinado foram postas à prova, mas mostraram-se basicamente acertadas. O esforço para preservá-las apenas expôs com mais clareza seu verdadeiro sentido e caráter radical. A ênfase foi dada ao cristianismo. Justiniano dedicou uma imensa parte de seu tempo a problemas de teologia, na esperança de levar paz à Igreja. Percorreu um longo caminho para abrandar os monofisistas, condenando os teólogos ortodoxos que pareciam dar excessiva ênfase à humanidade de Cristo. Isso não era do agrado do papado. Quando, em 553, Justiniano convocou um Concílio Geral em Constantinopla, coagiu o papa da época a aceitar a fórmula de que Cristo poderia ser homem perfeito e Deus perfeito, "distintos, mas inseparáveis", porém, no nível mais íntimo do ser, era um só. Sob a orientação de Justiniano, Constantinopla desenvolveu*

sua própria teologia distintiva, que ao longo dos três séculos seguintes seria mais criativa do que a de Alexandria ou a de Roma.

Depois do governo de Justiniano, os sistemas político e fiscal e a proteção das fronteiras com os eslavos (na parte ocidental do Mar Negro) e os sassânidas (nas fronteiras da antiga Pérsia) sofreram alterações. Os eslavos, que haviam criado estados independentes sob a égide bizantina no século VII, avançaram contra os imperadores. A militarização em detrimento da cultura se tornou o foco dos governantes bizantinos, diminuindo o ritmo do trabalho com os textos antigos. Não obstante, a ortodoxia grega dos bizantinos dominava os invasores eslavos por meio da cultura e da língua oficial do império, o grego. Essa herança política continuou prevalecendo nos governos subsequentes, a exemplo daquele, bem posterior, do Imperador Heráclio (575-641)[7].

Nesse mesmo governo, ocorreu o embate contra os persas sassânidas; vitorioso, Heráclio se fortaleceu: "A pedra angular da restauração de Heráclio após a vitória sobre os sassânidas foi sua política religiosa. A religião sempre foi o meio mais eficaz de ligar as províncias à capital" (Angold, 2002, p. 49). Outra ação importante para a política de Heráclio foi a criação de um sistema de defesa eficaz para Constantinopla, os *themas*: "Acredita-se haver proporcionado um sistema de defesa local que salvou a Anatólia dos muçulmanos e acabou permitindo a recuperação dos Bálcãs das tribos eslavas que ali se haviam estabelecido" (Angold, 2002, p. 57)[8]. Já no século VIII,

7 *Heráclio foi imperador bizantino de 610 até 641 e obteve uma primeira vitória sobre os persas, mas sofreu uma reviravolta quando houve a expansão dos islâmicos.*

8 *Os califas* rashiduns *lideravam a comunidade muçulmana nesse momento.*

o avanço do poder islâmico freou as tentativas de expansão bizantina e tornou o Califado Omíada[9] seu principal rival político.

A cultura bizantina transparecia não apenas nos estudos clássicos, mas de forma propedêutica para a população, com as representações artísticas. Dessa forma, os imperadores buscavam, por meio das imagens, a propaganda de si e, consequentemente, de seu governo. A arte bizantina tinha uma conexão direta com o metafísico em busca de uma verdade divina.

Da época de Justiniano, merecem destaque os mosaicos bizantinos coloridos em mármore em que a cor dourada dava atenção às imagens dos imperadores e às personagens sacras (Figura A, seção "Anexos"), muitas vezes as associando. Exemplo disso são os mosaicos presentes na Igreja de São Vital, em Ravena, na Itália. Justiniano é representado em procissão, tornando-se um ser divino na terra no governo do Império Bizantino.

(1.3)
A QUERELA ICONOCLASTA

Entre o final do século VI até meados do século IX (de 726 a 843), o Império Bizantino sofreu com a chamada *crise iconoclasta*. E como isso ocorreu? Como império cristão, os bizantinos aceitavam as imagens religiosas, bem como os ícones retratando os santos, Jesus e Maria. A crítica ao uso das imagens cresceu por parte daqueles que acusavam os cristãos de praticar somente a idolatria; crítica, aliás, respaldada pelo Velho Testamento e também por influência do debate sobre o assunto entre não cristãos, como os muçulmanos (Haldon; Brubaker, 2001). Esse tema atingiu seu ponto crítico com o imperador bizantino

9 *Primeira dinastia que fundou um califado próprio.*

Constantino V (718-775). Desde a tomada de Ravena na Península Itálica pelo papado, aliado dos francos, a luta contra os bizantinos tomou fôlego e força no Ocidente Medieval. Vale lembrar que Ravena estava sob domínio bizantino desde o século IV. O resultado dessa época de embate foi a criação dos Estados Pontifícios no centro da Itália, pela inventiva *Doação de Constantino*[10]. Constantino V ainda tentou uma aliança diplomática com os francos, mas não obteve sucesso. Além disso, esse imperador apoiava a causa iconoclasta, pensamento contrário à posição do papa e do patriarca. Somente com a imperatriz bizantina Irene (752-803), a iconoclastia foi interrompida, surgindo dois partidos: os já existentes iconoclastas, contrários ao uso das imagens, e os iconódulos, a favor desse uso.

A intenção de Irene era aproximar a política bizantina dos reinos do Ocidente, ou seja, tentar uma reaproximação com os francos liderados por Carlos Magno (742-814). A imperatriz chegou a enviar o príncipe bizantino Constantino VI para se casar com a filha de Carlos Magno, Rotruda. Irene conseguiu também fazer com que o patriarcado passasse para o lado dos defensores das imagens. A tentativa de fazer valer a posição dos iconódulos, liderados pela imperatriz, foi repleta de sublevações iconoclastas. No entanto, em 787, ocorreu o Concílio de Niceia, em que os representantes do papa e do patriarca ficaram ao lado da restauração das imagens.

Mas as tensões entre o Ocidente e o Oriente continuaram provocando um clima de desconfianças e, por isso, Irene chegou a cancelar o casamento de seu filho com a filha de Carlos Magno. Wells (2011, p. 51) explica a relação entre o governo bizantino e o dos francos:

---

10 *A Doação de Constantino foi um documento que tratava da doação de terras à Igreja pelo Imperador Constantino I ao Papa Silvestre I no século IV. No período tardio medieval (séculos XIII-XIV), esse documento já tinha sua autenticidade contestada.*

Isolados pelo colapso do poder bizantino e ameaçados pelos lombardos, os papas foram buscar proteção mais ao norte, no poder ascendente dos francos. A união foi consumada no dia de Natal do ano 800, quando o papa, Leão III, coroou o rei franco, Carlos Magno, "imperador" de um Império romano restaurado. Foi uma terrível afronta para os bizantinos quando souberam da notícia. Na época, reinava em Constantinopla a imperatriz Irene e uma das justificativas do papa para se apropriar do título foi a de que uma mulher não poderia, por direito, ser considerada a soberana dos romanos.

A Imperatriz Irene, nesse momento, viu-se isolada pela política ocidental. Ao mesmo tempo, os iconoclastas se aproximavam do herdeiro do império, Constantino VI, fazendo com que mãe e filho se tornassem rivais políticos. Chegou-se ao ponto de o exército bizantino não mais reconhecer a soberania de Irene como imperatriz. Na sequência, apoiado por forças militares, Constantino VI expulsou Irene da corte bizantina. Porém, tal situação não se prolongou por mais do que dois anos: o filho logo reativou a mãe no trono como imperatriz, ficando ao seu lado como colaborador.

Com os iconoclastas novamente perdendo o poder, Constantino VI, prevendo uma rebelião, enviou seus nobres para Atenas e precisou conter o descontentamento do exército e do patriarca, tendo em vista que ambos haviam defendido sua causa no passado. Por fim, em 797, a Imperatriz Irene, constatando o apoio da sociedade (patriarca, nobres, comerciantes, exército e população em geral) para que seu filho estivesse presente no poder, solicitou que o cegassem e o colocassem para viver em um local distante. Assim, recomeçou o governo da Imperatriz Irene, de 797 a 802. Em seu curto período no poder, ela enfrentou diversos empecilhos, como a falta de apoio e de recursos financeiros. O exército também estava exaurido por conta das

batalhas contra os muçulmanos comandados pelo sultão abássida Harun Al-Rashid, que reinou de 786 a 809, e desejava mudanças políticas em Constantinopla. Em 802, Irene foi deposta pela corte bizantina. Como é possível depreender, em todos os momentos da história bizantina, encontramos a discussão sobre o uso das imagens religiosas.

(1.4)
Os séculos IX e X em Constantinopla

Entre 813 e 842, ocorreram o retorno da iconoclastia no Império Bizantino e uma tensa guerra civil no território. Apesar das disputas existentes, o exército ainda ganharia força nas direções da Ásia Menor e da Península Balcânica. Os guerreiros bizantinos enviaram uma comitiva para o Al-Andaluz (sul da Península Ibérica) na esperança de que os omíadas[11] ainda preservassem o antigo desejo de vingança pela destituição de sua família na Síria pelos abássidas[12], mas essa ação foi infrutífera: os habitantes de Al-Andaluz não precisavam mais retornar, pois viviam o auge de sua política islâmica no Ocidente com Abd Al-Rahman II (788-852). Assim, mesmo diante desse cenário, o governo bizantino se orgulhava de uma pseudossupremacia diante dos outros povos. Segundo aponta Wells (2011, p. 52), com uma imperturbabilidade que às vezes raiava a pura ilusão,

> *os bizantinos insistiam que só eles eram os verdadeiros "romanos" e só o seu imperador podia reclamar tal título, reproduzindo a ficção de que o domínio bizantino era universal entre os cristãos e os soberanos*

11 *Primeira dinastia após o período dos califas* rashiduns *e que durou até a ascensão dos abássidas.*

12 *Dinastia Abássida, que substituiu a Dinastia Omíada no califado, no século VIII.*

ocidentais reinavam com o seu beneplácito. Mas a realidade era bem outra, apesar da recuperação experimentada por Bizâncio, a partir do começo do século IX. Nessa época, o isolamento do Ocidente resultara em auto-confiança – de seus ambiciosos e rixentos reis feudais, o mais poderoso dos quais, a exemplo de Carlos Magno, não podia deixar de ambicionar o título máximo de imperador dos romanos, e do papado, que, acostumado a ficar só, reservava-se o direito de conceder tal título.

Com a perda do partido iconoclasta a partir de 842, os nobres bizantinos ansiavam por uma renovação da estrutura política do império. Foi nessa época de conquista do partido daqueles que defendiam as imagens religiosas que houve a criação de muitas obras feitas em mosaico, que incluíram a figura do Cristo Pantocrátor, ou seja, a representação de Cristo como o criador do Universo (Figura B, seção "Anexos").

Agravando essa situação, em 860, ocorreu a invasão eslava em Constantinopla, segundo indica Wells (2011, p. 217-218):

Diz a tradição que os invasores que tanto aterrorizaram os habitantes de Constantinopla em 860 vieram de Kiev, às margens do rio Dnieper, a rica cidade comercial que era também o centro político da Rus de Kiev, a primeira civilização russa. Esta ideia se apoia largamente no mais antigo relato dessa época, a Primeira crônica, *segundo a qual os vários povos eslavos e não eslavos da Rússia setentrional e da Ucrânia atuais teriam convidado um povo escandinavo, os russos varangianos, a governá-los. "Nosso país é grande e rico, mas nos faltam ordem e justiça. Venham tomar posse e nos governar", teriam dito. Reza a lenda que desde o começo os eslavos e seus novos senhores cobiçaram a reluzente majestade de Constantinopla. Para os eslavos, a capital bizantina era Tsargrad, a "cidade dos imperadores"; para os varangianos, Micklegard, a "grande cidade". A caminho de Constantinopla com suas famílias, os irmãos*

varangianos Askold e Dir se detiveram em Kiev, uma "pequena cidade sobre uma colina" às margens do rio Dnieper. Tendo tomado a cidade, eles a usaram como base para seu ataque a Constantinopla em 860.

O ataque de 860 resultou em pilhagens e, especialmente, alarmou a comunidade bizantina, urgindo a necessidade de uma reorganização política e militar. No século X, os jurisprudentes bizantinos se ocuparam em garantir as terras conquistadas pelos homens do exército e prover a maior proteção legal de Constantinopla. Em detrimento do Ocidente, os homens de armas dessa época estavam mais interessados em combater do lado oriental; buscavam, pois, o fortalecimento e a prevenção contra os eslavos. A política dessa época tomava rumos diplomáticos desde as fronteiras eslavas com o reino de Kiev até a mediterrânea, com o califado de Córdoba. Foi nesse momento que a biblioteca da Grande Mesquita de Córdoba recebeu diversas visitas de sábios bizantinos buscando conhecimento em obras nunca antes vistas por eles. O imperador bizantino responsável por essa reorganização foi Constantino VII Porfirogênito (905-959). Vale destacar que a Dinastia Porfirogênita é aquela nascida da tradição em púrpura imperial – recinto de cor púrpura no qual as imperatrizes davam à luz.

(1.5)
Constantino VII Porfirogênito e o avanço da erudição

Constantino VII Porfirogênito patrocinava, em sua época, os estudos, na corte bizantina, de literatura, filosofia e história clássicas. Além disso, estimulava criações artísticas por meio de um renascimento das artes de origem tanto grega quanto cristã. O local físico onde

os sábios buscavam conhecimento (e que, em regra, os fazia ajudar na política do imperador) ficava, desde 848, na Universidade de Constantinopla. Eram os estudiosos dessa instituição que viajavam até a Península Ibérica em busca de manuscritos ainda desconhecidos para eles em território bizantino. Na Universidade de Constantinopla, ministravam-se os seguintes saberes: retórica, filosofia, literatura, história, jurisprudência, geometria e astronomia. Havia uma organização de valorização do mestre universitário, e os estudantes recebiam ajuda de verbas advindas do império. Além disso, os funcionários laicos e eclesiásticos eram alunos dessa universidade escolhidos pelo imperador. Angold (2002, p. 118-119) reafirma a importância de tal projeto à época:

> *O mais ambicioso projeto desse tipo foi empreendido pelo Imperador Constantino Porfirogeneta (945-59), que estabeleceu cátedras de filosofia, retórica, geometria e astronomia. Também forneceu bolsas de estudo a estudantes promissores e deu-lhes o direito de sentar-se à alta mesa imperial. O objetivo dessas medidas era melhorar a qualidade dos que entravam no serviço público. O financiamento do ensino dessa maneira não era inteiramente altruístico. A educação e o conhecimento que proporcionava eram bens valiosos na sociedade bizantina. Abriam caminho para carreiras bem-sucedidas, e, portanto precisavam ser controlados. As novas edições de textos clássicos que passaram a surgir com frequência cada vez maior desde a virada do século IX pareciam oferecer ao homem culto uma ampla variedade de conhecimento e experiência acumulados por autores clássicos.*

O próprio imperador Constantino VII Porfirogênito se interessava em ler e escrever sobre a história de Constantinopla. Ainda hoje é conhecida sua obra em duas partes intitulada *De thematibus et de administrando imperio*. Escrita em latim e grego na forma de um

guia de comportamento, foi endereçada por Constantino VII a seu filho Romano II. Ainda no rumo do estudo da história, o imperador financiou cronistas para que escrevessem sobre sua dinastia. Ademais, estimulou a teologia ortodoxa, a pintura religiosa, a realização de miniaturas (religiosas e laicas) ao longo de manuscritos e a pintura em afrescos (em continuidade ao processo de arte pompeana[13]). Dessa "renascença" bizantina, surgiu uma realidade que impressiona culturalmente até hoje, conforme afirma Wells (2011, p. 64):

> *Nessa sociedade bizantina agora confiante e extrovertida, a cultura secular e a piedade cristã experimentaram seu período de mais íntima e fecunda parceria. O domínio aristocrático do estilo literário da Grécia clássica se reafirmou como critério para servir à burocracia imperial (os ilustrados servidores civis de Bizâncio costumam ser comparados aos mandarins confucianos da China imperial) e os historiadores bizantinos voltaram a empunhar a pena, dando o seu melhor para imitar o estilo denso e racionalista de Tucídides.*

Esse momento de cultura fulgurante acompanhava um relativo aumento de poder do Império Bizantino. Quando, em 959, Romano II subiu ao trono, ele estava mais propício a incentivar as armas do que a pena de artistas e escritores. Entretanto, não trocou uma área pela outra, apenas manteve sua concentração mais voltada ao exército do que ao saber advindo da Universidade de Constantinopla. Dessa forma, governou até 963, quando faleceu, muito provavelmente, envenenado por sua esposa, a Imperatriz Teófana. Nicéforo Focas II foi quem comandou os bizantinos depois de Romano II por seis árduos anos de guerra nas fronteiras com os Bálcãs e de conspiração

13 *A técnica dos afrescos foi revisitada pelos bizantinos, pois os primeiros a trabalhar nesse movimento artístico foram os artesãos da antiga Pompeia romana.*

política. Seu sucessor, João I, governou a Dinastia Macedônica de 969 até 976, combatendo as iniciativas militares dos muçulmanos para adentrar no império.

Por fim, houve a gestão de Basílio II, ao longo de lutas ora com os muçulmanos, ora com os búlgaros, de 976 até 1025 (Whittow, 1996). Basílio II foi o último imperador da Dinastia Macedônica e conseguiu refrear as investidas dos estrangeiros em territórios bizantinos. Dessa forma, unificou o império e o resguardou de ataques. Não só manteve os limites do território como também conquistou a Península Balcânica e o reino da Armênia. Com o fim de seu governo, chegou ao poder a Dinastia dos Comnenos, uma das mais estudadas atualmente e assunto do próximo capítulo.

Síntese

Surgindo de sua organização como Império Romano do Oriente, o Império Bizantino preservou um forte ambiente comercial e urbano ao longo de seus cinco primeiros séculos de existência. Especialmente em razão da renovação imperial de Justiniano, o império se consolidou e preparou as bases de sua política e de sua cultura, preservando e transformando a tradição clássica. Embora resistente, o Império Bizantino perdeu grande parte de seus territórios diante dos avanços dos francos, dos eslavos e dos islâmicos.

Foi também importante em sua história a crise iconoclasta, movimento de crítica ao uso de imagens religiosas nas práticas cristãs, o que causou grandes discussões e disputas em torno do poder.

Indicações culturais

Documentário

BYZANTIUM: the Lost Empire. Direção: Ron Johnston; Derek Towers. UK: ABTV; EUA: Koch Vision, 1997. 208 min.

Esse documentário apresenta o processo histórico do Império Bizantino e sua narrativa didática colabora para a compreensão do assunto.

Sites

BIZANTINÍSTICA. Disponível em: <https://imperiobizantino.com.br>. Acesso em: 25 out. 2018.

Site sobre os mais recentes estudos na área da bizantinística, no qual podemos conhecer melhor esse tema de estudos.

DUMBARTON OAKS RESEARCH LIBRARY END COLLECTION. Disponível em: <http://www.doaks.org/>. Acesso em: 25 out. 2018.

Site de pesquisa que abriga informações sobre a história do Oriente.

Atividades de autoavaliação

1. Sobre as diversas realizações do Império Bizantino, analise as afirmativas a seguir e indique V para as verdadeiras e F para as falsas.
   ( ) O *Corpus Juris Civilis* foi organizado a mando de Justiniano, porém não foi mais utilizado durante toda a Idade Média.
   ( ) Constantino VII Porfirogênito patrocinava, em sua época, os estudos de diversas atividades culturais na corte bizantina.

( ) Os partidos dos verdes e dos azuis venceram a Revolta de Nika, em 532.

( ) A cultura clássica foi abandonada pelos bizantinos.

Agora, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

a) V, V, F, F.
b) V, F, F, V.
c) F, F, V, V.
d) F, V, F, F.
e) F, F, F, F.

2. Sobre a história bizantina dos séculos VIII ao IX, analise as afirmativas a seguir e indique V para as verdadeiras e F para as falsas.

( ) Os principais clássicos estudados pelos bizantinos foram Heródoto, Tucídides, Platão, Aristóteles, Plotino, Proclo, Homero, Ésquilo e Sófocles.

( ) Os povos eslavos nunca entraram em contato com os bizantinos.

( ) Entre o final do século VI e meados do século IX (de 726 a 843), Constantinopla sofreu com uma crise iconoclasta.

( ) A imperatriz bizantina Irene tentou uma aproximação política com os francos sob o governo de Carlos Magno.

Agora, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

a) V, V, F, F.
b) V, F, V, V.
c) F, F, V, V.
d) F, V, V, F.
e) V, V, V, V.

3. Sobre a política e a iconoclastia bizantinas no século IX, analise as afirmações a seguir.

   I) Durante seu governo, a Imperatriz Irene enfrentou empecilhos com os iconoclastas e os administradores da corte bizantina.

   II) A iconoclastia ocorreu apenas uma vez na história bizantina, no século IX.

   III) Os bizantinos não tinham nenhum interesse por Al-Andaluz, no Ocidente.

   Agora, assinale a alternativa correta:

   a) Somente a afirmação I é verdadeira.
   b) Somente as afirmações II e III são verdadeiras.
   c) Somente a afirmação II é verdadeira.
   d) Somente a afirmação III é verdadeira.
   e) Todas as alternativas são verdadeiras.

4. Identifique o principal legado bizantino para a humanidade:
   a) Ideia de império com um governo democrático.
   b) Fundação de basílicas.
   c) *Corpus Juris Civilis*.
   d) Pinturas sem representação humana.
   e) O Alcorão.

5. Assinale a alternativa correta que sinaliza um fator importante no processo histórico do Império Bizantino:

a) Justiniano estava implementando a renovação e o fortalecimento político bizantino e isso moldou um conceito historiográfico chamado *renovação imperial*.
b) A força da estabilidade dos reinos dos germanos e do reino dos merovíngios no Ocidente Medieval contribuiu para que, no século VI, os bizantinos perdessem seus territórios.
c) O Imperador Justiniano e a Imperatriz Teodora não foram bons administradores do Império Bizantino.
d) Não havia mobilidade social nas posições do exército ou na administração civil.
e) Justiniano proibiu a sistematização de leis durante seu governo.

Atividades de aprendizagem

Questões para reflexão

1. Leia o trecho a seguir, retirado do livro *De aedificiis*, de Procópio de Cesareia, e responda às questões.

Visto que o imperador [Justiniano] mantém aqui [em Constantinopla] a sua residência, resulta da grandeza do Império que uma multidão de homens das mais variadas condições chegam [sic] à cidade, vindos de todas as partes do mundo. Cada um deles é levado a vir ou por alguma necessidade de negócios ou por qualquer esperança ou por acaso; e muitos na verdade vêm por [sic] os seus negócios não se encontrarem em feliz situação na terra natal a fim de fazerem uma petição ao imperador; e todos estes passam a residir na cidade por qualquer obrigação urgente, iminente ou ameaçadora. A juntar às outras dificuldades estas pessoas

têm também necessidade de alojamentos, sendo incapazes de pagar o aluguel de qualquer residência aqui. Esta dificuldade foi-lhes totalmente resolvida pelo imperador Justiniano e pela imperatriz Teodora. Muito perto do mar, no local chamado Estádio (porque em tempos antigos, suponho, se destinava a jogos de qualquer espécie), construíram uma muito grande hospedaria destinada a servir de alojamento temporário àqueles que assim se encontrassem embaraçados. (Procópio de Cesareia, citado por Pedrero-Sánchez, 2000, p. 47)

a) Segundo o autor, o que ocorreu durante o governo de Justiniano?
b) Como se dá o relato sobre a vida citadina da época?

2. Qual é a importância da presença de Constantino VII Porfirogênito no governo bizantino?

3. Quais eram os saberes ensinados na Universidade de Constantinopla?

4. Do que trata a obra *De thematibus et de administrando imperio*, de Constantino VII Porfirogênito?

Atividade aplicada: prática

1. Assista ao documentário *Byzantium: the Lost Empire* e problematize a formação do Império Bizantino.

Capítulo 2

Dos Comnenos ao colapso do Império Bizantino

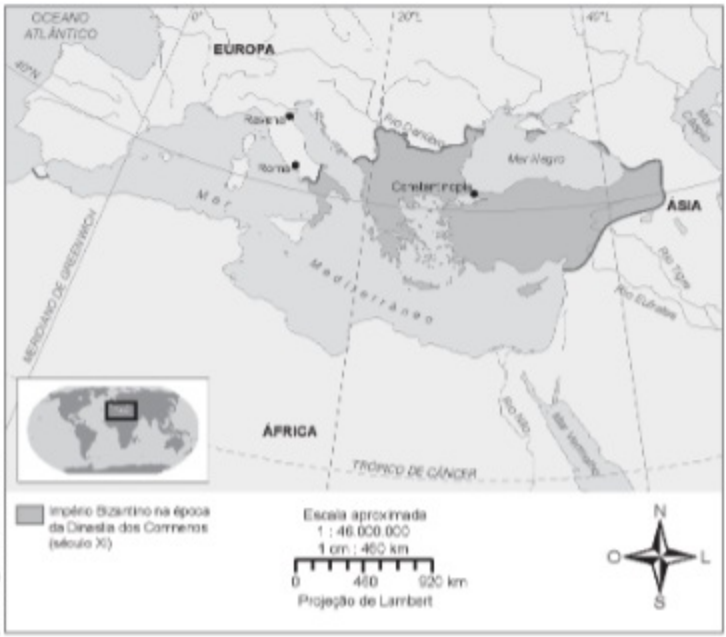
Neste capítulo, abordaremos a história do Império Bizantino, que compreende a liderança da Dinastia dos Comnenos. Essa dinastia enfrentou os avanços do Ocidente na direção de Constantinopla, buscando a preservação do poder imperial.

Em nossa análise, buscaremos compreender o olhar da política bizantina perante os cruzados, principalmente com relação às decisões do imperador Aleixo I. Veremos, também, a trajetória das lutas entre a cristandade latina e a cristandade ortodoxa, por meio das transformações políticas nos períodos das principais dinastias – dos Ângelos, dos Ducas e dos Paleólogos – até o último momento do Império Bizantino.

(2.1)
Os Comnenos chegam ao poder

O nascimento e a ascensão da Dinastia dos Comnenos foram favorecidos por uma conjuntura histórica marcada por rompimentos com o Ocidente. De modo a compreender essa escalada, voltemos ao início do século XI, quando a Dinastia Macedônica ainda governava. Nesse momento, encontramos um personagem de grande importância, Miguel Psellos (1018-1078), que, futuramente, seria apoiador dos Comnenos.

Mapa 2.1 – Império Bizantino na época da Dinastia dos Comnenos (século XI)



João Miguel Alves Moreira

Trabalhando e escrevendo sempre a fim de exaltar a história de Constantinopla perante o Ocidente, Psellos era um homem de saber que lecionava na Universidade de Constantinopla e tutor oficial dos príncipes bizantinos. Portanto, era partícipe dos círculos de poder da Dinastia Macedônica. No ano de 1042, Psellos se tornou chanceler do recém-empossado Imperador Constantino IX e, mais adiante, em 1045, estava reestruturando os estudos de jurisprudência na universidade. Essa atividade, inclusive, serviu de modelo para a implementação de estudos nas universidades do Ocidente Medieval anos depois, formada pelos chamados *trivium* (dialética, gramática e retórica) e *quadrivium* (geometria, música, aritmética e astronomia).

O imperador bizantino Constantino IX (1000-1055) havia fundado, cinco anos antes de morrer, inspirado por Psellos e pela Imperatriz Teodora (981-1056), a *Porfirogênita*, o Monastério de São Jorge, além de patrocinar a reforma do Monastério de Energites. Foi na época de Constantino IX que ocorreu outro acontecimento de grande importância: o Cisma da cristandade entre Oriente e Ocidente, em 1054.

Analisando as razões para esse evento, percebemos que, em Roma, no Ocidente Medieval, o Cisma foi alimentado pelos monges cluniacenses sob a liderança dos religiosos Frederico de Lorena e Umberto de Silva Candida. Ambos, especialmente, criticavam as doutrinas praticadas no Oriente. Constantinopla, por meio do Patriarca Miguel Cerulário (1000-1059), não abdicava de suas convicções sobre:

- o casamento de homens da igreja;
- a parada de atividades no sábado;
- o uso do pão na missa como se fosse o corpo de Cristo representado;
- a questão da origem do Espírito Santo, relacionada à Trindade.

Na sequência, Umberto chegou a ir a Constantinopla em nome do Papa Leão IX (1002-1054) para averiguar a situação das regras espirituais seguidas no Oriente. No entanto, a viagem de Umberto apenas incitou a fúria de Psellos contra os ocidentais e suas cerimônias religiosas. Nem o Imperador Constantino IX o demoveu dessa resolução de antagonismo contra a liturgia ocidental. Assim foi que, no mesmo ano do Cisma (1054), Psellos foi excomungado pela Igreja Cristã do Ocidente. O resultado desse acontecimento foi a coligação entre Psellos e do imperador bizantino para formalizar uma divisão entre a Igreja Ortodoxa Bizantina e a Igreja Cristã do Ocidente. Em termos religiosos, houve uma diferença doutrinária entre as duas igrejas e que dura até hoje, conforme Wells (2011, p. 54) explica:

"Os católicos agora diziam que o Espírito Santo provinha 'do Filho', como do Pai. Os ortodoxos aferravam-se à formulação original de que Ele procedia somente do Pai. Desde 1054, o papa e o patriarca de Constantinopla não estão em comunhão".

Um ano depois, Constantino IX morreu, deixando o poder para a Imperatriz Teodora Porfirogênita, como regente do império até 1056, quando ela também faleceu. O Imperador Miguel VI, antigo administrador do império e que fora nomeado herdeiro pela Imperatriz Teodora no momento de sua morte, assumiu o trono apenas por um ano, de 1056 a 1057, e enfrentou uma grave crise advinda do exército – naquela época, membros que se destacavam não conseguiam ascender politicamente, ou seja, não lhes era permitido compartilhar das decisões tomadas em Constantinopla. Tendo por base o descontentamento generalizado, os militares aclamaram Isaac Comneno como novo imperador bizantino. Ocorreu, então, o despontar de uma nova dinastia no poder, a dos Comnenos, que vinha a suplantar a dos macedônicos.

Miguel VI, então imperador, recebeu a notícia e agiu no sentido de amenizar a aclamação militar. Solicitou que Isaac aceitasse o título honorífico de *César*, ao mesmo tempo que se encarregou de indicar outro personagem, Miguel Cerulário, para a possível sucessão imperial. Entretanto, o exército não aceitou acabar com a rebelião diante de qualquer que fosse o título e descartou a indicação de Miguel Cerulário. Ascendeu ao poder, então, por meio da força militar, Isaac Comneno, em 1057, governando por três anos (Maier, 1974). Embora todos esperassem uma vingança, Comneno agiu de modo político, procurando não acirrar as relações com os senadores e o patriarca de Constantinopla. O novo imperador colocou seus generais em cargos de confiança e procurou manter outros funcionários imperiais, os quais se demonstravam isentos de partidarismo perto de si, como

foi o caso de Miguel Psellos. Ademais, também concedeu independência administrativa para a Igreja de Santa Sofia.

Entretanto, Cerulário não aceitava as novas regras políticas e sociais e armou seu contra-ataque, pois, para ele, o poder espiritual estava acima do laico. O Imperador Comneno, embora sofrendo ameaças de excomunhão, ordenou a prisão de Cerulário, bem como seu desterro do império. Mesmo assim, Cerulário continuava pregando contra a nova dinastia militar. Nesse momento, o imperador encomendou a Psellos um ato escrito para a abertura de um sínodo contra Cerulário, para destituí-lo do cargo de patriarca; mas o acusado morreu antes da realização do julgamento. Com essa atitude, Comneno ganhou a inimizade dos antigos funcionários da corte, dos religiosos que seguiam Cerulário e do exército, que perdeu parte do financiamento de guerra nas fronteiras.

Diante disso, Comneno abdicou do trono em 1059 e apontou como seu sucessor Constantino Ducas, renomeado para *Constantino X*, governante de 1059 a 1067. Essa indicação atendeu à estratégia de Isaac de unir sua família militar – a dos Comnenos – com a família nobre administrativa que o havia apoiado na ascensão ao poder – a dos Ducas. Assim, estes preservaram o poder para os Comnenos durante sua presença no governo bizantino. Nesse momento, Psellos tinha grande influência tanto na administração laica quanto na religiosa. O Império Bizantino dessa época estimulava o comércio, a compra de cargos públicos para a arrecadação de valores a serem usados nas guerras de fronteira e a reorganização da fiscalização e da cobrança de impostos.

No entanto, a pressão do governo imperial teria graves consequências: os mais cingidos a pagar impostos estavam se aliando a membros do exército nas fronteiras para acabar com essa situação; os bizantinos do sul da Península Itálica estavam perdendo suas terras

por conta da ação do cavaleiro normando Roberto Guiscardo (1015-1085); o exército sofria nas fronteiras na luta contra os húngaros e os turcos, pois o antigo imperador, Isaac, tinha retirado boa parte dos generais que o ajudaram na ascensão ao poder de seus importantes postos de defesa. Depois do falecimento de Constantino X, quem assumiu a coroa imperial foi Romano IV Diógenes, que governou de 1068 a 1071, mesmo com os vários sobreavisos do antigo Imperador para que não o fizesse.

O grupo político da corte bizantina, liderado por Psellos, lutou contra a nomeação de Romano IV como imperador durante todo o seu reinado. Isso em nada adiantou, pois Romano IV Diógenes tinha o apoio de grande parte do exército das fronteiras e continuava em campanha militar, mesmo depois de nomeado imperador. Porém, em 1071, ocorreu o desastre da Batalha de Manzikert, no embate entre os bizantinos e os turcos seljúcidas[1]. Os bizantinos, liderados por seu Imperador, Romano IV, foram massacrados pela cavalaria turca; os Ducas, que controlavam a retaguarda, não conseguiram chegar em tempo. Romano IV foi levado pelos turcos até o sultão seljúcida Alp Arslan (1029-1072), diante do qual Romano IV conseguiu firmar um acordo de paz em que pagaria pelo próprio resgate e pelo dos nobres e, ainda, devolveria os guerreiros turcos aprisionados pelos bizantinos.

Na capital do Império Bizantino, essa notícia não caiu bem aos ouvidos da população e da corte. Uma derrota em batalha e uma negociação humilhante não contribuíram para a imagem do Imperador Romano IV. Com isso em mente, Psellos já construía uma estratégia política para recepcionar Romano IV e os nobres cativos: colocou no

1 *Os seljúcidas originaram-se com os turcos e assimilaram aspectos das culturas persa e islâmica. Também conhecidos como um dos povos das estepes, fundaram um império no século XI que abrangia territórios na Ásia Central até as fronteiras bizantinas.*

poder Miguel VII Ducas, um de seus mais fervorosos discípulos na corte e na Universidade de Constantinopla. Psellos, como já mencionamos, costurava as relações políticas da época, considerando que sempre teve o apoio dos Comnenos e dos Ducas para continuar em seu alto cargo de conselheiro imperial e professor na corte e na universidade. Homens de saber como Miguel são como artífices da história, pois têm um olhar arguto para as possibilidades políticas.

Em 1071, Romano IV foi, então, destituído de seu cargo – comprovando a força política de Psellos na corte – e Miguel VII Ducas ascendeu ao trono bizantino, reinando de 1071 até 1078. No entanto, ainda em 1071, Romano IV morreu e os turcos consideraram o pacto rompido com os bizantinos. Diante disso, Miguel VII não conseguiu barrar o avanço turco e suas avançadas técnicas de batalha. Os muçulmanos souberam negociar e atrair para seu governo os povos bizantinos que viviam nas fronteiras, especialmente os da Ásia Menor, oferecendo a eles melhores condições para a exportação e a importação de produtos (principalmente trigo, numa época de crise desse produto), tributos menores, tolerância religiosa e proteção (Maier, 1974). Isso tudo fazia com que muitos bizantinos desejassem se tornar parte do Império Turco, em detrimento do império nativo deles. Nesse caso, os laços identitários dos bizantinos que viviam nas fronteiras se demonstravam mais frágeis quando comparados com os daqueles que viviam na capital, no epicentro de poder.

(2.2)
Aleixo I Comneno

Duas frentes de batalhas importantes ocorreram durante o reinado de Miguel VII e em ambas os bizantinos perderam territórios e força política: os turcos seljúcidas avançaram e dominaram a Ásia Menor,

que caiu em suas mãos em 1073. Além disso, desde o ano de 1071, Roberto Guiscardo, o cavaleiro normando, havia tomado a região bizantina no sul da Península Itálica.

Diante do clima de derrotas, Nicéforo Botaniates, à época no comando do exército bizantino, acabou depondo Miguel VII, contrariando a família Comneno, e se tornou o Imperador Nicéforo III, governando de 1078 até 1081. Contudo, Nicéforo III tinha como um de seus mais importantes generais Aleixo Comneno, que, de maneira estratégica, tirou o Imperador de seu caminho para que ele mesmo ascendesse ao poder (Angold, 2002). Inicialmente, ele sugeriu ao imperador dividir o Império Bizantino em dois: os territórios ocidentais seriam governados por Nicéforo, e os asiáticos, por Comneno. O imperador não aceitou a proposta, e, então, Aleixo contratou um exército mercenário formado por germanos para conquistar o trono. Em 1081, Aleixo e seus comandados adentraram Constantinopla expulsando Nicéforo do trono e conquistando o título de *Imperador Bizantino* (Treadgold, 1997). A Dinastia dos Comnenos, em pouco tempo, retornou ao poder imperial, sob a insígnia de Aleixo I Comneno, governante de 1081 até 1118.

Desde o governo de Isaac Comneno, essa dinastia, que obteve fama por suas conquistas militares, passou a tê-la também na administração do império. Psellos defendia os Comnenos como representantes de um futuro melhor para os bizantinos. Apesar de estarem fora do trono imperial por um tempo, eles se encontravam sempre próximos ao imperador vigente e ao próprio chanceler Psellos.

No momento em que Aleixo Comneno assumiu a coroa, Constantinopla passava por uma instabilidade política, social e econômica. Isso fez com que as metas de governo do novo imperador fossem a busca da estabilidade e o combate aos inimigos nas fronteiras, com ênfase nos turcos e nos normandos. Com relação

aos turcos, Aleixo I fez negociações para que eles ficassem com as terras na Ásia Menor, mas pagassem tributos a Constantinopla pelo uso delas; com os normandos, não conseguiu negociar nenhuma situação favorável para sua causa. Na procura de um acordo com os normandos, o imperador bizantino chegou a conversar com o Papa Gregório VII e o Imperador Enrique IV, mas sem resultados. Apenas o reino de Veneza – igualmente assolado pelos normandos – consentiu em apoiar os bizantinos.

Os venezianos conseguiram, em certa medida, combater os normandos em uma perspectiva de disputa comercial; porém, o chefe normando Roberto Guiscardo continuava soberano ao sul da Península Itálica. Somente com a reorganização militar dos gregos é que foi possível a retirada de Guiscardo do controle. Não obstante, depois de sua saída, houve um intenso conflito na região, diminuindo o interesse normando por ela a partir de então. A aliança entre os bizantinos e os venezianos foi, portanto, a estratégia encontrada por Aleixo I para a resolução da questão.

Os acontecimentos relacionados à Primeira Cruzada (de 1096 a 1099) foram experiências difíceis para Aleixo I Comneno. Ele próprio teve de retirar as hordas "bárbaras", ou seja, os guerreiros ocidentais, dos portões de Constantinopla, direcionando todos ao rumo da Terra Santa. Nesse contexto, o novo líder normando, Boemundo, conquistou Antioquia, o que fez Aleixo I se programar militarmente para combatê-lo de forma voraz. Primeiramente, o normando entrou em conflito com os turcos e, depois, foi subjugado por Aleixo I. Esse momento histórico bizantino durante o século XI foi de transformação latente, conforme aponta Wells (2011, p. 54):

> *Quando ele começou, Bizâncio vivia o ápice de sua prosperidade medieval, e o Ocidente ocupava um lugar secundário. Quando ele terminou, Bizâncio*

era uma tremenda desordem e o Ocidente entrara num período de crescimento explosivo. O sinal mais visível dessa virada foi o lançamento, no fim desse século, da Primeira Cruzada, destinada a recuperar a Terra Santa das mãos dos turcos muçulmanos. Como a rota para as terras muçulmanas passava por Bizâncio, essas turbulentas expedições colocaram em estreito contato francos e bizantinos. Os bizantinos supunham que o território conquistado pelos francos seria devolvido ao reino de Bizâncio. Os cruzados, por sua vez, tinham outras ideias: a conquista de Jerusalém, Antioquia e outras antigas cidades bizantinas foi seguida da fundação de reinos que já não respondiam ao imperador de Constantinopla.

Diante do que ocorreu com a Primeira Cruzada, para se fortalecer, Aleixo I, em suas campanhas militares ao longo das fronteiras, passou a empreender uma política de trazer pessoas desses locais para a capital. Além disso, fomentou a construção de monastérios para recepcionar religiosos tanto locais (ortodoxos) quanto ocidentais.

(2.3)
O Império Bizantino após Aleixo I Comneno

Antes de morrer, em agosto de 1118, Aleixo I indicou como sucessor seu filho, João Ducas. Irene Ducas, a imperatriz de 1081 a 1118, porém, solicitou que a sucessão fosse para Nicéforo Briênio, esposo de Ana Comnena, filha do imperador. Reticente quanto ao pedido, Aleixo I acabou negando. Dessa maneira, João II Comneno, como ficou conhecido João Ducas, governou de 1118 até 1143. O novo imperador lutou, no ambiente externo, contra os turcos, os sérvios e os húngaros. Internamente, mandou construir o Monastério Pantocrátor, que abrigava atividades religiosas e de saúde. A mais

notável conquista de João II Comneno ocorreu em 1142, quando tomou a Palestina das mãos dos latinos, enfrentando-os, ainda, em 1143. Depois de sua morte, seu filho Manuel I Comneno estabeleceu uma aliança matrimonial com Berta Sulzbach (depois renomeada Irene), a filha do imperador do Sacro Império Romano-Germânico. Isso representava um laço político de Constantinopla com o império dos germânicos, e não necessariamente com os francos. A atenção do Imperador Manuel ficou atrelada por muito tempo em seu reinado, em razão de sua constante preocupação com os integrantes da Segunda Cruzada (de 1147 a 1149).

Ao longo de seus vários governantes, a Dinastia dos Comnenos patrocinou o saber de modo intenso, especialmente com o **incentivo a leituras religiosas** e o **estudo do classicismo grego**. Exemplo desse ambiente de conhecimento é a produção do manuscrito de Ana Comnena, durante o reinado de Manuel, chamada *Alexíada*. Tendo como herói da narrativa seu próprio pai, Aleixo I, Ana, que teve a ajuda de seu esposo, Nicéforo Briênio, conseguiu informações e escreveu (ela, uma princesa em sua época) um livro de história. Destaca-se, nesse sentido, o importante papel de Ana para o estudo da história das mulheres no Medievo Oriental.

Na *Alexíada*, presenciamos um estilo claro e objetivo de narrativa. Qual foi o propósito de Ana ao escrever essa obra, que relata as guerras de conquista de seu pai? Levantando possibilidades, podemos refletir que a princesa gostaria que seu esposo, Nicéforo, ascendesse ao trono; portanto, sua obra não deixaria de ser uma tentativa de convencimento do pai. Entretanto, sabemos que Aleixo I não permitiu que isso acontecesse, nomeando João Ducas como seu herdeiro. Outro ponto que verificamos na obra *Alexíada* é o alto grau de conhecimento clássico e de refinamento de escrita da autora, o que prova o nível de conhecimento que chegava até a corte bizantina nos séculos XI

e XII. No trecho a seguir, verificamos o sentido de *história* para Ana Comnena, momento em que ela revela a necessidade de compreensão das mudanças e de preservação da memória:

> *O fluxo do tempo é irresistível e está sempre em movimento; leva embora todas as coisas que nascem e nos mergulha em completa escuridão, tanto as obras sem valor quanto as obras que são poderosas e dignas de comemoração; como diz o dramaturgo: "é o que traz à luz o que era invisível e amortalha o que era manifesto" (Sófocles, Ajax). No entanto, a ciência da história é um baluarte contra esse grande fluxo do tempo, de uma forma que se verifica essa torrente como irresistível, a qual tem em um instante tudo o que puder aproveitar a flutuar na superfície e não vai lhe permitir escapar das profundezas do esquecimento.* (Komnene, 2003, p. 17, tradução nossa)

No século XII, o Império Bizantino lidava com a manutenção de seu vasto território, bem como com a necessidade de centralização política. Nesse sentido, o Imperador Manuel Comneno, cujo governo abrangeu o período de 1143 a 1180, solicitou aos nobres das fronteiras que se casassem com as famílias da capital; desse modo, a interação identitária favoreceria a continuidade do poder bizantino. Algumas tentativas de acabar com o fortalecimento político de Constantinopla ocorreram porque outras forças concorriam em direção ao mundo bizantino. Foi o caso do sultão Rogério II (1095-1154), da Sicília, e do Imperador do Sacro Império Romano-Germânico Frederico Barba Ruiva (1122-1190). O sul da Península Itálica, entreposto lucrativo do comércio mediterrânico, estava cada vez mais ameaçado. A partir desse momento, a luta seria pela preservação de tudo.

(2.4)
A Dinastia dos Paleólogos e a resistência bizantina

O Imperador Manuel Comneno era um homem muito belicoso e ligado ao exército, como reflexo da tradição dos Comnenos. Era tanto o interesse do imperador pelas conquistas em nome de Constantinopla que ele chegou, em 1159, a desejar impor seu poder sobre o Principado de Reinaldo de Châtillon (1120-1187), em Antioquia. O cavaleiro Châtillon foi um dos principais personagens da Segunda Cruzada e se fixou na Terra Santa mesmo após a derrota dos latinos diante dos islâmicos. Por isso, o imperador bizantino não negociava de igual para igual com Châtillon, pois tinha a consciência de que ele era um imperador, e o outro, um cavaleiro. Assim, prevalecia a sociedade de ordens medieval.

Nesse ínterim, o rei de Jerusalém, Balduíno III (1130-1163), fez questão de conhecer o Imperador Manuel e ambos iniciaram acordos de casamentos entre suas famílias. Por isso, Antioquia foi uma conquista diplomática muito importante, como se fosse uma aquisição de guerra.

A familiaridade com os latinos não garantiu para Bizâncio uma parcela de participação política no Ocidente Medieval. Pelo contrário, os bizantinos perderam e não conseguiram retomar o sul da Península Itálica dos Staufen e dos sicilianos. Ademais, foram repelidos de entrar em contato pelo papado. O resultado dessas tensões foi a paradoxal luta entre os cristãos ocidentais e os orientais na Quarta Cruzada (de 1202 a 1204). Nesse conflito, esteve incluída a decisiva participação do veneziano Enrico Dandolo, que resultou em massacre em Zara e em saque em Constantinopla. O golpe de humilhação dos bizantinos foi tão chocante durante a fraca liderança de

Aleixo IV Ângelo – de agosto de 1203 até janeiro de 1204 – quanto a força que dali nasceu para fazer ressurgir o Império Bizantino.

Após a Quarta Cruzada, com os ocidentais conquistando o Império Bizantino, foi criado o Império Latino de Constantinopla – que durou de 1204 até 1261 – pelo Imperador Balduíno I do Império Latino de Constantinopla (1172-1205), mas não era figura presente na cidadela, pois vivia no condado de Flandres com sua esposa, a Imperatriz Maria de Champanhe (1174-1204). Por conta do desinteresse dos latinos pelo território bizantino, Miguel VIII, da Dinastia dos Paleólogos, surgiu e interveio na situação.

Miguel VIII Paleólogo (1223-1282) inaugurou uma nova fase, marcada pela reestruturação do Império Bizantino e de uma dinastia que ficaria conhecida como patrocinadora dos estudos da cultura grega. Depois do espólio feito pelos latinos, foi difícil retomar as atividades burocráticas e militares. Entretanto, a restauração era necessária e foi acompanhada de uma retomada de embates políticos, sociais e econômicos, como a aceitação da perda de territórios asiáticos para os turcos seljúcidas. O sul da Península Itálica havia ficado nas mãos dos latinos definitivamente e o comércio bizantino foi prejudicado por conta das ações de genoveses e venezianos.

O Imperador Miguel VIII tinha origem militar e latifundiária, representando a vontade dos bizantinos mais enraizados do império e descontentes com a presença latina em sua casa. A reconquista de parte do antigo território começou com a vitória dos bizantinos de Niceia diante dos latinos na Batalha de Pelagônia, em 1259, na Macedônia. Na sequência, Miguel VIII procurou fortalecer, dos pontos de vista populacional e militar, as fronteiras e a capital reconquistada. Vale acrescentar que o governo do Imperador Miguel VIII Paleólogo incentivava o requerimento das antigas famílias bizantinas de suas terras usurpadas pelos latinos. Embora Carlos de Anjou,

príncipe cavaleiro e irmão do Rei Luís IX, da França, tenha oferecido certa resistência da parte do Ocidente latino, Miguel VIII soube controlar a situação, preservando a independência de seu poder e a da Igreja Bizantina.

(2.5)
Sintomas da crise no Império Bizantino

Em 1282, após anos de negociação com o Ocidente, Miguel VIII morreu, deixando o Império Bizantino à mercê de um novo afrontamento com o Império Turco, o qual conquistava cada vez mais os sultanatos árabes e as regiões asiáticas e ameaçava com mais força entrar em território bizantino. Tratava-se de uma preocupação pulsante, tendo em vista que o envolvimento com o Ocidente latino fez das fronteiras bizantinas locais frágeis de defesa. Mesmo o avanço dos persas e dos mongóis não desatinou o poder turco de avançar em direção a Constantinopla nem o pedido de associação política com o sultanato dos mamelucos resguardou qualquer invasão comandada pelo Império Turco. Vale a pena ressaltar, de acordo com Wells (2011, p. 66), que, no século XIV, ocorreu um dos últimos momentos de resgate do saber clássico em Constantinopla:

> *As devastadoras guerras civis do século XIV arruinaram o já alquebrado Império bizantino. Era comum haver vários postulantes ao trono, com venezianos e genoveses patrocinando seus próprios candidatos da dinastia paleóloga, e os turcos atuando como fazedores de reis. Em termos estratégicos, a última parte da história bizantina é um conto de horror, uma furiosa disputa entre genoveses, venezianos e turcos pelos despojos do império. Paradoxalmente, a cultura de Bizâncio parecia florescer com mais ímpeto a cada redução de seu poderio militar. Esta intrigante antese*

cultural foi a Renascença Paleóloga, ou a Última Renascença bizantina, em que Teodoro Metochites teve papel importante. E assim completamos um círculo, retornando à plataforma da qual os humanistas de Bizâncio lançaram os clássicos da Grécia antiga rumo ao Ocidente.

Diante disso, o imperador bizantino Andrônico II (1259-1332) já acompanhava as atividades militares para barrar as intenções dos latinos e compartilhava da preocupação com o avanço turco, desde o governo de seu pai, Miguel. Ele era contrário à ideia de submissão do Império Bizantino aos ocidentais. Esse pensamento demonstra sua formação baseada em uma erudição ortodoxa, a qual se opunha veementemente às negociações com o Ocidente e com a Igreja latina.

Andrônico II contestou a supremacia do comércio marítimo por parte de Veneza, defendendo a obrigação de os bizantinos se livrarem dos atravessadores italianos. Assim, o imperador buscou fortalecer a Igreja Ortodoxa (dominada pelos hesicastas), incentivando o espraiamento de sua doutrina. Concomitantemente, ele patrocinava o saber na Universidade de Constantinopla – seus sábios, que estavam retomando os estudos do saber grego clássico, passaram a interagir com o conhecimento islâmico.

Na sequência de Andrônico II, ocorreram as guerras civis nos governos de Andrônico III, que governou de 1328 até 1341, e de João VI Cantacuzeno, cujo poder se estendeu de 1347 até 1354. De fato, o governo bizantino não ia bem, por conta das guerras civis, quando ascendeu ao trono João V Paleólogo, que governou de 1341 até 1376 com interrupções, retornando em 1379 e permanecendo no poder até julho de 1390, com novas interrupções, voltando depois por mais um ano. Esse imperador teve mais interesse em manter o diálogo com o papado no Ocidente, mas sem perder de vista a presença intermitente dos turcos em territórios bizantinos. As dívidas,

especialmente em razão de empréstimos com os venezianos, aumentaram progressivamente no período por conta dessa política.

Os próximos imperadores bizantinos foram devorados de forma atroz pela pressão turca, já englobada pela comunidade islâmica. Apenas em 1402 os bizantinos tiveram um rápido alívio dessa pressão, tendo em vista as ações do líder mongol Tamerlão (1336-1405) sobre os seljúcidas, mais especificamente com sua vitória sobre eles na Batalha de Ankara, em 1402. A presença fulgurante de Tamerlão não se prolongou por muito tempo, pois ele morreu três anos depois desse conflito.

Líder de homens armados na Batalha de Ankara, o sultão turco Bayezid, preso em cativeiro mongol em 1403, faleceu; seu filho, Solimão, herdou o trono não somente do Império Turco mas também das províncias no Ocidente e acabou negociando tratados de fronteira e comércio com o imperador bizantino João VII Paleólogo – interino em nome de Manuel II – e os mercadores italianos.

Pouco tempo depois, em 1410, Solimão foi deposto e morto por seu irmão, Musa. Entretanto, o Imperador Manuel II retornou às atividades do império, realizando uma aliança político-militar com o irmão de Musa, Muhammad I (ou Mehmed). Este, inclusive, venceu seu irmão e tornou-se imperador dos turcos. Em seu governo, ele manteve uma convivência com os bizantinos, preservando as fronteiras e reestruturando sua política.

A diplomacia no mundo bizantino se encaminhava entre os interesses com os francos no Ocidente e a manutenção, conforme Wells (2011, p.105), de uma relativa paz com os turcos no Oriente.

A arrasadora derrota imposta aos otomanos por Tamerlão em Ancara, em 1402, e a consequente disputa entre os filhos do sultão vencido, Bayezid, pelo controle dos despojos do Estado deram um último fôlego ao sitiado

Império bizantino. O vencedor dessa disputa, Mehmed I, deveu sua vitória à hábil assistência de Manuel II, que – na melhor tradição bizantina – soube tirar partido da confusão entre os otomanos para jogar sua carta diplomática. Quando, em 1413, Mehmed enviou Musa, seu irmão, isso se deu com o apoio de tropas sérvias e bizantinas. Desse dia em diante, Mehmed, agradecido, jurou que seria filho e súdito obediente de seu pai, o imperador. E cumpriu. A gratidão de Mehmed e sua amizade aparentemente autêntica para com Manuel II duraram pelo resto de sua vida.

O Imperador Manuel II, já na velhice, passou a função imperial para seu filho, João VIII Paleólogo. Porém, este não se demonstrou tão amigável com os turcos. Governando de 1425 até 1448, João VIII queria disputar o poder com o Império Turco, reconquistando terras e passagens comerciais. Foi desse momento em diante que os bizantinos voltaram a acirrar suas relações com os turcos.

A insistência do imperador bizantino em manter contato com o Ocidente resultou, em 1439, no aceite da Igreja latina ao pedido de unificação das Igrejas. Esse acordo provocou um clima tenso em Constantinopla, pois os turcos, inimigos tradicionais dos bizantinos, não viram com bons olhos tal associação; ao mesmo tempo, os russos ortodoxos e as províncias asiáticas guerrearam por uma separação religiosa de Constantinopla. Ou seja, a união tão desejada por João VIII resultou na desagregação interna do Império Bizantino e de suas alianças políticas com grupos partidários e inimigos.

O imperador turco Murad II, que reinou de 1421 até 1444, estabeleceu, nas províncias bizantinas conquistadas, o pagamento de tributos pelos sitiantes e a cessão dos filhos varões para se tornarem parte dos homens armados de sua guarda pessoal, os chamados *janízaros*. Esses jovens, antes cristãos, aceitavam – assim como seus pais – obedecer ao novo governo, que, até certo ponto, era melhor do

que aquele que existia no Império Bizantino, pois lhes dava a chance de continuar vivendo em condições melhores e em sua cultura local, sem precisar se associar a todo o momento com as decisões de uma capital longínqua como Constantinopla.

A preocupação identitária que, por exemplo, as Dinastias Macedônica e dos Comnenos tinha em suas épocas foi se diluindo com a política da Dinastia dos Paleólogos, o que resultou nesse contexto. Com o tempo, os jovens janízaros – o grupo armado de elite mais próximo ao sultão – seriam os primeiros a invadir e a conquistar Constantinopla. Dessa forma, percebemos que esses fronteiriços não tinham apego identitário com o mundo bizantino, mas com a formação social e religiosa do dominante turco de nova dinastia, a Otomana, que suplantou os seljúcidas no século XIV.

Destarte, nesse cenário de tensão para a política bizantina, do outro lado do embate, surgiu a figura de Muhammad II, o Conquistador – epíteto adquirido por conquistar Constantinopla –, que governou o Império Turco-Otomano por dois momentos: a pedido de Murad II, de 1444 até 1446, e, depois, quando do retorno de seu pai, entre 1451 até 1481, deixando, somente mais tarde, a sucessão para Bayezid II. Como podemos adiantar, Muhammad II ganhou esse epíteto por conquistar Constantinopla. Antes de entrarmos em mais detalhes a respeito, vamos ver como isso ocorreu.

O sucessor de João VIII Paleólogo foi Constantino XI – filho de Manuel II –, cujo governo, de 1449 até 1453, representa o pior momento histórico do Império Bizantino, com seu desfalecimento político. Constantino XI já buscava, durante seu comando, a ajuda ocidental para a proteção de Constantinopla diante dos turcos otomanos, relembrando ao Papa Nicolau V (1397-1455) a importância da proteção das Igrejas, pelo que ficou conhecido o Concílio de Florença (debate que durou de 1431 até 1453). Entretanto, a atitude política

do imperador bizantino desagradava à população, e coube aos venezianos a proteção da cidadela.

A conquista de Constantinopla pelos turcos otomanos começou em abril de 1453, com a tentativa de chegar por mar ao estreito. No entanto, os navios foram repelidos pelos bizantinos. O historiador Steven Runciman (2002) descreve essa situação como sendo "o final dramático" de Constantinopla. Muhammad II fez com que seu exército caminhasse e levasse por terra os navios da região do Bósforo até o Corno de Ouro, passando pelo controle genovês, que não impediu a travessia. Assim, o exército turco colocou os navios novamente no mar em direção às muralhas da cidadela, bombardeando-a todos os dias. Em maio, as muralhas já não aguentavam a poderosa investida da artilharia otomana. Percebendo essa situação, o Imperador Constantino XI conclamou seus nobres, generais, o Patriarca Gregório III, os religiosos e a população para uma última oração a Deus em favor deles na Basílica de Santa Sofia. Esse foi o réquiem do Império Bizantino. Conforme Runciman (1978, p. 9) inferiu em seus estudos sobre a realidade do mundo bizantino,

> *Onde quer que a monarquia se tenha estabelecido, o monarca foi sempre inicialmente a emanação de Deus, um descendente divino ou, ao menos, Seu Sumo Sacerdote – o homem enviado por Deus para zelar pelo povo. Porém, o Império que por conveniência denominamos Bizantino mantinha uma concepção mais abrangente: considerava-se um Império universal. Idealmente, deveria açambarcar todos os povos da terra, os quais, idealmente, seriam todos membros da única verdadeira Igreja Cristã, sua própria Igreja Ortodoxa. Assim como o homem fora feito à imagem de Deus, também o reino do homem sobre a terra se fizera segundo a imagem do Reino dos Céus. Assim como Deus governava o céu, da mesma forma um Imperador, feito à Sua imagem, deveria governar a terra e pôr*

em execução Seus mandamentos. O mal insinuara-se na criação divina e o homem fora manchado pelo pecado. Porém, se a cópia – a palavra grega era mimesis, "imitação" – pudesse efetuar-se, com o Imperador, seus ministros e conselheiros imitando Deus com seus arcanjos, anjos e santos, consequentemente a vida sobre a terra poderia tornar-se uma preparação adequada para a realidade mais verdadeira da vida no céu. O Império Bizantino teve a duração de onze séculos, a maior parte dos quais períodos de declínio: até que, por fim, o Imperador governava pouco mais do que uma cidade-estado decadente.

Essa redução do poder político do Império Bizantino pode ser constatada exatamente na conquista otomana da capital Constantinopla. No momento de sua captura, os janízaros foram os primeiros a adentrar a cidadela por um de seus portões, iniciando a confusão da conquista por meio de mortes e saques. O Imperador Constantino XI teria sido visto lutando, mas logo faleceu, sendo encontrado deitado ao chão com as insígnias imperiais. Muitos dos sábios e dos religiosos bizantinos conseguiram, em tempo, fugir para a atual Rússia.

Depois da primeira investida das tropas otomanas, Muhammad II adentrou as ruas de Constantinopla e seguiu seu cortejo até a Basílica de Santa Sofia, tornando-se o novo governante do local. Dessa forma, Muhammad II, o Conquistador, englobou Constantinopla a seu mundo turco islamizado, renomeando a capital, de Constantinopla, para Istambul, sendo este o nome da cidade até hoje.

Síntese

Constantinopla, desde a Dinastia dos Comnenos, no século XI, manteve-se como um dos fortes impérios do Oriente, ao lado do Império Islâmico. Contudo, os problemas internos e externos das dinastias dos

Ângelos, dos Ducas e dos Paleólogos acabaram abalando a estrutura do império, tornando seu fim algo iminente no século XV.

Talvez os bizantinos não tivessem dimensão dos ferrenhos interesses expansionistas dos cruzados e dos turcos. Isso ocorreu, provavelmente, porque o comércio amorteceu as relações cotidianas. No entanto, a ambição política de conquistar Constantinopla se relevou um desejo tanto do Ocidente quanto do Oriente.

A cidade, portanto, foi duas vezes conquistada: a primeira, pelos cruzados, momento em que sua estrutura política foi desmantelada, ocasionando também a maior ruptura entre o Império Bizantino e o Ocidente latino; e a segunda, pelos turcos otomanos, resultando numa divisão ainda mais trágica dos dois universos religiosos existentes no Oriente.

Como legado remanescente, a produção artística e religiosa, em especial, continuou existindo, e a cultura seguiu impressionando por suas formas e técnicas em governos como o da Rússia e o da região do Leste Europeu. Para compreendermos a amplitude do espírito turco islamizado que avassalou um império como o bizantino, vamos estudar no próximo capítulo a expansão do islamismo.

Indicações culturais

Filme

A CONQUISTA de Constantinopla. Direção: Faruk Aksoy. Turquia: Aksoy Film, 2012. 162 min.

O filme mostra o olhar dos conquistadores do Império Bizantino – considerado uma renovação na abordagem desse tema.

Sites

HAGIA SOPHIA MUSEUM. Disponível em: <http://ayasofyamuzesi.gov.tr/en>. Acesso em: 30 out. 2018.

Site do Museu da Basílica de Santa Sofia, em Istambul, no qual é possível observar como a transladação cultural ocorre também com a arquitetura medieval.

QANTARA. Disponível em: <http://www.qantara-med.org>. Acesso em: 30 out. 2018.

O *site* é especializado na temática do Oriente e permite a visualização de mapas bizantinos.

Atividades de autoavaliação

1. Sobre a Dinastia dos Comnenos e a Quarta Cruzada (de 1202 a 1204), analise as afirmativas a seguir e indique V para as verdadeiras e F para as falsas:
   ( ) A Dinastia dos Comnenos, à qual pertencia o Imperador Aleixo I, foi uma época em que o conhecimento era pouco desenvolvido.
   ( ) A Quarta Cruzada favoreceu o Império Bizantino, tornando-o mais poderoso do que o Império Islâmico.
   ( ) Miguel Psellos foi um notável historiador que acabou contribuindo para os rumos da política bizantina.
   ( ) O sentido de história para Ana Comnena tinha influência da historiografia clássica.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

a) V, V, F, F.
b) V, F, F, V.
c) F, F, V, V.
d) F, V, V, F.
e) F, F, F, F.

2. Acerca das relações dos bizantinos com o Ocidente e os turcos, analise as afirmativas a seguir e indique V para as verdadeiras e F para as falsas:

( ) Constantinopla nunca sofreu ameaça dos cruzados.
( ) Aleixo I, que governou de 1081 a 1118, foi um dos principais imperadores bizantinos.
( ) O Cisma de 1054 tornou Constantinopla dependente do Ocidente.
( ) Na Batalha de Manzikert de 1071, os bizantinos saíram vitoriosos contra os turcos.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

a) V, V, F, F.
b) V, F, F, V.
c) F, F, V, V.
d) F, V, F, F.
e) F, V, V, V.

3. Analise as afirmativas a seguir sobre o processo histórico dos bizantinos:

I) A Primeira Cruzada (de 1096 a 1099) deve ter sido uma experiência benéfica e agradável para Aleixo I Comneno, pois o próprio imperador acompanhou as hordas até o ponto de continuidade de seus trajetos rumo à Terra Santa.

II) Foi o imperador bizantino Constantino XI, cujo governo foi de 1449 até 1453, filho de Manuel II, que governou o Império Bizantino em seu pior momento histórico, de enfrentamento com os turcos e de perda de Constantinopla para esse povo.

III) Em 1453, os janízaros (soldados da tropa de elite do sultão turco) foram os primeiros a adentrar a cidade de Constantinopla.

Assinale a alternativa correta:

a) Somente a afirmativa I é verdadeira.
b) As afirmativas II e III são verdadeiras.
c) Somente a afirmativa II é verdadeira.
d) Somente a afirmativa III é verdadeira.
e) Nenhuma das alternativas está correta.

4. Analise as afirmativas sobre o sentido de história para a bizantina Ana Comnena:

I) A história bizantina era levada em conta pela autora porque ela buscava nos exemplos do passado um esquecimento completo.

II) Ana Comnena valorizava a historiografia medieval, ou seja, de seu próprio tempo, portanto não se importava com a história produzida pelos clássicos.

III) Para a historiadora Ana Comnena, a ciência da história era um sustentáculo contra o esquecimento, apesar de suas constantes mudanças ao longo do tempo.

IV) A ciência histórica foi valorizada por Ana Comnena a ponto de ser estudada até os dias de hoje.

Assinale a alternativa correta:

a) Somente a afirmativa I é verdadeira.
b) As afirmativas III e IV são verdadeiras.
c) Somente a afirmativa II é verdadeira.
d) Somente a afirmativa III é verdadeira.
e) Todas as alternativas estão corretas.

5. Assinale a alternativa correta sobre as relações políticas bizantinas:
   a) A história bizantina não apresenta contatos dialogados com os turcos.
   b) Os turcos avançaram sobre território bizantino até sua eminente queda.
   c) Ana Comnena e Aleixo I admiravam a cultura refinada dos cruzados latinos.
   d) Os turcos não tinham pretensões de conquistar Constantinopla.
   e) Os cruzados latinos não tinham a intenção de atacar a capital do Império Bizantino.

Atividades de aprendizagem

Questões para reflexão

1. Leia o trecho a seguir, retirado do livro *A teocracia bizantina*, de Steven Runciman (1978, p. 131), e responda às questões.

   Nenhuma forma de governo pode sobreviver por muito tempo sem a aprovação geral do povo. Apesar dos monges, o homem e a mulher comuns de Bizâncio acreditavam que seu Império era o santo império de Deus na terra, com o santo Imperador como representante de Deus perante o

povo e representante do povo perante Deus. Durante onze séculos, desde a época do primeiro Constantino até os dias de Constantino XI, a constituição teocrática do Império Romano Cristão manteve-se essencialmente imutável. Nenhuma outra constituição em toda a história da era cristã perdurou durante tão longo tempo.

a) Segundo Runciman, o que levou o mundo bizantino a ser tão visado por seus conquistadores do Ocidente?
b) Quais foram os motivos da desagregação do Império Bizantino a partir da Dinastia Paleóloga?

2. Qual foi a importância da Dinastia dos Comnenos na história bizantina?

3. O que foi o Império Latino do Oriente no século XIII?

4. Como se deu o processo de desestruturação política do Império Bizantino?

Atividade aplicada: prática

1. Assista ao filme *A conquista de Constantinopla* e indique proximidades e afastamentos do enredo com a escrita histórica de Steven Runciman (2002) em sua obra *A queda de Constantinopla: 1453.*

Capítulo 3

Introdução ao mundo árabe: formação e expansão do Islã

O estudo do islamismo perpassa três etapas: mundo árabe pré-islâmico; época de formação e expansão da religião; e fragmentação do mundo islâmico no Medievo.

Neste capítulo, analisaremos o período anterior ao islamismo, passando à época de sua criação no Oriente até a primeira conquista no Ocidente, com a instituição de Al-Andaluz. Nos próximos capítulos, buscaremos a compreensão da trajetória histórica dessa civilização, destacando suas mais importantes realizações dos pontos de vista político e cultural.

(3.1)
Mundo árabe pré-islâmico

O mundo árabe pré-islâmico estava localizado na Península Arábica, povoada por nômades beduínos do deserto, homens do campo e do comércio. Os árabes dessa época estavam divididos em tribos que lutavam entre si por terras e alimentos. O espírito de grupo era a base das relações sociais entre eles.

A religiosidade era **politeísta**, e as consagrações ocorriam onde hoje se encontra a Caaba, em Meca. Algumas das narrativas que influenciaram a obra *As mil e uma noites* advêm dessa época, pois faziam parte da cultura oral transmitida por gerações. Ao mesmo tempo, acontecia um processo de amálgama da língua árabe. Nessa região, estavam o famoso reino de Sabá e, depois, o reino de Petra, sob os romanos.

Existiam também os árabes cristianizados pelo contato com o Império Bizantino, chamados *gassânies*. Já no século V, formaram-se tribos mercantis, como a dos coraixitas, que se situava em Meca. Essas famílias aristocráticas comerciais viajavam pelo Oriente e tinham

como rivais de negócios os persas e os bizantinos. A época de formação e de expansão do islamismo se deu com o advento da religião fundada por Maomé (571-632). Por isso, iniciamos este capítulo por sua biografia.

(3.2)
O profeta Maomé (séculos VI e VII)

A figura de Maomé foi um divisor de águas para o processo histórico dos árabes. Nós conhecemos seus ensinamentos pelos capítulos (suras) do Alcorão (o *selo* dos livros monoteístas, como a Torá e a Bíblia[1]) e das *hadiths*. Maomé (também chamado *selo dos profetas monoteístas*) nasceu em 571 na tribo dos coraixitas.

Quando era muito jovem, perdeu os pais e foi criado por seu tio Abu Talib ao lado do primo Ali. Na juventude, participou das caravanas de mercadores que saíam da região da Península Arábica em direção à Síria. Muitas vezes, levou mercadorias para uma rica mulher, por quem se apaixonou. Ela se chamava Kadija. Maomé gostava tanto de Kadija que tinha apenas ela como esposa e eles viviam uma vida afortunada. No entanto, perderam seis dos sete filhos que tiveram, tendo sobrevivido apenas Fátima.

Maomé, aos 40 anos de idade, teve uma experiência que mudaria sua vida por completo. Ele recebeu a palavra de Deus (*Alá*, para os islâmicos) e, no início, ficou apreensivo, pois não conseguia definir se aquilo era algo real ou imaginário. Com o tempo, ele foi tomando consciência de que, de fato, poderia estar ouvindo as palavras de Deus.

---

1 *Para os muçulmanos, o Alcorão é o último dos livros sagrados do monoteísmo, também chamado por eles de* selo.

Vejamos no relato de Karen Armstrong (2002, p. 56), estudiosa da biografia do profeta Maomé, o que a tradição nos conta:

> *Os árabes que entravam em contato com judeus e cristãos sentiam um agudo senso de inferioridade: era como se Deus os houvesse excluído de seu plano divino. Mas isso mudou na décima sétima noite do ramadã, quando, na caverna da montanha, Maomé foi arrancado de seu sono e se sentiu tomado pela devastadora presença divina. Mais tarde, ele explicaria essa experiência inefável dizendo que um anjo o envolvera num terrível abraço que o fez sentir como se o ar estivesse sendo expelido para fora do corpo. O anjo deu-lhe uma ordem seca: "iqra!" – "Recita!". Maomé, em vão, alegou que não sabia recitar; ele não era um kahin, um dos profetas extáticos da Arábia. Mas, disse ele, o anjo simplesmente o abraçou de novo até que, quando pensou haver chegado ao limite da resistência, sentiu saírem-lhe boca afora as palavras divinamente inspiradas de uma nova Escritura. A Palavra de Deus falava pela primeira vez em solo árabe, e Deus havia finalmente se revelado aos árabes em sua própria língua. O livro sagrado se chamaria qu'ran: a Recitação.*

Nesse sentido, em 613, Maomé começou a ouvir e a anunciar aquilo que lhe era dito para as demais pessoas. Os familiares dele se convenceram de que algo extraterreno lhe acontecia mesmo e foram seus primeiros apoiadores. Entre seus familiares, os que mais apoiavam sua situação eram Kadija e seu primo Ali. Incentivado por eles e pelas palavras divinas, o profeta levou o que lhe era transmitido para a sociedade, e seu discurso foi ouvido por pessoas mais humildes, estrangeiros e libertos.

Entretanto, a aristocracia comercial coraixita não estava gostando dessa situação, pois as ideias de Maomé tinham grande teor de

revolução social, ameaçando o *status quo* da economia e, por conseguinte, os preceitos da religião politeísta. Essa revolução social, em suas linhas principais, defendia a união das tribos árabes por meio das palavras de Maomé e em torno da crença em Alá, do uso em comum da língua árabe e de normas de conduta social que promoviam a dignidade humana acima do comércio e da violência. Em outras palavras, era uma nova regulamentação de costumes sociais que fortalecia os laços identitários e transformava a realidade beduína em citadina, com uma forte vertente de política expansionista.

(3.3)
O ISLAMISMO

As concepções religiosas de Maomé prosseguiram e tiveram impulso a partir de 622, quando foi criado o islamismo. E como isso ocorreu?

As famílias de origens judia e árabe de Iatrebe (depois nomeada Medina) necessitavam de alguém que as representasse diante dos aristocratas comerciantes de Meca e escolheram Maomé para isso. A saída do profeta de Meca para Medina constituiu a chamada *Hégira* e marca o **início do calendário islâmico**. Em Medina, Maomé foi acolhido e indicado como chefe local. Os primeiros seguidores do profeta e os judeus medinenses acreditavam numa conexão entre o Antigo Testamento e as mensagens corânicas. Foi apenas depois, por conta da disputa política e regional, que os dois grupos começaram a se distanciar. Apesar disso, no início de imposição medinense, os islâmicos e os judeus lutaram contra as investidas de tendência hegemônica dos coraixitas de Meca. A união dos primeiros seguidores de Maomé e a ajuda judaica fortaleceram o sentimento de grupo

em Medina a ponto de os coraixitas aceitarem a força dessa coligação. Esse fortalecimento fez os cristãos locais se agregarem ao grupo medinense contra a cidade de Meca.

Os cristãos pagavam taxas para viver livremente com sua crença sob o domínio islâmico. Em oito anos de fortalecimento de novos ideais de sua religião, Maomé pôde voltar a Meca (630), submetendo as famílias aristocráticas coraixitas e abolindo o politeísmo. Dois anos depois, com a morte do profeta (632), a religião monoteísta ganhava público, fosse pelas conversões, fosse pela convivência sob pagamento de impostos com as outras religiões. Nesse contexto, a política da *jihad* ganhava fôlego e se dividia em *jihad* menor, na qual se lutava por conquista de territórios, e *jihad* maior, na qual a luta foi interna, pensando no próprio desenvolvimento como pessoa digna e honrada perante Alá.

A vida humana, aos olhos do Islã, está pesando entre o Dia do Juízo e o Dia da Salvação, perante a onipotência divina, por conta da predestinação. A palavra *Islã* tem, em seu significado, a submissão à vontade de Alá, e a pessoa que cumpre com isso se chama *muçulmano* ou *islâmico*. As obrigações de cada fiel são seguir os cinco pilares: a *shahada* (Alá é único), as salás (cinco orações diárias), o *zakat* (ajuda financeira para os mais pobres), o jejum durante o mês do Ramadã e a peregrinação a Meca, para rezar ao redor da Caaba pelo menos uma vez na vida – essa última é seguida apenas por aqueles com condições de ir até o local sagrado. E o ideal que reunia essas atividades era a lei social da moral que defendia a solidariedade comunitária, ou seja, buscava-se por justiça dentro da comunidade. Assim, Maomé, à frente de seu tempo, defendia o direito de proteção à mulher (ele mesmo se casou com viúvas para que não ficassem desamparadas) e

requeria o alívio para a escravidão. Destarte, no Islã, a fé se aliou à política para definir as regras sociais. Com essa perspectiva em mente, vamos tratar do sentido da política no Islã.

(3.4)
Política no Islã

A sucessão política de Maomé foi um período desgastante em busca de alguém que controlasse suas conquistas, pois substituir seu papel estava fora de cogitação. O novo comandante político e militar deveria manter o que outrora fora alcançado e aumentar cada vez mais a expansão. Os primeiros a tomar posse do difícil cargo de líder da comunidade islâmica pertenciam ao grupo dos homens próximos do profeta Maomé – os chamados *califas rashiduns* ("corretamente guiados") –, que se tornaram os vigários do Islã[2]: Abu Bakr (governou de 632 a 634), pai da esposa de Maomé, Aisha; Omar (governou de 634 a 644); Uthman (governou de 644 a 656); e Ali Ibn Ali Tahib (governou de 656 a 661).

Abu Bakr estava preocupado com a adesão das tribos após a morte de Maomé, pois ele tinha consciência da existência da força dos persas e dos romano-germânicos naquele contexto. Entretanto, o desapego dos súditos desses dois impérios e a extensão de terras não totalmente controladas permitiram que os grupos armados islâmicos avançassem e efetivassem suas conquistas, seja pelo método bélico, seja pela conivência dos habitantes locais. A expansão do islamismo se deu

2 *Esse é o período da criação da ideia de califado, na qual um líder político e religioso, mas de forma alguma substituto do profeta Maomé, toma a liderança da comunidade muçulmana.*

com Abu Bakr por conta do forte espírito de grupo dos árabes e dos filiados ao Islã naquele momento.

A seguir, vamos acompanhar o sentido do califado, instituição que unia o poder temporal e espiritual pelo califa na Idade Média[3], tendo por base a definição do historiador Ibn Khaldun (1332-1406),

> *Vê que a realeza pura é uma instituição conforme a natureza humana, e que obriga a comunidade a trabalhar para executar os projetos e satisfazer as paixões do soberano. Reconhece que o governo regido por leis tem por fim dirigir e orientar a comunidade segundo os preceitos da razão, para que o povo desfrute dos bens deste mundo e se garanta contra o que lhe pode ser prejudicial. Sabe o benévolo leitor que o Califado dirige os homens segundo a lei divina, para assegurar-lhes a felicidade da outra vida; porque, aos bens deste mundo, o legislador inspirado os considera na dependência e através do prisma da vida futura. O Califa é, pois, na realidade, o lugar-tenente do legislador inspirado, encarregado de manter a religião e de se servir dela para o governo do mundo.* (Khaldun, 1958b, p. 342)

As lutas mais difíceis para o califado islâmico foram contra o Império Bizantino. Foi um embate natural, pois os guerreiros islâmicos chegaram até as fronteiras nas quais partes do exército daquele império asseguravam suas posses. Um dos primeiros e mais sangrentos episódios de conquista islâmica contra os bizantinos foi entre 635 e 636, sob o governo do califa *rashidun* Omar. Nesse duelo, o exército enviado pelo imperador bizantino Heráclio (575-641) sofreu uma derrota para os islâmicos em Damasco. A partir desse estopim, o poder do iniciante império estava caminhando para grandes conquistas em

---

3 *Vale a pena ressaltar que, para evitar anacronismo, não há qualquer conexão entre a ideia de califado na Idade Média e o uso do termo pela política na contemporaneidade. O que presenciamos hoje, com o resgate do termo* califado *pelo Estado Islâmico, é uma deturpação política e ideológica do conceito original.*

direção à Síria, à Palestina, ao Iraque (ali travaram lutas contra os persas), ao Egito e até à Sicília. Nesse sentido, Omar foi responsável pela primeira expansão em grande escala e pela criação administrativa de um novo império, o islâmico. Durante essas conquistas, os líderes do exército islâmico e o califa não estavam muito interessados na questão da conversão, pois resolviam esse tipo de assunto com pagamentos e tributos dos locais para terem proteção e liberdade de culto – apenas para os monoteístas, e não aos pagãos, que eram duramente combatidos. Nas províncias conquistadas, os governadores regiam as leis conforme as orientações do cádi (juiz) local e administravam as orações em locais sagrados – as mesquitas (nomeadas assim desde a época de Maomé). O califa tentava controlar as ações dos governadores de províncias do Império Islâmico desde Medina até Jerusalém.

Foi a partir dos governos dos califas Uthman (de 644 a 656) e Ali Ibn Ali Tahib (de 656 a 661) que as divisões político-religiosas foram ocorrendo no Império Islâmico. O Califa Omar havia sido assassinado em 644 por um escravo persa e Uthman foi escolhido depois de um processo eleitoral. De origem coraixita, o novo califa era parente de Maomé e unificou de vez a política de Meca com a de Medina. Além disso, solicitou que a tradição oral do profeta fosse registrada por escrito em árabe numa edição oficial do Alcorão. Conforme Beatriz Bissio (2008, p. 131): "Para os muçulmanos, foi Deus quem ditou o livro sagrado para Maomé, com o anjo Gabriel como intermediário, falando em árabe, a língua da Revelação. Perenizada através da escrita, a língua árabe é considerada uma dádiva divina por todos os seguidores do Islã".

Para mostrar como se dá a narrativa desse livro monoteísta, apresentamos um trecho de uma passagem do Alcorão chamada "A Sura de Maria" (Sura 19, 27-33):

[27] E ela chegou, com ele [Jesus], a seu povo, carregando-o. Disseram: "Ó Maria! Com efeito, fizeste uma cousa assombrosa!"

[28] "Ó irmã de Aarão! Teu pai não era pessoa atreita ao mal e tua mãe não era mundana!"

[29] Então, ela apontou para ele. Eles disseram: "Como falaremos a quem está no berço, em sendo infante?"

*[30] O **bebê** disse: "Por certo, sou o servo de Allah. Ele me concederá o Livro, e me fará Profeta,*

*[31] "E **me fará** abençoado, onde quer que esteja, e me recomendará a oração e az-zakãh, enquanto permanecer vivo,*

[32] "E me fará blandicioso para com minha mãe, e não me fará tirano, infeliz;

[33] "E que a paz seja sobre mim, no dia em que nasci, e no dia em que morrer e no dia em que for ressuscitado, vivo!". [grifo do original]

Como vimos, ao Alcorão também pertencem algumas narrativas bíblicas, revelando ideias em comum entre os dois textos. Nesse sentido, a preocupação do Califa Uthman de registrar o Alcorão por escrito em língua árabe foi bem importante, pois preservou essa tradição monoteísta, resguardando a memória dessa cultura para as gerações vindouras e mantendo a unidade do islamismo. Uthman, porém, sofreu com a falta de repasse dos tributos das províncias para a administração central, necessários à manutenção do império. Também padeceu com o partidarismo contrário a seu governo, como a posição de Aisha (a viúva mais jovem de Maomé) e Ali (primo e genro do profeta). Vivendo toda essa pressão, ainda em 656, o Califa Uthman foi assassinado. Diante disso, o caos político se instaurou no centro do Império Islâmico. Veremos, agora, como esse problema foi resolvido na criação de duas vertentes para o islamismo: o xiismo e o sunismo.

Ali foi indicado como o próximo califa pelo partido contrário à política do antigo governo de Omar. Neste momento, vale a pena descrever brevemente quem foi Ali. Ele era primo e genro de Maomé. Passou a infância e a adolescência a seu lado e, depois de adulto, ajudou o profeta nas primeiras conquistas do Islã. Maomé lhe deu a mão de sua própria filha, Fátima, para unir-se a ele em matrimônio. E Ali manteve a tradição islâmica por meio das **sunas** (feitos do profeta Maomé). O governo de Ali ocasionou, na comunidade islâmica (*umma*) a primeira ruptura (*fitna*). De um lado, estavam os aristocratas comerciantes de Meca (os coraixitas) liderados por Aisha e, de outro, os homens de armas, guerreiros do exército sírio, liderados pelo governador sírio Muawiya, que queria vingança do que havia ocorrido com Uthman. Os dois partidos se enfrentaram na Batalha do Camelo (656), e Ali abandonou a Península Arábica e foi residir em Kufa, no Iraque. Durante essa querela, ocorreu a divisão clássica do islamismo: os **xiitas** (partidários de Ali que seguiam estritamente o Alcorão) e os **sunitas** (partidários de Muawiya, que, apesar de politicamente inclinados a Ali, seguiram as orientações do governante sírio para professar, além do Alcorão, as sunas). Muawiya ganhou tanta força política que foi proclamado califa pelo exército sírio, em 658. Depois do assassinato de Ali, em 661, Muawiya se tornou o califa do Império Islâmico até 680 e garantiu a presença política da nova dinastia, a Omíada.

A Dinastia Omíada ganhou poder depois da *fitna* na comunidade islâmica e conseguiu preservar a supremacia dos sunitas de 660 até por volta de 750, com sede na capital do Império Islâmico, a cidade de Damasco (Ahmed, 1999). Os árabes que viviam na cidade tinham, além da cultura islâmica, uma influência bizantina muito forte, pois

era intenso o contato entre os dois impérios, o Islâmico e o Bizantino, seja por guerras de fronteiras na Ásia Menor, seja pela diplomacia, com visitas de bizantinos ao governo sírio. Também no norte da África (região de Ifriqya) a presença islâmica teve de lidar – desde o governo de Uthman, mas, no dos omíadas, com mais força – com a questão da presença bizantina e a luta contra os berberes, o principal empecilho.

Nesse contexto, em 711, o guerreiro berbere Tariq, submetido ao governo de Ifriqya liderado por Musa Ibn Nusayr, conquistou o poder visigodo ao vencer o Rei Rodrigo na Península Ibérica, inaugurando o início da presença islâmica na região – que, no futuro próximo, seria chamada *Al-Andaluz*. Após a investida, o próprio governador magrebino Musa conquistou mais territórios na Península Ibérica ao lado de Tariq.

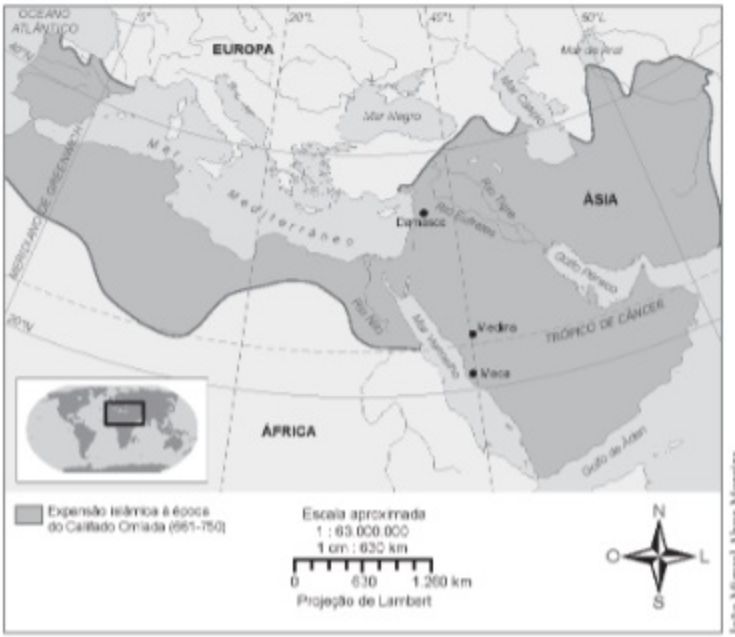
Nesse sentido, convém acompanhar o relato de Ibn Al-Kardabus, historiador de Al-Andaluz e do Magrebe do século XII, o qual entendia que o sentido da história se conectava com a religiosidade de um povo. Em seu livro *Historia de Al-Andaluz*, podemos analisar o modo cronístico como ele conta a conquista de Tariq sobre Toledo, sem deixar de expor visões sobre os dois lados do embate. Vejamos, inicialmente, o lado dos visigodos:

> *Saída de Rodrigo com seu exército. Quando as notícias dele [Tariq] chegaram a Rodrigo, [este] saiu a seu encontro com cem mil cavaleiros. Tinha consigo (também) carroças que levavam riquezas e vestidos. Ele (foi) em uma litera que levava três mulas conectadas, sobre ela havia um abobadado dossel (qubba) coroado com pérolas e jacintos. Sobre seu corpo (levava) uma túnica (bordada) de pérolas, que haviam sido costuradas*

com fios de seda, e com ele (trazia) quantidade de mulas, que não carregavam senão as cordas para as ligações de outros cativos; visto que não duvidava de sua captura. (Al-Kardabus, 2011, p. 61-62, tradução nossa)

Nesse trecho, surpreende o relato de um historiador muçulmano como Ibn Al-Kardabus, pois demonstra um outro lado do entendimento histórico, indo além da percepção eurocêntrica. Al-Kardabus relata a preocupação antecipada do Rei Rodrigo indo ao encontro do guerreiro Tariq. Sabemos que, independentemente de isso ter ou não acontecido tal como o historiador conta, o fato é que Tariq venceu Rodrigo e conquistou a capital dos visigodos, Toledo. Tal empreendimento resultou no quase completo domínio dos árabes e dos berberes na Península Ibérica, apenas sobrando de resguardo uma pequena faixa cristã ao norte. O Califado Omíada acompanhava de longe, desde Damasco, as movimentações na região ocidental (Península Ibérica e norte da África). Depois da conquista da Península Ibérica, o avanço islâmico se dirigiu até o sul da França, onde foi barrado na Batalha de Poitiers, em 732, por Carlos Martel.

Mapa 3.1 – Expansão islâmica nos séculos VII e VIII



Os omíadas, que governavam desde o fim dos *rashiduns*, estavam passando por algumas dificuldades no período entre 740 e 750: pouco contato entre os árabes da Península Arábica e o governo na Síria; movimentações de conquista territorial no norte da África e na Península Ibérica (em descompasso com os desejos e o controle do califado sírio), gastos intensos com o exército, o qual demandava pagamentos, armas e redistribuição de impostos para quitar suas contas; e afastamento dos beduínos – que não aceitavam viver nas cidades – dos acontecimentos do império. Concomitantemente, existia uma família descontente com a política omíada no Império Islâmico que acabou por tomar o controle, os abássidas.

A Dinastia Abássida (de 750 a 1258) conseguiu o poder do Império Islâmico após um banquete com os descendentes dos omíadas, os quais foram assassinados durante o evento. Um dos que conseguiram fugir da matança em 750, o Príncipe Abd Al-Rahman, refugiou-se no norte da África e começou outra história, em 756, na região da Península Ibérica, onde foi recebido por tropas sírias omíadas e proclamado pelas legiões emir de Al-Andaluz e intitulado *Falcão dos omíadas* – as consequências desse acontecimento apresentaremos mais adiante. Ainda nesse momento, a Dinastia Abássida controlava desde Bagdá o Império Islâmico, porém não sem enfrentar resistência fortalecida no Ocidente.

(3.5)
A AURORA ALCANÇOU ŠAHRĀZĀD

Um dos governos mais importantes do período abássida foi o do califa Harun Al-Rashid, que liderou de 786 até 809. Sua estrutura política permaneceu para seus três filhos, que também foram califas, na sequência: Amin, Al-Mamun e Mutasim. Apesar disso, o governo de Al-Rashid se aproximou bem mais do filho Al-Mamun, pois ambos foram patrocinadores fundamentais para a Casa da Sabedoria (*Bayt Al-Hikma*).

Durante seu governo, Al-Rashid ordenou o registro da tradição oral de *As mil e uma noites* por escrito (hoje a conhecemos como manuscrito do ramo sírio). Também nesse período foram estimulados processos de elaboração e sistematização das leis islâmicas (*sharia*), do direito (*fiqh*) pelos cádis, para definir uma ordenação social do império, pois eles não poderiam seguir apenas a tradição das *ahadits* (narrativas sobre os costumes e as ações do profeta Maomé). Vale

destacar que, no islamismo, existem quatro escolas de suma importância na área do direito, que são: a *hanafita*, a *malikita*, a *shafiita* e a *hanbalita*. As duas primeiras foram as que mais estiveram presentes ao longo do califado de Al-Rashid.

A história da política dos abássidas estava muito associada à da família dos barmecidas. Isso fica evidente ao verificarmos a posição de vizir [4], próxima ao poder, que essa família assumia. O mais conhecido caso é o de Jaʿfar, oriundo da família barmecida e que, desde a juventude, acompanhou o jovem Harun Al-Rashid. Depois de Harun ser escolhido califa, nomeou Jaʿfar como seu vizir, porém as riquezas acumuladas pelos barmecidas fizeram o governante nutrir desconfianças com relação a essa família.

A produção erudita ganhou força no século IX na cidade de Bagdá. Al-Rashid e seus sábios estavam fomentando reflexões em manuscritos e traduzindo as obras gregas para o persa e o árabe-islâmico. Essa transmissão de conhecimento é muito importante para compreendermos como alguns conhecimentos gregos chegaram pelos árabes até o Ocidente. Já existiam as traduções e as reflexões sobre os gregos dos bizantinos, mas a impulsão da transladação dos estudos foi, em grande parte, de responsabilidade dos árabes islamizados e dos persas sob o Império Islâmico. Conforme Georges Duby (1979, p. 119) relata sobre esse assunto,

> *O instrumento racional aperfeiçoou-se depressa, pela progressiva assimilação de processos intelectuais que o Ocidente foi buscar a províncias culturais exteriores à cristandade latina e muito mais ricas do que esta alguma vez fora: ao saber do mundo muçulmano e, por seu intermédio, ao da Grécia antiga.*

4 *O vizir tinha um cargo como de primeiro-ministro, auxiliando as decisões políticas dos califas e dos sultões.*

Conheceremos mais sobre essa passagem histórica adiante, ao tratarmos do diálogo entre islâmicos, cristãos e bizantinos no Medievo.

A Dinastia Abássida também recepcionava um grande número de poetas, artistas e sábios estrangeiros. Os eruditos tinham orgulho de sua posição, seja na corte (poetas, artistas), seja na Casa da Sabedoria (sábios letrados). A poesia sempre foi vista pelos árabes como a primeira arte – a segunda era a prosa, que é a base de escrita da gramática da língua árabe, da filosofia (*falsafa*) e da história – desde a época dos beduínos, depois dos omíadas e, então, dos abássidas.

Verificamos, nessa divisão de primeiro e segundo lugares, um sentido aristotélico de colocar em primazia a arte da poesia (o conhecimento universal) e, em seguida, a da prosa (o estudo do particular). Naquele momento, um dos mais importantes historiadores era Al-Tabari (839-923). Antes dele, um dos poetas famosos que recitava para a corte e era patrocinado por Harun Al-Rashid chamava-se Abû Nuwâs (757-815). A seguir, apresentamos um trecho da tradução de um poema de Abû Nuwâs sobre o amor. Trata-se, portanto, de um *zegel*, modelo diferente da narrativa religiosa ou política (*muachahat*).

O coração inumerável

Janân tomou meu coração, do qual nada resta:
os dois terços do meu coração e os dois terços do resto
e os dois terços do último resto.
Ao serviçal lesto,
um terço do terço. Seis partes para os amantes enfim.

Fonte: Poemas..., 2015.

A cultura islâmica, como vimos, fazia parte da sociabilidade na corte e deixou vestígios para nós dos modos e dos costumes da época. Isso foi apenas o começo do Império Islâmico, que ainda teria seu auge e passaria por uma desestruturação política.

Síntese

Neste capítulo, vimos que o início da história do islamismo nos conduz diretamente para a biografia do profeta Maomé, responsável pelo surgimento de uma nova religião monoteísta, o islamismo. As atitudes religiosas de Maomé criaram o molde exemplar para os islâmicos e revolucionaram a organização social e política daquela sociedade. Assim, valores como justiça social, igualdade e caridade se destacam na construção da doutrina islâmica.

Após a morte do profeta, os califas, por meio de diferentes dinastias, expandiram os territórios do Islã, associando política e religião nessa empreitada. Essa mesma grandeza, no entanto, tornar-se-á um elemento de dificuldade para a manutenção e a centralização política do império, como veremos no próximo capítulo.

Indicações culturais

Documentário

EXPANSÃO do Islamismo. **Andrew Marr's History of the World**. Londres: BBC, 2012. Programa de televisão.

A série de documentários *Andrew Marr's History of the World*, produzida pela BBC de Londres, apresenta de forma atual e não linear a história sobre o crescimento do islamismo no Medievo.

Sites

ARRESALA. Disponível em: <http://www.arresala.org.br/>. Acesso em: 30 out. 2018.

O portal compreende um extenso conteúdo sobre a cultura e a religiosidade islâmica.

POEMAS de Abû Nuwâs. Tradução de Marcella Lopes Guimarães. **Rascunho**, n. 186, dez. 2015. Disponível em: <http://rascunho.com.br/poemas-de-abu-nuwas/>. Acesso em: 30 out. 2018.

Jornal literário recomendado para se conhecer a biografia e se aprofundar nos poemas de Abû Nuwâs.

Atividades de autoavaliação

1. Acerca da época de formação do islamismo, analise as afirmativas a seguir e indique V para as verdadeiras e F para as falsas.
   ( ) Nós conhecemos a figura histórica do profeta Maomé a partir da Bíblia.
   ( ) A biografia do profeta Maomé (571-632) é conhecida por meio dos capítulos (suras) do Alcorão (o selo dos livros monoteístas, como a Torá e a Bíblia) e das *hadiths*.
   ( ) A *jihad* significa apenas uma luta por conquista territorial e material.
   ( ) *Salá* significa os cinco pilares do islamismo (orar cinco vezes ao dia).

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

a) V, V, F, F.
b) V, F, F, V.
c) F, F, V, V.
d) F, V, F, F.
e) V, V, V, V.

2. Sobre a época dos *rashiduns*, quando houve a maior expansão do islamismo, analise as afirmativas a seguir e indique V para as verdadeiras e F para as falsas.

( ) Os *rashiduns* (os "corretamente guiados") foram Abu Bakr, de 632 a 634, pai de Aisha, esposa de Maomé; Omar, de 634 a 644; Uthman, de 644 a 656; e Ali Ibn Ali Tahib, de 656 a 661.
( ) O califa era o lugar-tenente do legislador inspirado.
( ) O governo de Ali ocasionou a primeira união (*umma*) do império na comunidade islâmica.
( ) A conquista de Al-Andaluz se deu na Batalha de Poitiers, em 732, por Carlos Martel.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

a) V, V, F, F.
b) V, F, F, V.
c) F, F, V, V.
d) F, V, V, F.
e) F, F, F, V.

3. Analise as afirmativas a seguir sobre o momento de divisão de poderes no islamismo:

I) A Dinastia dos Abássidas foi substituída por todo o Império Islâmico pela Dinastia dos Omíadas.

II) Em 750, o Príncipe Abd Al-Rahman se refugiou no norte da África e começou uma outra história, em 756, na região chamada *Al-Andaluz*.

III) Um dos governos mais importantes do período abássida foi o do califa Harun Al-Rashid, que durou de 786 até 809.

Assinale a alternativa correta:

a) Somente a afirmativa I é verdadeira.
b) Somente a afirmativa II é verdadeira.
c) Somente a afirmativa III é verdadeira.
d) Somente as afirmativas II e III são verdadeiras.
e) Nenhuma das alternativas está correta.

4. Analise as afirmativas a seguir sobre reflexões históricas vistas nesse capítulo:

I) A compreensão do islamismo medieval é importante para evitar deturpações contemporâneas sobre a realidade daquela cultura.

II) As histórias de *As mil e uma noites* são exemplos de produções de importância do Oriente Medieval.

III) As leis islâmicas (*sharia*) do direito (*fiqh*) não eram seguidas pelos muçulmanos.

IV) A *falsafa* é um conceito sobre o poder no Islã.

Assinale a alternativa correta:

a) As afirmativas I e II são verdadeiras.
b) Somente a afirmativa II é verdadeira.

c) Somente a afirmativa III é verdadeira.
d) Somente a afirmativa I é verdadeira.
e) Todas as alternativas estão corretas.

5. Assinale a afirmativa verdadeira sobre a história do islamismo:
   a) Os primeiros seguidores do profeta Maomé e os judeus medinenses acreditavam numa conexão entre o Antigo Testamento e as mensagens corânicas.
   b) A política da *jihad* ganhava fôlego e apenas tinha por objetivo a conquista de territórios.
   c) Os chamados *rashiduns* eram inimigos do profeta Maomé.
   d) Os omíadas destronaram os abássidas na região da atual Síria.
   e) Os *rashiduns* não tiveram interesse em propagar a fé islâmica.

Atividades de aprendizagem

Questões para reflexão

1. Releia a passagem do Alcorão chamada "A Sura de Maria" (Sura 19, 27-33), disponível na Seção 3.4, e responda às questões:
   a) Como é a dinâmica da mulher no contexto do islamismo?
   b) Como se dão as características dessa narrativa?

2. Como se deu o processo de surgimento do islamismo?

3. Explique a querela da época dos *rashiduns* e a escolha pelo modelo político do califado.

4. Defina a importância para o islamismo da conquista de Al-Andaluz.

Atividade aplicada: prática

1. Assista aos episódios da série *Andrew Marr's History of the World* e elabore um texto sobre como ocorreu a expansão do islamismo no Medievo.

Capítulo 4

Auge, divisões e enfraquecimento do mundo islâmico

Entre os séculos IX, X e XI, surgiram, no Império Islâmico, diferentes califas, no Ocidente (em Al-Andaluz), na Ásia Central e no norte da África (os sultanatos do Marrocos, de Ifriqya e do Egito eram os mais poderosos).

Veremos, neste capítulo, como os governos islâmicos do Oriente e do Ocidente conheceram seus momentos de auge e passaram por transformações políticas.

(4.1)
Um novo panorama em surgimento

Aos poucos, com a perda do controle de várias regiões, o califado central, em Bagdá, acabou se enfraquecendo. Em decorrência disso, outros califados se fortaleceram, entre os quais o de Al-Andaluz, que alcançou pleno brilho. Foi na sociedade dessa região que ocorreram as trocas culturais entre islâmicos e cristãos mais frutíferas e que influenciariam os futuros europeus.

Uma mescla de árabes, berberes, cristãos remanescentes da conquista islâmica e estrangeiros viviam em cidades como Córdoba e Toledo. Os cristãos – visigodos em sua maioria – ou se converteram ao islamismo ou mantiveram sua religião sob o pagamento de tributos. Vale lembrar que apenas os nobres e os mais abastados conseguiram escapar da conquista islâmica na região da Península Ibérica, pois a maioria havia lutado até a morte ou permanecido no território (convertendo-se ou não) e, nesse caso, pagavam impostos ao novo governo.

A sociedade de Al-Andaluz, portanto, foi forjada por uma mescla cultural e religiosa que a torna uma das experiências historicamente mais instigantes. Enquanto Paris era considerada uma pequena fortaleza, Córdoba abrigava uma cidade com um intenso comércio e um

poderoso centro político – já tinha um califado concorrente direto com o do Oriente –, favorecido sobretudo por trocas de costumes e saberes.

Toledo, ex-capital visigótica, por sua vez, tornou-se uma das principais cidades que se mantinham sob a vigilância da tolerância religiosa por meio dos cultos islâmico, cristão e judeu.

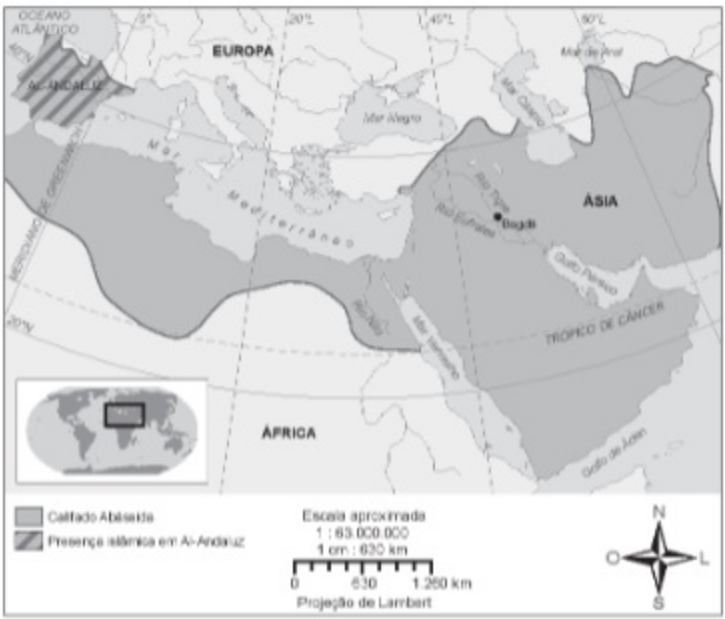
Não obstante, a experiência histórica de Al-Andaluz não se repetiu ao fim de sua jornada, no século XV. Os cristãos que lá permaneceram – sob o pagamento de impostos, ressalve-se – acabaram por se tornar bilíngues e ficaram conhecidos como *moçárabes* (ou *mozárabes*). Eles foram essenciais na troca de informações entre seu mundo e o dos islâmicos (e também o dos judeus). Além disso, muito do que conhecemos advém do saber oriental assimilado pelos ocidentais daquela região. Talvez a cultura ocidental não fosse como é hoje sem esse enriquecedor contato. Por toda essa conjuntura, em 929, Abd Al-Rahman III assumiu a posição de califa de Al-Andaluz.

Essa política mudou apenas no século XI, com a divisão do poder das famílias em **taifas**, ou seja, produzindo os primeiros sultões de taifas. Foi por conta da desagregação do antigo poder centralizado do califado em inúmeras esferas de comando das taifas (como Córdoba, Sevilha, Granada, Valência), que os cristãos ao norte – alimentados por um espírito cruzadístico – iniciaram a chamada *reconquista* da Península Ibérica. Sobre a mentalidade cruzadística, veremos seus detalhes no próximo capítulo, dedicado a essa questão.

Dessa forma, ocorreu a entrada na região dos almorávidas, desde o sultanato marroquino. A "reconquista" era uma noção que derivava do imaginário ibérico, o qual associava a tomada de Granada com o movimento das Cruzadas, tendo por objetivo a luta contra os muçulmanos, vistos como "infiéis". Entretanto, hoje, a historiografia sobre o assunto indica esse processo como "conquista" dos cristãos sobre os

reinos islâmicos ibéricos, e não exatamente uma "reconquista", pois leva em conta o que o "outro" nos relata e uma realidade distinta da época dos antigos visigodos.

Mapa 4.1 – Califado abássida e Al-Andaluz, entre os séculos VIII e XIII



João Miguel Alves Moreira

(4.2)
Saber e poder no Islã

O mundo islâmico vivia, entre os séculos IX e XI, de um intenso patrocínio do conhecimento realizado por califas, sultões ou nobres do exército, que desejavam que a sabedoria se multiplicasse em honra do islamismo. Isso favorecia o desenvolvimento urbano, seja

comercial, seja monumental, criando, nesse último sentido, muitas bibliotecas nas quais os manuscritos eram preservados, estudados, copiados e traduzidos. É interessante observar que, no islamismo, mantinha-se a história do conquistado, assimilando-a para o universo cultural e identitário dos muçulmanos. As escolas (*madrasas*) exigiam de seus alunos qualidade no saber laico (sobre literatura, história, direito, filosofia) e também no religioso (em estudos sobre o Alcorão).

As bibliotecas e as escolas eram anexas a grandes mesquitas, formando um complexo cultural. A atividade dos sábios islâmicos chegou a tal importância que se acredita que a poesia da região de Al-Andaluz do século XI tenha atingido a inteligibilidade das canções em língua romance utilizada por trovadores cristãos ibéricos e franceses. A presença no Ocidente dos relatos de *As mil e uma noites* prova a assimilação da cultura árabe-islâmica por aquela civilização. Além disso, a *falsafa* (filosofia árabe), da qual se destacam Al-Kindi (801-873), Al-Farabi (870-950), Ibn Sina – ou Avicena – (980-1037) e Ibn Rushd – ou Averróis – (1126-1198), chegou aos debates ocidentais graças aos trabalhos que resgatavam pensamentos aristotélicos, platônicos e neoplatônicos (Attie Filho, 2002). Outros saberes também eram valorizados no mundo ocidental por conta dos estudos orientais, como a alquimia, a álgebra, a astronomia (principalmente nos mapas para as navegações comerciais e de conquista e na colaboração com a geografia), a medicina (com o acesso aos saberes de Hipócrates, Galeno e ao *Livro de Avicena*), a história (com as crônicas sobre os governantes dos mundos árabe, persa, grego e berbere, tanto no período pré-islâmico quanto no islâmico) e a arquitetura ao lado da pintura (com a presença de cúpulas – como no Domo da Rocha e na Mesquita de Ibn Tulun – de minaretes – como na Mesquita de al-Azhar –, e de mosaicos, ladrilhos, vidros e cristais coloridos – como os dos bizantinos).

Figura 4.1 – O Domo da Rocha, modelo universal de Mesquita, em Jerusalém (século VII)

Vadim Petrakov/Shutterstock

Figura 4.2 – Mesquita de Ibn Tulun, no Cairo, Egito (século IX)

Amr Hassanein/Shutterstock

Figura 4.3 – Mesquita de al-Azhar, no Cairo, Egito (século X)

Waj/Shutterstock

Figura 4.4 – Pátio dos Leões, em Alhambra, Granada, Espanha (século XI)

Vinício Tullio/Shutterstock

Sobre o universo das artes, cabe ressaltar que a representação plástica não cabia à figura humana, apenas, pois os islâmicos eram favoráveis à vegetalização, à geometrização, aos arabescos e à caligrafia (como no pátio interno do Palácio dos Leões, em Alhambra), nas formas de arte da pintura (Curatola, 2009). Não obstante todas essas grandes conquistas, a erudição árabe islâmica não conseguiu frear o avanço dos inimigos sobre sua cultura.

(4.3)
Avanço dos inimigos

Durante os séculos XI, XII e XIII, o mundo árabe islâmico sofreu do mesmo mal que os bizantinos: a ameaça de turcos e mongóis (Sonn, 2011). De acordo com as palavras do historiador Bernard Lewis (1990, p. 166):

> *Os Seljúcidas chegaram aos territórios do Califado por volta de 970, e não tardaram a aceitar o Islão. Num curto período de tempo, haviam conquistado a maior parte da Pérsia, e em 1055 Tughrul Bey entrou em Bagdade, derrotando os Buwaihitas e incorporando o Iraque no reino seljúcida. No espaço de alguns anos, os seljúcidas tinham arrebatado a Síria e a Palestina aos chefes locais e aos Fatimidas em declínio e, sendo bem-sucedidos onde os Árabes haviam falhado antes, conquistaram aos Bizantinos uma grande parte da Anatólia, que passou a ser, e assim permaneceu, território muçulmano e turco. Os Seljúcidas eram Muçulmanos Sunitas, e a sua tomada da cidade de Bagdade foi considerada por muitos como a libertação dos Buwaihitas heréticos. Os Califas continuaram a ser os chefes nominais, mas os verdadeiros soberanos do Império, cuja maior parte se encontrava agora unida sob uma única autoridade, pela*

primeira vez desde o primitivo Califado, eram os Grão-Sultões Seljúcidas que venceram os Bizantinos e os Fatimidas no Ocidente.

Além da ação dos turcos no Oriente, participando, inclusive, das Cruzadas, no Ocidente, os almorávidas e os almôadas dominavam a cena. Nesses dois eixos, ocorriam transformações importantes, como a conquista pelos turcos do califado dos árabes em Bagdá e as mudanças políticas em Al-Andaluz, que se efetivavam por correntes berberes reinantes advindas do norte da África, que se sobrepunham uma após a outra. Havia ainda a ameaça mongol, que se espalhava no mapa de conquistas islâmicas, como Lewis (1990, p. 173) aponta:

> *Entretanto, surgia no Oriente uma nova e mais grave ameaça para o Islão. Lá longe, na Ásia Oriental, Gengis Khan, após uma dura guerra interna, tinha unido as tribos nómadas da Mongólia e tinha-as impelido para uma carreira de conquistas, que, pela sua amplidão, deve ocupar um dos lugares mais notáveis na história da humanidade. Por volta de 1220, os Mongóis tinham conquistado toda a Transoxânia. Em 1221, Gengis atravessou o rio Oxo e entrou na Pérsia. À sua morte em 1227 seguiu-se uma pausa, porém em meados do século, foi planeado e posto em acção um novo avanço para ocidente. O príncipe mongol Hülekü atravessou o rio Oxo, com instruções do Grande Khan da Mongólia para conquistar todos os territórios do Islão até ao Egipto. Os seus exércitos invadiram a Pérsia, vencendo todas as resistências e esmagando os próprios Ismailitas, que haviam resistido a todos os anteriores ataques. Em 1258, Hülekü conquistou Bagdade, matou o Califa e aboliu o Califado Abássida. A destruição dessa importante instituição histórica, mesmo na decadência centro legítimo do Islão e símbolo de sua unidade, representou o fim de uma era na história islâmica. Todavia, de certa forma, o embate não foi talvez tão grande como por vezes se sugere. Os Califas já há muito que haviam perdido a quase totalidade dos seus poderes efectivos, e os sultões seculares, tanto na capital como nas províncias,*

tinham começado a arrogar-se a si próprios não só os poderes, mas também algumas das prerrogativas dos Califas. Os mongóis pouco mais fizeram do que afastar o fantasma de uma instituição já moribunda.

Enquanto no Oriente ocorriam as conquistas turcas e mongóis, no Ocidente as dinastias magrebinas tentavam se sobrepor às taifas. O traço característico em comum dos almorávidas e dos almôadas era a rigidez da prática da fé ao lado de uma tradição muito mais berbere do que árabe. O Al-Andaluz, que já tinha vivido períodos de taifas, passava então por modificações políticas que exigiam uma readequação de acordo com a fé militante e unificadora dos magrebinos.

Seguimos nas próximas seções com o estudo das dinastias dos almorávidas e dos almôadas.

(4.4)
Dinastia dos Almorávidas

Os almorávidas foram um grupo com origem no norte da África que, inspirados no início de sua história por Ibn Yasin (?-1059), seguia a ideologia de defesa da rusticidade da fé em detrimento da luxuosidade das cidades magrebinas. Ibn Tasfin (1009-1106) foi o conquistador e o fundador da Dinastia Almorávida, ramo do poder que dominou quase todo o território magrebino, excluindo Ifrikya. Quando, em Al-Andaluz, existiam os reinos taifas, os governos locais eram dificilmente envolvidos na defesa de suas terras perante o avanço dos cristãos do norte, que contavam com o apoio dos franceses que se encaminhavam para o movimento das Cruzadas no Oriente. No próximo capítulo, vamos nos aprofundar sobre o tema das Cruzadas e a importância de alguns líderes islâmicos, como Saladino (1138-1193).

Os habitantes de Al-Andaluz não desejavam manter conexão com os magrebinos. Foi apenas depois de Toledo ter sido conquistada pelos cristãos, em 1085, que Al-Andaluz pediu ajuda aos almorávidas. Na Península Ibérica, os almorávidas permaneceram de 1040 até 1147, mas não conseguiram anexar todas as taifas nem conquistar todos os principados, como a terra de Valência, recém-obtida pelos cristãos, cuidada por Rodrigo Díaz de Vivar, conhecido como *El Cid* (1048-1099).

Entretanto, paulatinamente, as taifas foram aderindo ao governo dos almorávidas e a diversidade de pensamentos políticos e religiosos dos que habitavam Al-Andaluz sofreu críticas dessa nova dinastia, mais autoritária e rígida. Contudo, a posição dos almorávidas não era unânime, nem na Península Ibérica nem no norte da África, abrindo espaço para o surgimento de uma dinastia que a contestaria e depois a suplantaria. Ela era formada pelos almôadas. Vejamos a descrição de Richard Fletcher (2002, p. 149) sobre a biografia de El Cid:

> *Tradicionalmente, o lugar de nascimento de Rodrigo é situado em Vivar, uma vila a cerca de nove quilômetros e meio ao norte de Burgos. Em tempos modernos, o local foi rebatizado de Vivar del Cid, a fim de enfatizar a relação. A indicação mais antiga dessa conexão encontra-se no Poema de mio Cid, no qual Rodrigo é repetidamente citado como "el de Bivar" – "o homem de Vivar". O poeta talvez tenha preservado uma tradição autêntica, mas não há como saber. Seja como for, Vivar é uma possibilidade razoável. A família de Rodrigo possuía terras nas redondezas, e ele próprio tinha propriedades na região na época de seu casamento. A data de seu nascimento é tão incerta quanto o local. Posto que ele já atuava como guerreiro por volta de 1063, ele deve ter nascido em meado da década de 1040: 1043 é a data preferida, embora possa ter sido mais tarde, em 1046, ou até 1047.*

Diante do exposto, buscaremos agora compreender a Dinastia dos Almôadas na Península Ibérica medieval.

(4.5)
Dinastia dos Almôadas

Durante o período de poder (de 1121 até 1269), após os eventos vividos por El Cid, os almôadas conseguiram que todas as antigas taifas se unissem a eles e formassem um bloco de resistência aos cristãos do norte peninsular. Diferentemente dos almorávidas, os almôadas, inicialmente, absorviam as outras culturas, abriam sua percepção religiosa ao **sufismo**[1] e patrocinavam os saberes. Foi durante essa dinastia que viveu em Córdoba um dos maiores nomes da filosofia mundial: Averróis (1126-1198).

Figura 4.5 – Estátua em homenagem a Averróis em Córdoba, Espanha

Luma creative/Shutterstock

1 *O sufismo é um ramo do conhecimento islâmico em que a filosofia do autoconhecimento é empregada.*

No início da Dinastia dos Almôadas, Averróis mantinha seu cargo de cádi, que perpassava como herança por sua família; além disso, ele se dedicava às reflexões sobre a medicina acerca da questão – de inspiração aristotélica – de entender concomitantemente a fé e a razão. Essa efusão de saber para Averróis e outros sábios envolvidos em diversas áreas do conhecimento (como filosofia, poesia, medicina, direito e até arquitetura) durou até o governo de Al-Mansur, de 1184 a 1199, ou seja, até o auge do poder dos almôadas, também época de perseguição cultural. Nesse contexto, insere-se o comentário de Averróis (2012, p. 240) feito à obra aristotélica Ética a Nicômaco sobre o sentido de justiça:

> *Disse: Ora, depois de retomarmos nossa exposição um pouco acima, convém dizer que não se torna prudente quem opera com maior perfeição e delibera melhor porque a sua ação se faz nas coisas virtuosas e boas. Enunciemos também nosso princípio a respeito do que estou dizendo. Ei-lo aqui. Como dissemos, alguns homens praticam atos de justiça sem que sejam justos, tal como os que cumprem as leis ou contra a sua própria vontade ou por ignorância do que estão fazendo, e assim agem por um outro motivo que não é visado pelas leis. De modo geral, a estes homens não denominamos virtuosos, embora realizem o que é necessário e tudo o que o virtuoso realiza. Parece, assim, que naquele prudente há uma coisa que tem potência por meio da qual ele descobre os particulares da boa qualidade da deliberação, sejam eles um bem ou um mal. Quando, por meio da boa deliberação, acontece a ele descobrir particulares que são um bem, dele não dizemos nem que é virtuoso nem que é bom, no meu entender, segundo o modo que é próprio somente da boa deliberação para descobrir tudo em que incidirá a sua escolha.*

Como podemos perceber, Averróis opta pelo sentido de justiça aliado ao de prudência e de equidade. Será que o poder de sua época

proporcionava essa justiça ou o sábio estava refletindo como ela deveria ser aplicada? Esse é um tema de ponderação constante em seus comentários. Entretanto, como se processava o contexto de sua época?

Do começo até meados do século XIII, os almôadas sentiram o incrível avanço dos cristãos peninsulares do norte. O marco da virada para o universo cristão da Península Ibérica foi a tomada de Sevilha, Córdoba e Jaen por Fernando III, rei de Leão e Castela, em 1248. A partir desse momento, a Dinastia dos Almôadas se desintegrou. Além disso, ela não podia mais recorrer aos vizinhos do norte da África como apoio para a manutenção de seu poder perante os cristãos, pois, naquela região, a geopolítica também se reconfigurava no século XIV em diversos sultanatos com interesses próprios, como os sultanatos do Marrocos, de Tlemcen, dos Hafsidas e dos mamelucos, no Egito.

Sobre os mamelucos e o novo avanço turco, Lewis (1990, p. 176) comenta que

> *Numa primeira fase, os Mamelucos foram ameaçados pelos Cristãos e Mongóis, e o seu feito máximo foi a defesa da civilização islâmica do Próximo Oriente contra esses inimigos. No decurso do século XV, surgiu uma nova potência – o Império Otomano, qual fênix renascida das ruínas do Sultanato Seljúcida da Anatólia. As relações entre os dois Estados foram, inicialmente, amigáveis, mas os conflitos surgiram quando os Otomanos, fixados na Europa com segurança, voltaram a sua atenção para a Ásia. O comércio com a Europa, e especialmente o comércio entre a Europa e o Extremo Oriente, via Próximo Oriente, era de vital importância para o Egipto, tanto pelo comércio em si, como pelas receitas aduaneiras daí decorrentes. Durante períodos de poderio, os governos mamelucos protegeram e incentivaram este comércio, que deu ao Egipto uma grande prosperidade*

e um novo florescimento das artes e das letras. Porém, a ameaça mongol, reprimida por Baibars, ainda não estava afastada por completo.
Em 1400-1401 as forças turco-mongóis de Timûr (Tamerlão) assolaram a Síria e saquearam Damasco. Pragas de gafanhotos e as depredações dos Beduínos à solta completaram a obra dos Mongóis, e o Sultanato mameluco sofreu um rude golpe no seu poderio económico e militar de que nunca mais se voltou a recompor.

Na história do islamismo, os séculos XIV e XV assistiram a transformações profundas causadas pelos interesses cada vez mais expansionistas e individualistas dos sultanatos, sacudindo a ideia universal de *umma* dentro da unidade do califado, e também pelas consequências da peste negra. Nesse cenário, o sultanato em Alhambra ainda resistia, mas estava igualmente chegando ao fim.

(4.6)
Alhambra, última resistência de Al-Aldaluz

No contexto descrito anteriormente, apenas permanecia fortalecido como ainda representante de Al-Andaluz na Península Ibérica o sultanato de Granada, com capital em Alhambra. Sobre a arquitetura desse local, o historiador Albert Hourani (2006, p. 257) afirma que

O mais impressionante monumento sobrevivente no estilo andaluz não é uma mesquita, mas um palácio, o Alhambra em Granada. Construído basicamente no século XIV, não era apenas um palácio, mas antes uma cidade real separada da cidade principal lá embaixo. Dentro de seus muros, havia um conjunto de prédios: quartéis e fortificações do lado de fora, e no centro dois pátios reais, o Pátio da Mirta e o dos Leões, onde espelhos d'água eram cercados por jardins e prédios, e nas pontas salões cerimoniais.

O material usado era tijolo, ricamente decorado com estuque ou azulejos, trazendo inscrições do Corão ou de poemas árabes especialmente escritos para a ocasião. A presença de água indica uma característica comum dos estilos andaluz e do Magreb: a importância do jardim. No centro de um jardim havia um curso d'água ou poço, cercado por um retângulo de jardins e pavilhões; flores e plantas eram escolhidas e plantadas cuidadosamente; o todo era encerrado por altos muros de alvenaria cobertos de estuque.

Desde a época do controle de Granada, ainda como taifa, pelos ziridas até a chegada dos nasridas no século XIII, a região transformou-se em sultanato. Na época zirida, Albacín era um centro comercial dinâmico. Durante os governos dos almorávidas e dos almôadas, a região foi administrada pelos ziridas. Apenas em 1232, quando Muhammad Ibn Nasr se intitulou líder dos granadinos – governou de 1238 a 1273 –, a dinastia com o nome de Nasrida começou a controlar a região. Ibn Nasr era conhecido como *Alhamar*, ou seja, "o Rubro", por isso, Alhambra tem, em sua homenagem, o nome e a cor da construção de sua fortaleza.

Além disso, os sobreviventes da conquista cristã haviam migrado para os sultanatos do norte da África, para o Egito ou para a Síria, em busca de proteção. No entanto, logo depois desse evento, os cristãos da Península Ibérica ainda temeriam por muito tempo uma "revanche" dos antigos habitantes de Al-Aldaluz que agora viviam sob a guarda desses sultanatos. A principal preocupação era que o sultão de Granada poderia pedir ajuda aos magrebinos, em especial para realizar essa revanche. Assim, os reis que governaram a Península Ibérica sempre tentaram um acordo, sobretudo com os sultões magrebinos. Muitos nobres cristãos refugiados de seus reinos de origem criaram laços com os sultanatos dos marínidas no Marrocos, com os hafsidas em Túnis e com os mamelucos no Egito. O processo histórico

que ocorria na Península Ibérica não se fazia isoladamente, pois era necessário compreender a estrutura política entre as duas margens, a dos ibéricos e a dos magrebinos.

Entre os séculos XIII e XIV, ocorreu um crescimento do Ocidente Medieval por conta da abertura comercial feita pelos embates envolvidos no movimento cruzadístico. Com isso, além de um aumento da produção campesina até 1347 – ano da interrupção desse panorama com a chegada da peste negra –, as cidades medievais estavam crescendo cada vez mais. Essas localidades se alimentaram da existência das universidades e das trocas culturais que o Oriente havia despertado no Ocidente. Os contatos com os cristãos, tanto pelas batalhas das Cruzadas quanto pelos diálogos do saber, acabaram conduzindo o Ocidente a conhecer os debates de Avicena e de Averróis. Além disso, os sábios aprendiam não apenas o latim mas também o árabe, ou seja, a aproximação com o Oriente fazia parte do cotidiano daquelas pessoas.

O foco da fragmentação do poder no mundo islâmico se prendia ao avanço dos otomanos em direção aos governos de bases árabe e berbere. Ao mesmo tempo, existia uma resistência islâmica presente na fortaleza de Alhambra e que protegia o sultanato de Granada. Essa força, que tinha sido construída por duas importantes dinastias: a dos Ziridas (século XI a XII) e a dos Nasridas (século XIII a XV), durou até 1492.

Os nasridas eram tributários desde o século XIII – época da conquista pelos cristãos de boa parte da Península Ibérica dos islâmicos – do reino de Leão e Castela. Com a conquista de Granada pelos reis católicos Fernando de Aragão e Isabel de Castela, em 1492, esse bastião da política e da cultura de Al-Andaluz se quedou. Surgia, assim,

nessa época, uma Espanha intolerante, que adotava uma política de expulsão forçada de muçulmanos e judeus. No entanto, os otomanos, no Oriente, com a conquista de Constantinopla desde 1453 e com o auge de seu poder com Suleiman, o Magnífico (1520-1566), resguardaram o islamismo durante o período da modernidade. Porém, esse Islã era divergente daquele momento medieval em que se abria um mundo de reflexões filosóficas ao lado das religiosas e da diversidade nas artes, pois o islamismo moderno focou apenas na religiosidade, abolindo a continuidade dos estudos sobre a razão. Esse disparate da política otomana levou à criação da imprensa muito mais cedo no Ocidente do que nas áreas dominadas pela política turca, resultando num avanço das ideias muito mais rápido pelos cristãos (católicos ou protestantes).

Síntese

Neste capítulo, tratamos de uma importante parte da história medieval que afetou a trajetória tanto do Oriente quanto do Ocidente.

O auge político da região de Al-Andaluz foi inédito na história e se mostrou fundamental para o desenvolvimento tecnológico da Europa medieval. Os debates universitários surgidos por conta da presença da erudição da cultura dessa localidade e o modo de resistência política na Península Ibérica durante o domínio islâmico foram momentos cruciais para a trajetória da humanidade.

A história do islamismo, da constituição de um Império que absorveu e transformou culturas, demonstra, portanto, uma dinâmica múltipla que fomenta um novo olhar sobre essa civilização.

O Quadro 4.1 apresenta, de forma sucinta, o conteúdo abordado neste capítulo.

Quadro 4.1 – Principais etapas políticas no universo islâmico medieval

Século VII – Península Arábica	*Rashiduns*
Século VIII – Oriente	Omíadas
Séculos VIII a XII – Ocidente: Península Ibérica	Califado Omíada e reinos taifas no Al-Andaluz
Séculos VIII a XIII – Oriente	Abássidas
Séculos IX a XIII – Norte da África	Habitantes de Al-Andaluz e magrebinos (berberes e mamelucos)
Séculos XI e XII – Península Ibérica	Almorávidas
Séculos XII e XIII – Península Ibérica	Almôadas
Séculos XIII a XV – Península Ibérica	Nazaríes
Século XV – Constantinopla (atual Istambul)	Turcos otomanos

Indicações culturais

Documentário

REEL Bad Arabs: How Hollywood Vilifies a People. Direção: Jack Shaheen e Sut Jhally. USA: Media Education Foundation, 2006. 50 min.

Essa produção aborda a temática do islamismo com foco em sua compreensão cultural.

Site

ARRESALA. Disponível em: <http://www.arresala.org.br/>. Acesso em: 25 set. 2018.

O portal compreende um extenso conteúdo sobre a cultura e a religiosidade islâmica.

Atividades de autovaliação

1. Sobre o ambiente da chamada *reconquista*, analise as afirmativas a seguir e indique V para as verdadeiras e F para as falsas.

   ( ) Uma mescla de árabes, berberes, cristãos remanescentes da conquista islâmica e estrangeiros viviam em cidades como Córdoba e Toledo.

   ( ) Enquanto Paris ainda era considerada uma pequena fortaleza, Córdoba abrigava uma cidade com um intenso comércio e um poderoso centro político.

   ( ) A "reconquista" foi uma ideologia utilizada pelos cristãos ibéricos para estimular a retomada das áreas mais ao sul da península, onde os reinos taifas estavam.

   ( ) A ideologia da "reconquista" ainda é aceita sem ser problematizada.

   Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

   a) V, V, V, F.
   b) V, F, F, V.
   c) F, F, V, V.
   d) F, V, F, F.
   e) F, F, F, F.

2. Sobre o desenvolvimento da erudição medieval, analise as afirmativas a seguir e indique V para as verdadeiras e F para as falsas.

   ( ) O mundo islâmico vivia, entre os séculos IX e XI, uma falta de desenvolvimento do saber, por isso o Medievo é a "Idade das Trevas".

   ( ) As *madrasas* eram hospitais que atendiam aos enfermos.

( ) A presença, no meio ocidental, dos relatos de *As mil e uma noites* prova a assimilação da cultura árabe-islâmica.

( ) Os principais representantes da *falsafa* (filosofia árabe) foram: Al-Kindi, Al-Farabi, Ibn Sina ou Avicena e Ibn Rushd ou Averróis.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

a) V, V, F, F.
b) V, F, F, V.
c) F, F, V, V.
d) F, V, V, F.
e) V, F, F, F.

3. Sobre os acontecimentos políticos dos séculos XI ao XIII, analise as afirmativas a seguir.

I) Entre os séculos XI, XII e XIII, o mundo islâmico começou a sofrer do mesmo mal de que os bizantinos haviam padecido: a ameaça de turcos e mongóis.

II) Além da ação dos turcos no Oriente participando das Cruzadas, no Ocidente, os almorávidas e os almôadas dominavam a cena histórica da região de Al-Andaluz.

III) Ao mesmo tempo que ocorriam as conquistas turcas e mongóis no Oriente, no Ocidente, as dinastias magrebinas tentavam se sobrepor às taifas.

Assinale a alternativa correta:

a) Somente a afirmativa I é verdadeira.
b) Somente a afirmativa II é verdadeira.
c) Somente a afirmativa III é verdadeira.
d) Todas as afirmativas são verdadeiras.
e) Nenhuma afirmativa está correta.

4. Acerca dos almorávidas e dos almôadas, analise as afirmativas a seguir.

   I) Os almorávidas eram um grupo com origem no norte da África e foram inspirados, no início de sua história, por Ibn Yasin.

   II) Os inimigos dos almorávidas eram os almôadas.

   III) Os almorávidas eram um grupo com origem na Turquia e se expandiram até a região de Al-Andaluz.

   IV) Os inimigos dos almorávidas eram os eslavos.

   Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

   a) As afirmativas I e II são verdadeiras.
   b) Somente a afirmativa II é verdadeira.
   c) Somente a afirmativa III é verdadeira.
   d) Somente a afirmativa I é verdadeira.
   e) Todas as afirmativas estão corretas.

5. Sobre a história do islamismo na Península Ibérica, assinale a afirmativa verdadeira:

   a) Na Península Ibérica, os almorávidas duraram de 1040 até 1147, mas não conseguiram anexar todas as taifas nem conquistar todos os principados, como a terra de Valência, recém-obtida pelos cristãos e cuidada por Rodrigo Díaz de Vivar, conhecido por *El Cid*.
   b) A posição dos almorávidas era unânime na Península Ibérica, sendo os almôadas seus rivais ideológicos, e não territoriais.
   c) Quando estiveram no poder (de 1121 até 1269), os almôadas não conseguiram fazer todas as antigas taifas se unirem.

d) Foi durante a Dinastia dos Almorávidas que viveu em Córdoba um dos maiores nomes da filosofia mundial, Averróis (1126-1198).

e) Tanto os almorávidas quanto os almôadas favoreceram o diálogo político com os reinos cristãos do norte peninsular garantindo a paz.

Atividades de

Questões para reflexão

1. Leia o trecho abaixo, retirado do livro *Muqaddimah*, de Ibn Khaldun (1958b, p. 3-5), e responda às questões.

A História é um dos ramos dos conhecimentos humanos que se transmitem de geração a geração. (Tesouro de ensinamentos), ela atrai estudantes e estudiosos dos países mais longínquos que acodem pressurosos para ouvi-rem-lhe as lições. (Objeto de estudo e de meditação dos sábios), a História é ouvida com avidez pelo vulgo (que nela acha deleite e passatempo) granjeando a História ao mesmo tempo a estima dos reis e dos grandes, o apreço dos homens de estudo e a atenção dos ignorantes. Quanto a sua forma externa, a História apresenta-se qual o registro dos acontecimentos que marcaram o curso dos séculos, a sucessão das dinastias e os fatos que testemunharam as gerações passadas. (Ao descrever acontecimentos de tanto vulto e magnitude), a pena dos historiadores se agiganta e o verbo dos mestres se enfeita de figuras e provérbios. (Tão alta no conceito, tão aprazível na forma), a História é o encanto das assembleias literárias onde as multidões de seus amantes se acotovelam embevecidas. (Mestra incomparável), para tudo dizer, a História nos revela os segredos das revoluções e das transformações por que passam os seres em toda a Criação. Campo imenso e de horizontes infindos, por onde desfilam num monstruoso tropel

impérios, realizações ou derrotas fatais, a História reproduz a vida do homem sobre a terra, sua marcha para maiores conquistas, para dilatar cada vez mais a arena de suas atividades, até que soe a hora da partida marcada pelo Destino e que desapareça na voragem do tempo e do acaso. Vejamos agora os caracteres internos da ciência da História, que são: o exame e a verificação dos fatos, a investigação cuidadosa das causas que os precederam, o conhecimento profundo da maneira como os acontecimentos se sucederam, e como começaram. Pelo que se vê, a História, em sua essência, constitui um ramo importante da filosofia e merece ser colocada entre as ciências.

a) Qual é o sentido da história para Ibn Khaldun?
b) Como se dão as características desse sentido de história?

2. Como se deu o processo de conquista cristã da Península Ibérica?

3. Explique e problematize o conceito envelhecido na historiografia da "reconquista".

4. Relate a importância da presença islâmica na Península Ibérica durante o Medievo.

Atividade aplicada: prática

1. Assista ao documentário *Reel Bad Arabs* e elabore um texto sobre a desmistificação de preconceitos contra o islamismo.

Capítulo 5

Relações econômicas, culturais e políticas entre o Império Bizantino, o mundo islâmico e o Ocidente cristão

Neste capítulo, vamos explorar as relações econômicas, culturais e políticas entre o Império Bizantino, o mundo islâmico e o Ocidente cristão.

Para tanto, analisaremos as Cruzadas, observando como esse movimento influenciou as relações entre as três culturas envolvidas (bizantina, islâmica e cristã) na geopolítica do Medievo. Por fim, abordaremos a transladação dos estudos medievais.

(5.1)
Civilizações em contato via Mediterrâneo

Entre os séculos VIII e XV ocorreu, na Península Ibérica, o embate entre cristãos e islâmicos por conta de território. Como sinalizamos no capítulo anterior, não adotaremos o termo *reconquista* para descrever os eventos desse contexto, pois seguiremos a historiografia que revisou o termo e compreendeu o que aconteceu na época como uma conquista dos cristãos, tendo em vista que estes não eram descendentes em linha direta dos visigodos do passado. Além disso, muitos dos indivíduos que lutaram na conquista de territórios islamizados em Al-Andaluz tinham uma nova cultura, já refeita pelo contato com seus inimigos (García Fitz, 2009). Com base nessa explicação, buscaremos compreender o movimento das Cruzadas, que durou dos séculos XI ao XIII e surgiu no Ocidente medieval com a proposta de conquistar territórios na Síria e na Palestina para os cristãos.

(5.2)
Prelúdio das Cruzadas e as Conquistas

Desde o século VI até o século X, chegaram ao Ocidente membros de vários grupos – como os bizantinos, os islâmicos e os nórdicos. Essas populações migraram de suas fronteiras identitárias e ajudaram no cultivo do campo, maximizando a economia e fazendo as trocas comerciais serem proveitosas no feudalismo. Além disso, a nobreza, já no século XI, preocupava as instituições ocidentais; assim, os reis, o imperador e o papa sinalizavam mudanças a esse respeito.

A nobreza cobrava bens dos reis e agia com violência na cristandade, por isso, em 1075, o Papa Gregório VII (1015-1085) deu início a uma reforma, a qual defendia a chamada *teocracia papal*, em que o poder temporal estaria submetido ao poder espiritual (Fernandes, 2006). Gregório VII defendia que a investidura dos bispos deveria ser feita pelo poder espiritual, e não como estava ocorrendo: pelo poder temporal. Isso levou a Igreja a um conflito aberto com o Sacro Império Romano-Germânico.

Em 1054, a cristandade latina e a do Oriente passaram por um cisma. Essa divisão entre o Ocidente e os bizantinos fez com que estes tivessem uma política independente, na qual o imperador controlava as ações do patriarca de Constantinopla.

Entretanto, os bizantinos solicitaram ajuda aos latinos quando foram ameaçados pelos turcos, mas o papado, em 1095, entendeu que tal pedido, na realidade, era um convite para que os cristãos latinos tomassem o lugar de donos do Oriente (Fernandes, 2006). Essa foi um dos episódios que deu propósito ao panorama das Cruzadas. Nesse sentido, criaram-se ordens militares formadas por monges cavaleiros

que apoiavam a iniciativa do papado – entre as mais destacadas, estavam a dos Templários e a dos Hospitalários.

Essa tentativa de propagação da cristandade, que teve como mote o ideal de cruzada contra o *infiel* – denominação para o "outro", segundo a ótica cristã (no caso, o muçulmano) –, entrou em choque com outras duas grandes expansões, a do Império Bizantino e a do Império Islâmico (no Oriente ou em Al-Andaluz). Nesse interim, os cristãos latinos dirigiam sua atenção para Jerusalém, cidade natal de Jesus e considerada o berço do cristianismo e do judaísmo, além de ser a terceira cidade santa para os islâmicos. No contexto das Cruzadas, Jerusalém pertencia ao Império Bizantino, mas estava aberta para a visita de peregrinos de todas as religiões. Era também uma das paradas comerciais de produtos que cruzavam o Mar Mediterrâneo.

No entanto, no século XI, os turcos haviam conquistado a cidade e avançado até o litoral palestino e o reino dos abássidas. Mesmo com essa perda, os bizantinos, que também tinham sido derrotados pelos normandos na Sicília, tentaram controlar o comércio marítimo fazendo acordos com os venezianos. Nesse momento, o Imperador Aleixo I (1048-1118) pediu ao papado que o socorresse militarmente contra a ameaça do domínio turco. Era a oportunidade tão esperada pelos latinos: a de que os bizantinos pedissem suporte e isso viabilizasse a expansão da ideia de *cristandade*, com a conquista da autoridade sobre Constantinopla e, por consequência, sobre parte do Islã e dos turcos.

(5.3)
As primeiras Cruzadas

Entre as motivações que faziam a cristandade latina da Idade Média participar das Cruzadas estavam o controle do excedente

populacional dos não primogênitos, a canalização da violência dos nobres cavaleiros, a abertura de novos mercados pelas repúblicas italianas, a peregrinação como forma de abrandar os pecados, a luta na guerra santa contra os infiéis (no caso, os muçulmanos) e o simples fato de tornar-se um cruzado. Esse último motivo era um fator identitário que aliviava por completo as antigas dívidas ou os serviços pesados prestados aos senhores, ou seja, representava, para muitos, a fuga da situação de pobreza para conhecer um mundo novo (Fernandes, 2006). No entanto, pelo movimento cruzadístico, isso não se manteve por completo e, depois do choque da primeira expedição rumo à Terra Santa, algumas transformações históricas ocorreram.

Antes do primeiro episódio desse movimento, aconteceram dois eventos fracassados: a Cruzada de Pedro Eremita e a Cruzada das Crianças. Mais adiante, oito foram as Cruzadas oficiais.

5.3.1 A Primeira Cruzada

Em 1095, em discurso no Concílio de Clermont, o Papa Urbano II conclamou a latinidade a participar da Primeira Cruzada oficial (citado por Pedrero-Sánchez, 2000, p. 83-84):

> *Considerando as exigências do tempo presente, eu, Urbano, tendo, pela misericórdia de Deus a tiara pontifical, pontífice de toda a terra, venho até vós, servidores de Deus, como mensageiro para desvendar-vos o mandado divino [...] é urgente levar com diligência aos nossos irmãos do Oriente a ajuda prometida e tão necessária no momento presente. Os turcos e os árabes atacaram e avançaram pelo território da Romênia até a parte do Mediterrâneo chamada o Braço de São Jorge, e penetram mais a cada dia nos países dos cristãos; eles os venceram sete vezes em batalha, matando e fazendo grande número de cativos, destruindo as igrejas e devastando*

o reino. Se vós deixardes isto sem resistência, estenderão os seus exércitos ainda mais sobre os fiéis servidores de Deus.

Por isso eu vos apregoo e exorto, tanto aos pobres como aos ricos – e não eu, mas o Senhor vos apregoa e exorta – que como arautos de Cristo vos apresseis a expulsar esta vil ralé das regiões habitadas por nossos irmãos, levando uma ajuda oportuna aos adoradores de Cristo. Eu falo aos que estão aqui presentes e o proclamo aos ausentes, mas é o Cristo quem convoca [...]

Os que estão habituados a combater maldosamente, em guerra privada, contra os fiéis, lutem contra os infiéis, e levem a um fim vitorioso a guerra que devia ter começado há tempo. Os que até agora viviam em brigas se convertam em soldados de Cristo. Os que até agora eram mercenários por negócios sórdidos, ganhem no presente as recompensas eternas. Os que se fatigaram em detrimento de seus corpos e de suas almas, se esforcem no presente por uma dupla recompensa [...] De um lado estarão os miseráveis, do outro as verdadeiras riquezas, aqui os inimigos de Deus, lá os seus amigos. Alistem-se sem demora; que os guerreiros arrumem os seus negócios e reúnam o necessário para prover às suas despesas; quando terminar o inverno e chegar a primavera, que eles se movam alegremente para tomar a rota sob o comando do Senhor.

O cronista Foucher de Chartres (citado por Pedrero-Sánchez, 2000, p. 84), relata a reação do público ante o discurso do papa:

No mesmo instante, todos os que o ouviram, sentiram-se imbuídos de um santo zelo por esta empresa, pensando que nada seria mais glorioso; um grande número dos assistentes declarou lá mesmo que partiria e prometeu utilizar todos os recursos para que os que não estavam presentes na assembleia os seguissem.

[...] o bispo de Puy aproximou-se do papa, o rosto resplandecente, e prostrando-se de joelhos, pediu a autorização e a benção para partir. Depois,

recebeu do pontífice o mandato de que todos o obedecessem e o encarregou da direção da empresa. Enquanto isso acontecia, chegaram os delegados do conde de Toulouse, Ramon de Saint-Guilles, os quais levaram ao papa a mensagem de que o próprio conde viria, pois tinha decidido levar a Cruz. Que admirável e doce espetáculo para nós ver que, à ordem do papa, todas essas cruzes de seda, de ouro ou de pano, de qualquer classe que for, foram pregadas pelos peregrinos nas suas costas, nos seus mantos, nas suas túnicas ou vestes, uma vez que tinham feito o voto de partir.

A expressão *Cruzada oficial* está relacionada aos patrocinadores do movimento: a Igreja, o Sacro Império Romano-Germânico e os reis da época. Os principais participantes dessa empreitada de estreia foram os que acompanhavam o nobre normando Boemundo e o nobre francês Godofredo de Bulhão – que chegaram a Constantinopla entre 1096 e 1097.

Constantinopla era o objetivo dessa expedição por conta da solicitação de ajuda feito pelo imperador bizantino Aleixo I. Porém, o pedido chegou com um gosto amargo: aos pés dos portões de Constantinopla, estava o inimigo ferozmente combatido (até mais que os próprios islâmicos), os normandos. Os bizantinos historicamente tinham uma antipatia cultural, uma política adversa e uma economia competitiva com os normandos, por isso havia grande desconfiança do imperador com a chegada desse "auxílio" do Ocidente (Franco Junior, 1977).

Assim, Aleixo I solicitou aos nobres um juramento de fidelidade – tanto dos normandos quanto dos franceses – para que confirmassem a entrega das terras protegidas a ele. O imperador os alimentou e preparou sua retirada de Constantinopla em um clima de extrema tensão, pois os normandos haviam acabado de lutar contra os bizantinos pelo reino das duas Sicílias – e tinham ganhado de forma atroz.

É importante ressaltar também que Ana Comnena, filha de Aleixo I, havia ficado aterrorizada com a barbárie dos cruzados (Komnene, 2003).

Depois de Constantinopla, os cruzados seguiram para as terras sírias, chegando a Jerusalém de surpresa, em 1099. O que se seguiu foi um ato de carnificina sem paralelo no Medievo – talvez o episódio mais próximo seja a expulsão dos islâmicos da Península Ibérica, em 1248 –, pois os cruzados não aguardaram sequer a saída dos cristãos da cidade para começar a matar palestinos, judeus e islâmicos ao mesmo tempo. Vejamos o relato de uma fonte islâmica sobre esse evento:

> *Dezembro, 1096 – dezembro, 1097 – Nesse período, começou a chegar uma sucessão de relatos dando conta de que os exércitos dos francos tinham aparecido da direção do mar de Constantinopla com forças a não serem estimadas por sua amplitude. Como esses relatos chegavam um após o outro, e se espalharam de boca em boca para longe e distante, as pessoas começaram a ficar ansiosas e temenárias. O sultão Da'ud b. Sulaiman b. Qutulmish, cujos domínios estavam próximos a eles, o povo, tendo recebido a confirmação desses rumores, se pôs a angariar forças, aumentando a arrecadação e defendendo a obrigação da Guerra Santa. Ele também convocou, tanto quando poderia, os turcos, oferecendo-lhes assistência e suporte contra os que chegavam, e um grande número desses se uniram a ele junto aos combatentes do seu irmão. [...]*
>
> *Dezembro, 1097 – dezembro, 1098 – No final da Primeira Jumada (começos de Junho, 1098), o relato que chegou dava conta de que certos homens de Antioquia entre os armeiros no trem do emir Yaghi Siyan tinham entrado em uma conspiração contra Antioquia e teriam chegado a um acordo com os francos para entregar-lhes a cidade, tendo em vista os maus-tratos e as confiscações que eles haviam antigamente sofrido em suas mãos. Eles encontraram uma oportunidade de tomar um dos bastiões*

da cidade próximo a Jabal, o qual eles venderam aos francos, e por isso foram admitidos dentro da cidade durante aquela noite. No raiar do Sol, eles levantaram o grito de guerra, ao que Yaghi Siyan se pôs a voar e saiu com um grande corpo, mas nenhuma pessoa entre eles escapou. Quando eles alcançaram a vizinhança de Armanaz, um estado próximo a Maarrat Masrin, ele caiu do seu cavalo ao chão. Um de seus companheiros o levantou e o montou novamente, mas ele não pôde manter o equilíbrio às costas do cavalo e, depois de repetidamente cair, ele morreu. No que diz respeito a Antioquia, o número de homens, mulheres e crianças mortos e levados prisioneiros e de escravizados da população está além do cálculo.
(Al-Qalanisi, 1853, p. 41-44, tradução nossa)

Na sequência, foram fundados pelos cruzados o Reino de Jerusalém, o Principado de Antioquia e os condados de Trípoli e de Edessa (Maalouf, 1993). Todos esses locais, verdadeiras fortalezas, seriam administrados sem a ciência de Constantinopla e povoados por pessoas de fora, que vieram com os cruzados, entre eles também islâmicos e bizantinos. Assim, os contatos culturais começaram a ocorrer e a realidade desses assentamentos inicialmente se transformou em algo particular. Não é possível imaginar como o papado acreditava transferir a ideologia cristã latina intocada para a Palestina. Salvar o Santo Sepulcro era agora uma das últimas ambições dos cruzados enraizados naquela região. Muitos deles, ao conhecer uma realidade mais farta em riquezas e alimentos do que a que havia no Ocidente, não queriam voltar para suas famílias. Dessa forma, cruzados nobres e seus vassalos fiéis (grande parte deles camponeses), criaram raízes na Palestina, misturando-se às tradições islâmicas, judaicas e bizantinas locais, constituindo novas famílias e, portanto, novas identidades.

No entanto, as notícias sobre as conquistas dos cruzados chegaram ao Ocidente latino, trazendo oportunidades. Assim o papado teve de frear, com a ajuda do Sacro Império Romano-Germânico, as saídas em massa da população cristã em direção à Palestina. A estratégia da Igreja teve cinquenta por cento de acerto ao conquistar pedaços de terras importantes naquela região (ignorando o pedido de preservação da passagem por terras bizantinas feita por Aleixo I), mas a outra parte da porcentagem foi de erro, por não prever a permanência dos cruzados na região como fator de fascinação para a população latina. E ainda havia algo que o papado não calculara muito bem na época: o poderio do Império Islâmico, o qual contava não apenas com turcos que incomodavam os bizantinos. Ademais, a guerra santa promovida pelos cavaleiros cristãos ao conquistar regiões palestinas sob controle islâmico era respondida com as *razias* (ataques rápidos) dos guerreiros muçulmanos sob a égide da *jihad* – a luta menor, por terras (ataque e defesa), e não a maior, por transformação interna, como vimos anteriormente.

Com o resultado violento da Primeira Cruzada, a comunidade islâmica se uniu e também conclamou seus guerreiros a lutar contra os cristãos e a reaver seus domínios. Ao lado dela, estava o imperador bizantino, que não recebera dos normandos a autoridade devida sobre os territórios conquistados. Por conta disso, primeiro Aleixo I e depois Manuel I (que governou de 1143 a 1180), fizeram alianças com o Império Islâmico contra os cruzados, e isso deu resultados positivos para os bizantinos e os muçulmanos, pois acabaram reconquistando Antioquia e Edessa. Essa vitória oriental foi o motivo da conclamação da Segunda Cruzada, que durou de 1147 até 1149. Mas o que ocorreu nela?

5.3.2 A Segunda Cruzada

A Segunda Cruzada teve a participação não apenas de nobres, como na anterior, mas foi além, contando com o Imperador do Sacro Império Romano-Germânico Conrado III de Hohenstaufen (fundador dessa dinastia, a qual governou de 1138 até 1152) e o Rei Luís VII, da França, que reinou de 1137 até 1180. Os nobres ingleses que estavam se encaminhando para a Cruzada até o Oriente passaram em seu caminho pela Península Ibérica e auxiliaram os cristãos do norte na luta contra os reinos islâmicos da região. No entanto, a disputa pela hegemonia do Ocidente estava mais presente do que nunca, a ponto de o imperador do Sacro Império Romano-Germânico chegar antes do rei francês ao território palestino e ser derrotado.

Ademais, os islâmicos estavam sendo liderados e unificados pelas forças de Imad ad-Din Atabeg Zengi (1087-1146), que, junto com seus filhos, era o protetor de Edessa e de Alepo até a chegada de Saladino (Maalouf, 1993). Já os bizantinos, depois de conseguirem um acordo com Zengi sob a liderança de Manuel I, estavam mais interessados em sua expansão para as regiões eslavas e na supremacia comercial sobre os venezianos.

Vejamos o testemunho sobre a Segunda Cruzada relatada por Otto de Freising (1114-1158):

> *Concedemos e confirmamos pela autoridade que nos foi dada por Deus a remissão dos pecados que o nosso já citado predecessor o Papa Urbano estabeleceu para aqueles que, ajudados pelo intuito da devoção, tomarem a seu cargo e realizarem esta tão santa e necessária obra e tarefa; e que as suas mulheres e filhos, bens e possessões, permaneçam sob a proteção da Santa Igreja, de nós próprios e dos arcebispos, bispos e outros prelados da Igreja de Deus. Proibimos também, pela autoridade apostólica, que seja feito qualquer requerimento a respeito das coisas que possuíam*

pacificamente na época em que tomaram a cruz, até o momento em que houver notícias certas do seu retorno ou da sua morte. Além disto, aqueles que combatem pelo Senhor não devem de maneira alguma preocupar-se com vestes preciosas, com a aparência do corpo, com cães, falcões ou outras coisas que sejam sinais de lascívia [...], mas deverão com toda a sua força dedicar atenção e diligência às armas, cavalos e outras coisas com as quais terão de combater o infiel. Aqueles que estão onerados com uma dívida a outro e quiserem com o coração puro empreender a santa jornada, não pagarão juros pelos tempos passados. Se eles, ou outros por eles, estiverem ligados por um juramento ou penhor, para pagamento de juros, absolvemo-los pela autoridade apostólica [...]. (Freising, citado por Pedrero-Sánchez, 2000, p. 85)

A Segunda Cruzada naufragou em sua própria ideologia e não previu a força política e econômica dos impérios bizantino e islâmico no Oriente – e também no Ocidente, com os almorávidas.

5.3.3 A Terceira Cruzada

A Terceira Cruzada, que durou de 1189 até 1192, ficou conhecida como *Cruzada dos Reis*, pois dela participaram o Rei da Inglaterra Ricardo Coração de Leão, que reinou de 1189 até 1199, o Rei da França – e rival de Ricardo – Filipe Augusto, que esteve no poder de 1180 a 1223, e o Imperador do Sacro Império Romano-Germânico Frederico I Barba Ruiva, cujo governo foi de 1155 a 1190. O objetivo dessa cruzada era muito claro para os cristãos do Ocidente: recuperar a cidade de Jerusalém, que tinha acabado de cair nas mãos dos islâmicos novamente. Entretanto, o Imperador Frederico I não chegou até seu destino, pois foi assassinado no caminho para a Terra Santa.

Os primeiros momentos importantes dessa Cruzada foram o cerco e a conquista de Acre em 1191 pelas tropas inglesas e francesas. Após a

vitória, o Rei Filipe retornou à França – porém ele ainda passaria pela experiência da Batalha de Bouvines, em 1214 –, deixando Ricardo como líder de Acre. Contudo, uma nova força unificadora surgiria de dentro da Dinastia Fatímida para lutar pelos territórios palestinos. Ela era comandada por Salah ad-Din Yusuf Ibn Ayyub, ou Saladino, como o conhecemos.

A trajetória de Saladino foi militar, jurídica e política, e ele passou de líder dos guerreiros egípcios a sultão do Egito e da Síria, tornando-se um exemplo de cavaleiro medieval para os homens de armas do Ocidente e do Oriente. Seu governo durou de 1174 até 1193. Quando tomou Alepo, em 1176, quase foi morto pelo grupo dos assassinos.

Saladino governava a partir da Síria e manteve um acordo diplomático com os cruzados em 1178, logo depois de ter perdido um enfrentamento com os cavaleiros templários Balduíno IV e Reinaldo de Chatillon. Entretanto, esse tempo foi o suficiente para Saladino se recuperar e começar uma nova ofensiva. Assim, um ano depois do acordo, ele e seu exército islâmico enfrentaram batalhas contra os cruzados, liderados por Reinaldo de Chatillon. Após a Batalha de Hattin (1187), os islâmicos recuperaram a cidade de Jerusalém dos cristãos liderados pelos nobres Guy de Lusignan (rei de Jerusalém) e Raimundo III (príncipe da Galileia). Mesmo derrotados, ambos foram deixados vivos e enviados ao Ocidente por Saladino.

A diplomacia cavaleiresca presente nas atitudes de Saladino atingiu seu modo de se relacionar com o Rei Ricardo Coração de Leão. O sultão enviou até seu médico particular – vale lembrar que, no século XII, a medicina entre os islâmicos estava mais desenvolvida do que no Ocidente – para ajudar na recuperação da saúde do Rei Ricardo. Sobre as relações entre Ricardo e Saladino, vejamos alguns trechos de cartas trocadas por eles na época da Terceira Cruzada:

De Ricardo a Saladino

"Os nossos e os vossos estão mortos", diz-lhe ele numa mensagem, "o país está em ruínas e o negócio nos escapou completamente, a nós todos. Não pensais que isto basta? No que nos concerne, há apenas três causas de discórdia: Jerusalém, a verdadeira cruz e o território.

No que diz respeito a Jerusalém, é nosso local de culto e jamais aceitaremos renunciar a ele, mesmo que tenhamos que combater até o fim. Quanto ao território, gostaríamos que nos fosse dado o que está a oeste do Jordão. Com relação à cruz, ela representa para vós apenas um pedaço de madeira, ao passo que para nós seu valor é inestimável. Que o sultão no-la dê, e que se ponha fim a esta luta extenuante."

De Saladino a Ricardo

"A Cidade Santa é tão importante para nós quanto para vós; ela é até mais importante para nós, pois foi em sua direção que nosso profeta realizou sua viagem noturna, e é ali que nossa comunidade irá reunir-se no dia do julgamento final. Está portanto excluída a possibilidade de a abandonarmos. Jamais os muçulmanos o admitiriam. No que diz respeito ao território, ele sempre foi nosso, e vossa ocupação é apenas passageira. Vós conseguistes nele vos instalar em razão da fraqueza dos muçulmanos que então o povoavam, mas enquanto houver guerra não vos permitiremos privar de vossas possessões. Quanto à cruz, ela representa um grande trunfo em nossas mãos, e não nos separaremos dela senão quando obtivermos em contrapartida uma concessão importante em favor do Islã". (Bahaeddin, citado por Pedrero-Sánchez, 2000, p. 89)

Mas Ricardo tinha ainda dois conflitos importantes para resolver: i) na Inglaterra, havia a rebelião de seu irmão João Sem Terra pelo trono enquanto Ricardo estava em Acre – ocasião em que nem o cavaleiro Guilherme Marechal pôde lhe socorrer –; e ii) e na Aquitânia e na Normandia havia a ameaça do Rei Filipe, da França.

Assim, Ricardo saiu da Palestina em 1192, mas foi feito cativo pelo Imperador do Sacro Império Romano-Germânico Henrique VI por conta de antigas desavenças. Em 1194, foi solto e se dirigiu para resolver os problemas da querela com a França a respeito da Aquitânia e da Normandia. Nos conflitos com os franceses, Ricardo foi ferido na barriga, pois não estava vestindo a armadura completa, e faleceu em decorrência disso. Deixava, então, o trono inglês para o irmão, João Sem Terra. Filho de Leonor da Aquitânia, uma das rainhas mais famosas do Medievo, Ricardo Coração de Leão teve uma vida que fascina até os dias de hoje e por isso sua biografia é sempre relembrada tanto no Ocidente quanto no Oriente. No caso de Saladino e de sua conquista de Jerusalém, antes mesmo de Ricardo ter ido embora, ambos fizeram um acordo segundo o qual os cristãos ficariam com um pedaço do litoral palestino e poderiam realizar peregrinações até a Cidade Santa.

(5.4)
Mudanças no espírito cruzadístico e derrocada final

Vejamos agora como o teor econômico – acima do religioso – marcou as demais Cruzadas.

5.4.1 A Quarta Cruzada

A Quarta Cruzada (de 1202 a 1204), foi conclamada pelo Papa Inocêncio III (1160-1216), que não concordava com o pacto feito pelo Rei Ricardo da Inglaterra com Saladino e buscava auxílio para os cruzados que ficaram na região armarem um exército de cavaleiros e lutarem contra o sultanato egípcio.

Somou-se a esses anseios o interesse sempre presente dos venezianos em sobrepor seus interesses comerciais aos dos bizantinos. Com o patrocínio desses comerciantes, a Cruzada chegou até o Oriente. Portanto, a ideologia cristã era apenas o pano de fundo do movimento – o campo econômico ganhava cada vez mais força a partir de então, como afirma a historiadora Andréa Doré (2000, p. 152):

> *Algumas cidades-estados especializaram-se nos contatos com o Oriente Médio, devido à sua posição geográfica, e foram então obrigadas a criar mecanismos, a fim de defender os interesses dos mercadores italianos fora da Itália. O procedimento mais comum era a concessão, pelo país de acolhida, de um bairro de uma importante cidade portuária para servir de entreposto aos mercadores italianos. Assim, em Alexandria, Constantinopla, Acre e muitas outras, o mapa da cidade se dividia em colônias de mercadores de diferentes origens. Potiemkine afirma que as Cruzadas e a criação de estados, pelos cruzados, na Palestina e na Síria, tiveram um papel importante no desenvolvimento desses entrepostos. Os cruzados receberam grande ajuda econômica e militar de Veneza, Gênova e Pisa e essas cidades, depois da conquista do litoral do Levante, obtiveram como recompensa uma parte do resultado das pilhagens. Pisa recebeu seus benefícios no principado de Antioquia e no ducado de Trípoli e os venezianos e genoveses, no reino de Jerusalém.*

Assim, no caminho, os venezianos exigiram dos cruzados que conquistassem a cidade de Zara. O resultado foi um massacre que chocou o Ocidente cristão. Sobre esse episódio, o historiador Ibn Al-Athir (1160-1233), citado por Pedrero-Sánchez (2000, p. 90-91), relata:

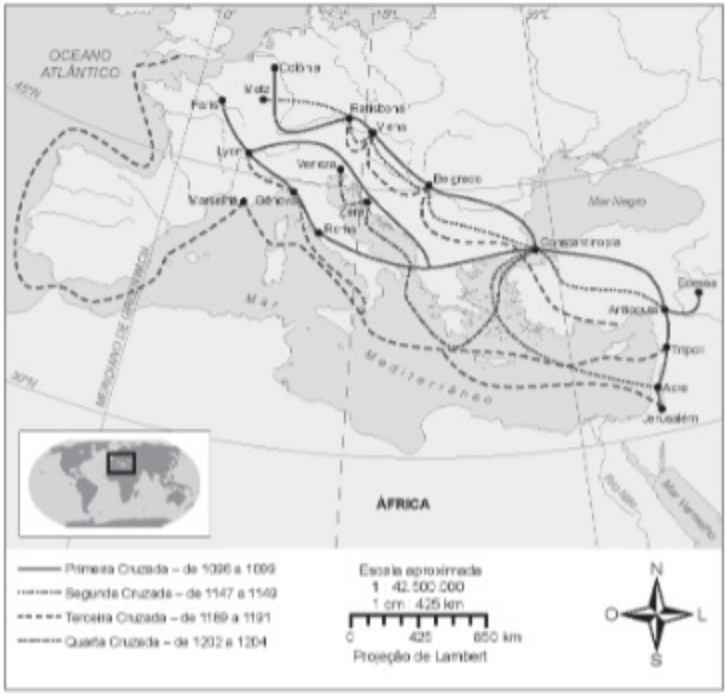
> *O rei* dos rum *(Bizantinos) fugiu sem ter combatido [...] e* os franj *instalaram seu jovem candidato no trono. Mas do poder ele tinha apenas vestígio, pois todas as decisões eram tomadas pelos* franj. *Estes impuseram ao povo*

pesadíssimos tributos, e quando o pagamento foi dado como impossível eles tomaram todo o ouro e as joias, mesmo os que estavam nas cruzes e nas imagens do Messias, a paz esteja com ele! Os rum *então se revoltaram matando o jovem monarca, depois, expulsando os* franj *da cidade, barricaram as portas. Como suas forças eram reduzidas, despacharam um mensageiro a Suleiman, filho de Kilij Arslan, mestre de Ronya, para que viesse em seu auxílio. Mas ele foi incapaz disso.*

Todos os rum *foram mortos ou despojados [...]. Alguns de seus notáveis tentaram refugiar-se na grande igreja que chamavam de Sofia, perseguidos pelos* franj. *Um grupo de padres e de monges saiu então, carregando cruzes e evangelhos, para suplicar aos atacantes que lhes preservassem a vida, mas os* franj *não deram nenhuma atenção às suas preces. Massacraram-nos a todos, depois saquearam a igreja.*

Depois disso, os cruzados e os venezianos, atendendo a um convite feito pelo Imperador Isaac II, reconduziram-no ao trono, após seu cativeiro, contra o poder de Aleixo III. No entanto, Isaac não cumpriu suas promessas de ajudá-los na luta contra os muçulmanos, e os cruzados e os venezianos, então, tiveram o auxílio de Aleixo V e depuseram Isaac.

Mapa 5.1 – As quatro primeiras Cruzadas



O Império Bizantino perdeu, em 1204, grande parte de seu território e da própria capital, Constantinopla, para os cruzados. Assim, existiu, no antigo poder bizantino, o Império Latino de Constantinopla, que durou de 1204 até 1261 e tinha como imperador o Conde Balduíno de Flandres. Em contrapartida, criou-se um movimento de resistência, em 1206, formado por ortodoxos bizantinos, genoveses – inimigos tradicionais dos venezianos – e bizantinos inconformados com a presença latina em seu território. Esse grupo compôs o Império de Niceia, localizado onde ainda restava o poder

bizantino. O embate entre o Império Latino de Constantinopla e o Império de Niceia foi importante, pois favoreceu os bizantinos e os genoveses ao destituir a presença latina em Constantinopla em 1261.

5.4.2 A Quinta Cruzada

A Quinta Cruzada, que durou de 1217 até 1221, nasceu no contexto final da anterior, que havia fracassado em seus princípios, religiosos ou econômicos. O Papa Inocêncio III, no IV Concílio de Latrão, em 1215, conclamou a população para, dali a dois anos, partir com o objetivo de reparar os erros dos antigos cruzados, principalmente com relação ao objetivo que fora deixado para trás na quarta edição do movimento: a conquista do sultanato do Egito. Sobre isso, é possível fazer a seguinte reflexão: Conhecendo a história dos muçulmanos, quais eram as reais chances de um grupo de cruzados ter conquistado o sultanato do Egito nessa época?

Podemos considerar que a ideologia religiosa e a recompensa econômica terrena empolgaram os cavaleiros guiados pelo rei de Jerusalém, João de Brienne, até os portões de Damieta. Porém, o que se seguiu foi um completo desastre para os latinos – e duplo, se pensarmos que as tentativas da Quarta e da Quinta Cruzadas saíram da pena de Inocêncio III. Vale destacar que, por conta do materialismo exagerado buscado pelos cruzados, nasceu como contraponto o movimento franciscano no Ocidente.

A quinta expedição não contava com a ajuda matriz do Reino da França, que estava envolvido na expulsão e na perseguição dos cátaros no sul de seu território, o que ocasionou vários momentos sangrentos, mas que não impediram que a poesia dessa região se disseminasse por todo o Ocidente. É preciso ter em conta que a guerra bane os homens, apenas; no entanto, de tempos em tempos, pode

ampliar uma cultura que, antes reprimida, espalha-se como um agradável jardim de conhecimentos. Isso já havia acontecido antes com os muçulmanos em Al-Andaluz.

Dessa vez, os poucos cruzados que apoiaram a ideia de Inocêncio III foram com o rei de Jerusalém, João de Brienne, até a cidade de Damieta. Depois do cerco, saquearam-na e dizimaram-na – esse era o já conhecido despreparo dos cruzados com relação a suas conquistas –, em 1219. Entretanto, algo subjetivo ocorreu para além da violência: a cobiça dos cruzados. Eles demoraram para sair da cidade depois do saque, tentando procurar mais e mais objetos de valor e, assim, acabaram cercados pelas tropas do exército dos turcos e pela cheia do Rio Nilo. Depois de sitiados dentro da cidade de Damieta, os cruzados se forçaram em fazer um acordo de rendição da cidade em troca de paz entre eles e os turcos por oito anos. Portanto, essa Cruzada foi um completo desastre militar e econômico para os latinos. Entretanto, em 1212, os cristãos tinham obtido uma importante vitória no Ocidente, em Al-Andaluz, na chamada *Batalha de Las Navas de Tolosa*, infligindo vitória sobre os almôadas.

5.4.3 A Sexta Cruzada

Depois da má experiência da Quinta Cruzada, uma nova tentativa de contato entre o Ocidente latino e a região palestina ocorreria sob a égide de um imperador do Sacro Império Romano-Germânico, Frederico II, que governou de 1220 até 1250. Frederico II tinha um ideal de tolerância política e cultural com os muçulmanos, efetivado principalmente no território siciliano. No entanto, o imperador desejava ter o controle da Terra Santa e, por isso, baseou-se na seguinte estratégia: encomendou seu casamento com a princesa de Jerusalém, Isabel II, cujo reinado durou de 1212 até 1225, e obteve licença do

Papa Honório III (1150-1227) para preparar uma Cruzada. Assim, surgiu oficialmente a Sexta Cruzada, com a intenção particular desse imperador.

A primeira tentativa de Frederico II, em 1227, porém, não deu certo, porque a má organização da viagem ocasionou o surgimento de doenças que mataram os cruzados que o acompanhavam. Retornando, o imperador, que defendia a supremacia do poder temporal sobre o espiritual e era admirador da cultura islâmica, foi excomungado pelo novo papa, Gregório IX (1145-1241).

Em 1229, no entanto, Frederico II realizou sua cruzada mesmo excomungado, partindo para a segunda tentativa de tomar a Terrra Santa e foi feliz em seus resultados: coroou-se, ainda em 1229, rei de Jerusalém. O imperador também conseguiu fazer um próspero acordo comercial e religioso com o sultão do Egito, Al-Kamil, o líder que havia derrotado os cruzados em Damieta. Ambos concordaram sobre a liberdade de visitação do reino de Jerusalém para cristãos, muçulmanos e judeus. Entretanto, essas vitórias no Oriente prejudicaram os territórios do Sacro Império Romano-Germânico no Ocidente: o poderio do papado avançou com a conquista de vários territórios italianos, os quais estavam sob a proteção de Frederico II.

Ademais, em 1244, os mongóis atacaram o reino de Jerusalém, fazendo com que Frederico II retornasse ao Ocidente para ser deposto pelo Papa Inocêncio IV (1195-1254) e seus apoiadores, estigmatizando-o como o *Anticristo*. Com a consequente perda de territórios italianos, dos gibelinos (defensores do imperador) para os guelfos (defensores do papado), aliada à morte de Frederico II, houve o período conhecido como *Grande Interregno* no Ocidente, entre 1250 e 1273, com a saída da Dinastia dos Hohenstaufen e a chegada da Dinastia dos Habsburgos ao Sacro Império Romano-Germânico.

5.4.4 A Sétima e a Oitava Cruzadas

Quando o Sacro Império Romano-Germânico perdeu as duas Sicílias para Carlos de Anjou (1226-1285) – ou Carlos I, irmão do Rei da França Luís IX (1214-1270) –, um novo panorama se descortinou para as duas próximas Cruzadas (a Sétima e a Oitava).

Carlos de Anjou, um príncipe cavaleiro estrategista, objetivava, com as bênçãos da Igreja, conquistar o Império Bizantino e restaurar o Império Latino do Oriente. No entanto, suas pretensões foram barradas, em 1282, nas chamadas *Vísperas sicilianas*, quando o Rei Pedro III de Aragão retomou Palermo e outras regiões italianas que estavam sob a posse de Carlos, deixando para este apenas Nápoles. Simultaneamente, o Rei Luís IX desejava levar a cabo uma cruzada em direção ao Egito. Imbuído de um forte espírito cristão, Luís IX acreditava que livraria a Terra Santa dos muçulmanos (Le Goff, 2002).

A Sétima Cruzada aconteceu de 1248 até 1249, quando Luís IX, acompanhado de seus cruzados, seguiu em direção ao Egito e retomou Damieta. No entanto, os muçulmanos cercaram a cidadela e capturaram o rei. Depois que o Reino da França pagou pelo resgate, Luís IX foi para a Síria a fim de auxiliar na recuperação das fortalezas destruídas pelos mongóis. Porém, os mamelucos haviam tomado a Síria dos mongóis e, assim, o rei francês saiu de cena e retornou para casa planejando realizar uma nova expedição.

A Oitava Cruzada sairia do papel quando Luís IX conseguiu a ajuda de seu irmão Carlos, do atual rei aragonês Jaime I (1208-1276) e do príncipe que se tornaria rei da Inglaterra sob o título de Eduardo I, de 1272 até 1307. O objetivo era chegar a Túnis e seguir em direção ao sultanato mameluco do Egito para derrotá-lo, mas o rei francês se antecipou ao aragonês e aos ingleses, chegando antes. Diante disso, os muçulmanos que estavam em Túnis, os hafsidas, informaram aos

mamelucos que haviam cercado sua capital e confinado dentro dela o rei francês. Assim, Luís IX acabou morrendo junto com o pequeno grupo que o seguiu, e seu corpo e o de alguns sobreviventes foram apenas retirados da cidade mediante um acordo feito por seu irmão Carlos com os hafsidas e os mamelucos.

A falta de conhecimento do rei da França com relação ao poderio dos sultanatos do norte da África, entre eles os marínidas, os hafsidas e os mamelucos, descambou numa Cruzada naufragada. Sabemos que, nessa mesma época, os mongóis recuavam de alguns territórios palestinos, mas davam margem de conquista para os mamelucos. Eles dominaram o território palestino até os últimos entrepostos cristãos, como foi Acre. Nesse ínterim de embates, ocorria o que chamamos na historiografia de *transladação dos estudos medievais*. E é isso que veremos na próxima seção.

(5.5)
Transladação dos estudos medievais

Depois de termos visto os embates do movimento das Cruzadas, vamos abordar o diálogo cultural entre os bizantinos, os islâmicos e os cristãos. Para tanto, é necessário que recorramos ao conceito de *transladação de estudos* (*translatio studiorum*) para compreender a importância do patrocínio do conhecimento por essas três comunidades religiosas no Medievo (Gutas, 1998). A transladação de estudos começou com o resgate das obras da Antiguidade pelos medievais orientais, como os bizantinos e os islâmicos, para depois chegar ao Ocidente latino. A esse respeito, Alain de Libera (2004, p. 21-22) aponta:

Antes de qualquer estudo pormenorizado, é preciso corrigir dois erros: em meio aos cristãos, o Ocidente latino não teve o monopólio da filosofia; se Bizâncio não conheceu inicialmente o fenômeno da universitas, que, de fato, constitui uma das especificidades do mundo latino, ela dispôs de instituições escolares privadas, comparáveis às escolas parisienses de "dialética" do século XII, e de instituições públicas, estatais, que não tiveram equivalente estrito no Ocidente latino, mesmo que, para terminar, esse tipo de instituição tenha sido organizado numa espécie de "universidade à bizantina", mais próxima de nossas grandes escolas do que da Universidade parisiense ou oxoniana do século XII.

Os reinados que impulsionaram a arte para alcançar seu auge, tal como Justiniano fizera no passado com as leis, ocorreram durante Dinastia dos Comnenos, no século XI. Vimos anteriormente como a historiadora Ana Comnena resgatou e reelaborou os saberes clássicos dentro de sua inteligibilidade medieval, como fez com Homero e Tucídides. No século XII, houve a entrada de textos bizantinos no Ocidente, ao mesmo tempo que, na Escola de Toledo, iniciaram-se as traduções da língua árabe para o latim.

Os cristãos tomaram contato com a cultura bizantina também por meio da fundação do Império Latino do Oriente. Os sábios bizantinos de destaque entre os séculos XI, XII e XIII foram: o pensador platônico e historiador Miguel Psellos (1018-1078); João Ítalo (1025-ca.[1] 1085), neoplatônico; Eustrato de Niceia (1050-1120), aristotélico; Miguel de Éfeso (morte ca. 1110), também aristotélico; Isaac Comneno, o *Sebastocrátor* (morte ca.1140), aristotélico e estudioso do platonismo; Ana Comnena (1083-1153), historiadora; e Nicéforo Blêmnides (1197-1272), que lecionava na Escola Patriarcal de Niceia.

1 *A redução ca. significa "cerca de".*

Os cruzados tiveram acesso às bibliotecas de Constantinopla e vários dos manuscritos lá guardados foram enviados para o Ocidente. Como afirma Libera (2004, p. 49). "O início do século XIV opõe duas concepções da ciência aristotélica, uma delas 'moderna', mais orientada para a astronomia, a outra 'antiga', mais dirigida para a física".

Na sequência da recuperação dos bizantinos de Constantinopla e até sua derrota final, o debate iniciado nesse território e que chegou até o Ocidente foi a dicotomia helênica entre platônicos e aristotélicos. Também a arquitetura e a arte bizantinas, com as técnicas do uso das abóbodas da primeira e dos vitrais coloridos da segunda, influenciaram as maiores construções, a exemplo a Basílica de Santa Sophia. Podemos observar a pulverização cultural grega também a partir da conquista de Constantinopla pelos islâmicos, conforme aponta Speros Vryonis (1967, p. 161, grifo do original):

> *As consequências do movimento das Cruzadas na vitória final do Islamismo sobre o império grego foram grandes, mas os efeitos imediatos também tiveram significado considerável. A perda da A Cidade (η πόλη) como os Gregos denominavam Constantinopla nessa altura, e ainda hoje, desfez a unidade da sociedade grega medieval. Os Gregos não podiam já considerar Constantinopla, a cuja vida religiosa e política presidiam agora um imperador e um patriarca católico, o ponto de convergência da sua lealdade, embora o desejo e a esperança da sua restituição constituíssem nota dominante no mundo ortodoxo. Constantinopla estava perdida, mas o império sobrevivia. Enquanto os Latinos ocupavam a rainha das cidades e muitas das províncias, os nobres gregos, a clerezia e os soldados fugiam, em grande número, para os distritos que ainda se encontravam livres de ocidentais. Nestas áreas, vedadas ao acesso fácil dos Latinos por barreiras montanhosas ou marítimas, as entidades políticas gregas cristalizaram em volta das cidades de Niceia, Trebizonda e Arta (no Epiro). Os reinos*

recém-formados rivalizaram entre si na sua lealdade para com os Gregos, e a sua competição na reconquista de Constantinopla aos Latinos facilitou de certo modo a pressão sobre estes. Os fundadores das dinastias que criaram raízes no Epiro, Bitínia e Caldeia eram todos aparentados com famílias imperiais. As ligações dinásticas intensificaram grandemente as suas exigências de obediência dos gregos das províncias.

Entretanto, podemos observar que não é porque a conquista de Constantinopla ocorreu que toda a cultura grega saiu do território, pois o movimento de *translatio studiorum* da cultura grega também perpassava pela erudição islâmica. Nesse momento, então, houve uma fusão das culturas grega e bizantina do que ficou sobre o território após a conquista turca e a chegada de saberes clássicos assimilados pelos islâmicos. Ao mesmo tempo, a cultura grega também afetou os e com eles interagiu, por meio do contato com os bizantinos, no período que atravessa as Cruzadas e as duas conquistas de Constantinopla – a primeira, como vimos, pelos cristãos ocidentais. Vryonis (1967, p. 169-170) esclarece, nesse sentido, que a fusão cultural perpassou, inclusive, elementos econômicos:

O feudalismo latino foi, assim, enxertado no sistema bizantino da posse de terras, e palavras latinas como liege (já conhecida das relações entre Comenos e os senhores da Cruzada) e homage passaram para o Grego por transliteração (lizios) e tradução (anthropea). A mesma espécie de adaptação parece ter ocorrido na literatura. A literatura romanesca, grega e francesa, seguiu evolução semelhante. E assim como o desenvolvimento paralelo do feudalismo bizantino e latino prepararam a fusão dos dois, assim também se deu uma fusão neste domínio da literatura. Houve ainda influência directa do romance francês no bizantino à medida que o último se desenvolvia, no século XII e seguintes. A preponderância da vida económica do Ocidente, tão notável no século XII, acabou agora por

triunfar em absoluto. A influência dos traficantes tornou-se tão grande que os vocábulos marítimos, de natureza comercial, empregados não só pelos Gregos, como, mais tarde, também pelos Turcos, eram, em grande parte, italianos.

Além disso, o contato cultural que cruzava as questões política e econômica afetou a produção de saber na Península Itálica, tanto pelo contato via Sicília com os islâmicos quanto pela presença de bizantinos historicamente constituída nessa região. No outono da Idade Média, Petrarca (1304-1374) e Boccaccio (1313-1375) exaltaram a importância de conhecer muito mais a língua grega do que a latina.

Dessa forma, por um lado, a erudição islâmica, no processo de transladação de estudos, acabou assimilando o saber dos gregos, dos romanos e dos bizantinos no Oriente. Por outro, quando ocorreu o contato entre as civilizações durante as conquistas na Península Ibérica, os muçulmanos agregaram o saber dos visigodos e dos latinos. Depois dessa época, do século VIII até o XIII, o Ocidente recebeu de herança toda uma cultura refinada produzida por muçulmanos e moçárabes dessa região. Para Jack Goody (2011), existiram vários momentos de renascimento cultural com bizantinos, islâmicos, judeus ou cristãos no Medievo. Sobre esse assunto, Libera (2004, p. 65) aponta que a "'transladação dos estudos' (*translatio studiorum*) leva do Oriente, anteriormente cristão (sírio-egípcio-persa), a Bagdad; o segundo leva de Bagdad a Córdoba".

A rota que perpassava necessariamente Bagdá tinha sua razão de ser por conta do patrocínio da Dinastia Abássida, principalmente de Harun Al-Rashid, no século VIII, da Casa da Sabedoria. Nesse local, obras de Aristóteles e Platão foram traduzidas do grego para o sírio, o persa e o árabe. É importante mencionar os estudiosos cristãos em Bagdá, os quais viajavam do Ocidente ao Oriente em busca do saber.

Surgiu, nesse ínterim, também a filosofia dentre os árabes (a *falsafa*) e os estudos teológicos (o *kalam*). Nesse universo, por exemplo, estavam produzindo Al-Kindi (800-866), Al-Farabi (870-950), Ibn Sina (980-1037) e Al-Gazali (1058-1111). Peter Adamson (2018), comenta que

> *Na antiguidade europeia, os filósofos escreviam em grande parte em grego. Mesmo depois da conquista romana do Mediterrâneo e do fim do paganismo, a filosofia esteve fortemente associada à cultura helênica. Os principais pensadores do mundo romano, como Cícero e Sêneca, estavam mergulhados na literatura grega; Cícero até foi a Atenas para homenagear a casa de seus heróis filosóficos. Dizem, que o imperador Marco Aurélio chegou até a escrever suas* Meditações *em grego. Cícero, e mais tarde Boécio, tentaram iniciar uma tradição filosófica em latim. Mas durante a Alta Idade Média, a maior parte do pensamento grego era acessível em latim apenas parcialmente e indiretamente. Em outros lugares, a situação era melhor. Na parte oriental do Império Romano, os bizantinos de língua grega podiam continuar a ler Platão e Aristóteles no original. E os filósofos do mundo islâmico desfrutavam de um grau extraordinário de acesso à herança intelectual helênica. No século X, em Bagdá, os leitores de árabe tinham o mesmo grau de acesso a Aristóteles que os leitores de inglês tem hoje.*

Entre os principais *falasifas* (pensadores da *falsafa*), destacam-se Al-Kindi, Al-Farabi, Ibn Sina, Al-Gazali e Ibn Ruchd ou Averróis. Esses eruditos preservaram e refletiram sobre o pensamento clássico ao lado dos sábios bizantinos no Oriente. Foi por causa desses pensadores que muito da cultura dita *ocidental* chegou até nós e, por isso, a história tem uma dívida de reconhecimento para com esses homens.

Al-Kindi foi um sábio de Bagdá, filho de família ligada ao poder e assíduo frequentador da Casa da Sabedoria. Estudioso da obra do filósofo, Miguel Attie Filho esclarece o modo de reflexão de Al-Kindi

no processo de transladação quando dava importância ao intelecto e ao neoplatonismo:

> *No conjunto de escritos sobre temas referentes à alma humana, destaca-se, também o estudo* Sobre o Intelecto *que inaugurou uma série de outros tratados e estudos a esse respeito pelos sucessores de Al-Kindi. A base dessa obra é a tradição iniciada por Aristóteles em seu* De Anima. *Não é demais adiantar que a questão do intelecto, na* falsafa, *foi uma das vigas mais importantes na construção da cosmologia e da epistemologia. Em linhas modestas, esse pequeno tratado de Al-Kindi foi traduzido no Ocidente medieval no século XII d.C. e esteve presente na recepção de Aristóteles pelo Ocidente. O estudo* Sobre o Intelecto *propõe uma divisão do intelecto que, embora não se apresente de maneira muito detalhada, já indica o modo pelo qual esse tema foi compreendido pelos* falasifa. *Deve-se ter em conta que em todo o desenvolvimento das teses de Al-Kindi, que a concordância que ele pretendeu entre as teses platônicas e as aristotélicas são orquestradas pela presença do neoplatonismo, que operou uma aproximação entre ambas. Do mesmo modo como a* Epístola sobre a Alma, *o estudo* Sobre o Intelecto *foi escrito com o objetivo de informar, resumidamente, o que disseram os antigos gregos a respeito do intelecto. Al-Kindi considera que "os mais dignos de elogios dentre eles são Aristóteles e seu mestre, o sábio Platão".* (Attie Filho, 2001, p. 119-120)

Nesse trecho, verificamos o destaque do autor para a recepção de Aristóteles no século XII no Ocidente latino, que foi um dos impulsos para o desenvolvimento das universidades nessa região (León Florido, 2005).

Para dar prosseguimento ao estudo da transladação de estudos no Oriente, destacamos Al-Farabi. Nascido no Uzbequistão, na Ásia Central, em sua juventude frequentou os círculos de saber de Bagdá. Conforme Attie Filho (2002), Al-Farabi desejava unir a inteligibilidade

mística com a razão filosófica, compreender a diferença entre a essência e a existência, além de entender que a busca do conhecimento produz a verdadeira felicidade. Para esse autor,

> *Al-Farabi promoveu um salto na* falsafa. *Foi o principal responsável pelas teorias mais originais e criativas entre os árabes. Além disso foi um lógico eminente conhecido por uma série de comentários à obra de Aristóteles. Em seu* Tratado sobre o Intelecto *propôs uma epistemologia segundo uma divisão do intelecto que influenciou não só a* falsafa *mas também foi uma das obras mais conhecidas no Ocidente medieval latino. Ao lado de seu perfil lógico, não deixou de permear uma grande espiritualidade em suas teses. Com Al-Farabi, a* falsafa *amadureceu numa "visão de mundo em que o real e o divino se conjugam, [...] na qual o sistema edificado pela razão encontra seu coroamento numa visão mística". [...] A presença das teses de Al-Farabi foi abrangente e em várias direções, tendo marcado profundamente muitos pensadores que o sucederam não somente no Oriente, como também no Ocidente medieval.* (Attie Filho, 2001, p. 123-126)

Também nascido no Uzbequistão, Ibn Sina (ou Avicena) foi um dos maiores nomes da *falsafa*. A importância de Ibn Sina não se conteve no Oriente, visto que seus pensamentos e suas obras ecoaram fortemente por todo o Ocidente. Attie Filho (2001, p. 143) esclarece que

> *Talvez mais que nenhum outro, esse filósofo teve o perfil do homem medieval versado em todos os saberes. Com Ibn Sina chega-se não só ao apogeu da* falsafa *como também a um dos zênites da história da humanidade. Seu nome ultrapassando, assim, os limites da própria* falsafa, *foi colocado ao lado dos maiores nomes da história. Três aspectos levaram a esse quadro: o primeiro foi por Ibn Sina ter recolhido grande parte das ciências e da filosofia de sua época; o segundo, por ter sistematizado e reelaborado esse conjunto, resultando numa abordagem própria e renovadora; e o*

terceiro diz respeito à sua presença marcante nos destinos da filosofia e das ciências posteriores. Ibn Sina esteve presente de modo decisivo tanto nos caminhos do pensamento islâmico como nos caminhos do pensamento dos medievais do Ocidente latino os quais, por sua vez, fizeram ecoar muitas teses avicenianas até o interior da modernidade. Por essa razão, o seu lugar na história da filosofia é ímpar. Para que ocupasse esse lugar de destaque, bastaria apontar o papel de sistematização e de confluência que ele operou em sua obra a partir de toda tradição anterior das ciências, da medicina e da filosofia. Mas, na medida em que reuniu a essa tradição anterior uma série de novos elementos vindos de suas próprias reflexões, de suas experiências e de sua prática médica, a sua importância foi muito além dessa síntese de grande envergadura dos conhecimentos dos que o antecederam. Ibn Sina tornou-se um novo ponto de partida e uma nova referência de grande parte de toda a tradição que lhe foi posterior tanto no Oriente como no Ocidente.

As traduções de Ibn Sina para o Ocidente apenas ocorreram entre os séculos XII e XIII justamente na Escola de Tradutores de Toledo (Attie Filho, 2002). Ele estudou desde os manuais de medicina até os manuscritos filosóficos clássicos (como os de Aristóteles). Autodidata desde muito jovem, leu o *Alcorão*, Os *elementos*, de Euclides, e o *Almagesto*, de Ptolomeu. Ibn Sina foi um aglutinador da *translatio studiorum*, ou melhor, fez a ponte necessária entre o saber clássico estudado no Oriente e os desenvolvidos na Europa medieval. O resultado disso foi sua obra *Al-Sifa*, que apresenta diversas teses para vários ramos do conhecimento humano, dividindo-se em teorias e explicações pragmáticas.

No entanto, os pensamentos de Al-Farabi e Ibn Sina sofreram críticas e não eram consenso. Prova disso são as refutações de Al-Gazali, encontradas na obra *Tahafut*, na qual a premissa de análise do

pensador persa era "afirmar que a razão retamente utilizada permitiria conciliar os caminhos da revelação e da razão, mas o problema maior se daria quando o homem se entregasse à pura especulação racional" (Attie Filho, 2001, p. 194).

O auge do saber da transladação de estudos se deu em Al-Andaluz, com o sábio Ibn Ruchd (ou Averróis), que tentava conciliar a fé e a razão. A harmonia pelo saber, com amizade e amor, muitas vezes existiu no Medievo, e não acarretava apenas o embate ferrenho e sem limites (Heydarpoor, 2008). Sobre a importância de Ibn Ruchd, Attie Filho (2001, p. 301-302) esclarece e que

> *Nesse período, sob o domínio dos Omíadas, Al-Andaluz conheceu seu apogeu e sob suas luzes se fez da Espanha o maior centro intelectual e artístico do Ocidente. Mesmo com toda a instabilidade política, no campo religioso, ali conviveriam durante séculos, num clima de certa tolerância, muçulmanos, cristãos e judeus. Nessa época já se verificava uma atmosfera de grandeza política, econômica e intelectual na qual a filosofia não podia estar ausente. Esse ressurgimento do califado Omíada durou aproximadamente cem anos quando, em 1031 d.C., o último califa, Hisham III foi deposto. "Por volta de 1031 d.C., o califado Omíada desapareceu de maneira inglória" [Mantran, 1977]. Em seu lugar, a região se dividiu em pequenos Estados independentes denominados de reinos taifas. No século XI d.C./V H., do norte da África, a dinastia dos Almorávidas, de origem berbere, ocupou o cenário da Espanha. No século XII d.C./VI H., um novo grupo de tribos berberes constituiu-se no núcleo da dinastia dos Almôadas. Nessa época, Al-Andaluz já não era uma primazia árabe mas turca pelo leste e berbere pelo oeste. "Uma grande revolução se operou no Magreb durante a juventude de Ibn Rusd[2]: os Almôadas derrubaram*

2 *Ibn Rusd é outra forma de traduzir o nome de Ibn Ruchd.*

a dinastia dos Almorávidas e se apossaram sucessivamente do noroeste da África e da Espanha muçulmana." [Munk, 1988] Foi nesse cenário que, com Ibn Baja (Avempace), Ibn Tufayl e, finalmente, com Ibn Rusd, a falsafa *inaugurou um novo perfil geográfico, não mais exclusivamente centrado em Bagdá ou em Hamadan, mas, também, na Europa – mais precisamente na Espanha.*

O pensador cordobense Ibn Ruchd teve uma formação tradicional no direito islâmico e, depois, em ciências e filosofia. Conhecido como *o comentador*, estudou de forma profunda e rigorosa as obras aristotélicas. A todo tempo, buscou unir fé (a revelação) e razão (a demonstração) em suas explicações e em seus comentários. Para ele, a verdade estava imbuída de filosofia prática.

No Ocidente islamizado (Al-Andaluz e norte da África), o conhecimento produzido em Bagdá chegou até a região de Córdoba. Uma das fontes que comprovam essa afirmação é a construção da Mesquita Maior de Córdoba, repleta de referências aos omíadas do Oriente e que constantemente recebeu manuscritos vindos de lá. Isso ocorreu conforme o pensamento de que "No momento em que a filosofia se apaga no Oriente, a tocha é retomada no Ocidente: Córdoba sucede a Bagdad" (Libera, 2004, p. 145).

Dessa forma, justamente nas universidades do Ocidente latino, as ideias da transladação de estudos foram temas de discussão para diversos sábios, tal como Alberto Magno (1200-1280) e Santo Tomás de Aquino (1225-1274), inspirando também a produção dialogada da Escola de Tradutores de Toledo, com o zelo do Rei Afonso X (1221-1284). Nessa escola, considerada herdeira da Casa da Sabedoria de Bagdá, a experiência da transladação de cultura no Medievo via Oriente foi constituída e fomentada (Cardaillac, 1992). Sob a égide e o patrocínio do Reino de Leão e Castela, a Escola de Tradutores de

Toledo abrigou uma cultura plural em que estavam presentes sábios judeus, islâmicos e cristãos. Sobre os centros de saber castelhanos, os quais foram um exemplo ímpar no Medievo, o medievalista Jaime Estevão dos Reis (2007, p. 175-178) esclarece que

> *O trabalho iniciado por Fernando III rumo à unificação do direito castelhano-leonês desenvolveu-se plenamente durante o reinado de Alfonso X, impulsionado pelo ambiente favorável da segunda metade do século XIII. O desenvolvimento econômico e cultural ocorrido nesse período possibilitou ao monarca rodear-se de burgueses e intelectuais, figuras de grande importância na organização dos centros de saber alfonsinos. Uma das primeiras manifestações da renovação cultural empreendida por Alfonso X foi a revitalização da antiga escola de tradutores de Toledo. Herdeira da riqueza cultural do mundo árabe de Al-Andaluz, Toledo consagrara-se desde o século XI como centro intelectual e artístico de primeira grandeza. Após sua conquista por Alfonso VI, em 1085, a cidade tornou-se um elo de ligação entre a Espanha e o restante da cristandade. Contribuiu também para a prosperidade cultural de Toledo o fato de, após ser conquistada pelos cristãos, a cidade ter-se tornado um lugar de refúgio de sábios cristãos, judeus e muçulmanos perseguidos pelo rigor dos almóadas africanos. Esses intelectuais, especialistas em traduções, transformaram a cidade em centro de transmissão do saber, atraindo letrados do norte do Ocidente. [...] Alfonso X amplia as atividades de traduções, estendendo-as para outras cidades conquistadas aos muçulmanos onde existiam ricos acervos de códices e homens capazes de realizarem o trabalho. O monarca participava diretamente de todas as atividades, e embora se cercasse de colaboradores competentes, no momento do trabalho mais delicado encarregava-se ele próprio de fazê-lo, selecionando as melhores obras, revisando as traduções e ordenando que as refizessem, caso não ficasse satisfeito com o que lhe era apresentado.*

Dessa maneira, Toledo abriu as portas para o conhecimento cultural plural que atingiu os cristãos na Idade Média. Entre os séculos XII e XIII, todo o conhecimento cultural e político, assim como o advindo de trocas comerciais, enriqueceu as cidades ocidentais.

Síntese

Vimos, neste capítulo, que o embate e o diálogo atravessaram os entrelaçamentos culturais, políticos e econômicos do Medievo. Foram as trocas entre os bizantinos, os islâmicos e os cristãos nesses âmbitos que reativaram o próprio Ocidente. Retroalimentado pelo conhecimento e pelas riquezas orientais, a vida da Europa medieval foi se transformando com as universidades, as traduções e as reflexões de Aristóteles e Averróis e com a reativação do cotidiano citadino.

Nesse contexto, a importância do movimento das Cruzadas, aliada ao embate da conquista cristã da Península Ibérica, fomentou um comércio intenso no Mar Mediterrâneo (muito por conta de venezianos e genoveses), além de definições políticas importantes para a cristandade e para a política da comunidade islâmica.

Para servir de amálgama dessas relações políticas e econômicas, a existência da transladação de estudos clássicos do Oriente contribuiu enormemente, resultando num conteúdo enriquecedor para os sábios que estudavam no Ocidente. Fizeram parte desse processo de transladação as reflexões helênicas dos bizantinos, as traduções e os comentários dos *falasifas* e dos sábios judeus, além da receptividade dos moçárabes e dos cristãos a esses saberes.

Indicações culturais

Filmes

CRUZADA. Direção: Ridley Scott. EUA; Reino Unido; Espanha; Alemanha; Marrocos: Twentieth Century Fox, 2005. 144 min.

O filme colabora para a problematização sobre o movimento das Cruzadas visto por ambos os lados, o muçulmano e o cristão.

O MÉDICO. Direção: Philipp Stölzl. Alemanha: Beta Cinema, 2013. 150 min.

Essa produção ajuda a compreender a questão da transladação dos estudos medievais.

Site

IDADE MÉDIA. Disponível em: <http://www.ricardocosta.com>. Acesso em: 30 out. 2018.

Site repleto de artigos sobre as Cruzadas.

Atividades de autoavaliação

1. Sobre o movimento de Cruzadas na Idade Média, analise as afirmativas a seguir e indique V para as verdadeiras e F para as falsas.
   ( ) A tentativa de expansão da cristandade não teve como mote o ideal de cruzada contra o infiel.
   ( ) A motivação para as Cruzadas, sob o olhar dos cristãos latinos, era controlar o excedente populacional dos não primogênitos.

( ) A expressão *Cruzada oficial* está relacionada a seus patrocinadores: a Igreja, o Sacro Império Romano-Germânico e os califas.
( ) O papado não precisou frear as saídas em massa da população cristã em direção à Palestina.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

a) V, V, F, F.
b) V, F, F, V.
c) F, F, V, V.
d) F, V, F, F.
e) F, V, F, V.

2. Sobre as relações de cristãos e islâmicos diante das Cruzadas, analise as afirmativas a seguir e indique V para as verdadeiras e F para as falsas.
( ) Existiam, durante o movimento das Cruzadas, por parte dos islâmicos, uma *jihad* menor (por terras) e uma *jihad* maior (por transformação pessoal).
( ) A Terceira Cruzada (de 1189 a 1192) tinha um objetivo principal para os cristãos do Ocidente: recuperar a cidade de Jerusalém e tornar seus reis os novos califas do islamismo.
( ) Com o resultado violento da Primeira Cruzada, a comunidade islâmica se uniu contra os cristãos para reaver seus domínios.
( ) A Segunda Cruzada teve a participação apenas de reis.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

a) V, V, F, F.
b) V, F, V, F.
c) F, F, V, V.

d) F, V, F, F.

e) V, F, V, F.

3. Sobre a Terceira e a Quarta Cruzadas, analise as afirmativas a seguir.

I) A Terceira Cruzada (de 1189 a 1192) é conhecida como a *Cruzada dos reis*.

II) Existiu, durante a Terceira Cruzada (de 1189 a 1192), certa diplomacia política entre Saladino e o Rei Ricardo Coração de Leão.

III) A Quarta Cruzada (de 1202 a 1204) foi conclamada pelo Papa Inocêncio III, que não concordava com o acordo feito pelo Rei Ricardo, da Inglaterra, com Saladino.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

a) Somente a afirmativa I é verdadeira.

b) Somente a afirmativa II é verdadeira.

c) Somente a afirmativa III é verdadeira.

d) Todas as afirmativas são verdadeiras.

e) Nenhuma afirmativa está correta.

4. Sobre os acontecimentos que tiveram impacto sobre o movimento das Cruzadas, analise as afirmativas a seguir.

I) A existência do Império Latino de Constantinopla, que durou de 1204 até 1261.

II) A Quinta Cruzada (de 1217 a 1221) foi um sucesso entre os cristãos, pois eles reconquistaram Jerusalém para sempre.

III) Os cristãos estavam mais interessados em conquistar Damieta do que Jerusalém.

IV) A Sétima Cruzada aconteceu de 1248 até 1249, quando o Rei da França Luís IX, acompanhado de

seus cruzados, seguiu em direção ao Egito e retomou Damieta; os muçulmanos, então, cercaram a cidadela e capturaram o rei.

Assinale a alternativa correta:

a) As afirmativas I e IV são verdadeiras.
b) Somente a afirmativa II é verdadeira.
c) Somente a afirmativa III é verdadeira.
d) Somente a afirmativa I é verdadeira.
e) Todas as afirmativas estão corretas.

5. Assinale a alternativa correta sobre a dinâmica entre os bizantinos, os muçulmanos e os cristãos na Idade Média do Oriente:
   a) O rei cristão da Inglaterra Ricardo Coração de Leão, que governou de 1189 a 1199, nunca fez um acordo político com os muçulmanos.
   b) Saladino governou de 1174 até 1193 e fez um acordo pela via pacífica com o Rei Ricardo Coração de Leão, apaziguando por um breve momento as ações das Cruzadas.
   c) Os teores espiritual e religioso marcariam todo o movimento de Cruzadas, mas nunca em detrimento do econômico.
   d) A Quarta Cruzada (de 1199 a 1204) foi a de maior cunho espiritual de todo o movimento.
   e) A Oitava Cruzada foi um sucesso para a Cristandade, selando o fim das guerras inter-religiosas.

Atividades de aprendizagem

Questões para reflexão

1. Leia os trechos a seguir, retirados de *Pregação da Quarta Cruzada* (1198), de Geoffroy de Villehardouin, e *A educação de Avicena* (980-1037), pelo próprio filósofo:

   Sabei que mil cento e noventa e sete anos depois da Encarnação de Nosso Senhor Jesus Cristo, no tempo de Inocêncio (1198-1216), Apóstolo de Roma, e Filipe (1180-1223), Rei de França, e Ricardo (1189-1199), Rei da Inglaterra, havia em França um santo homem chamado Foulques de Neuilly. Ele era padre e pároco dessa vila. Este dito Foulques começou a falar de Deus através da França e das outras religiões à sua volta; e sabei que por ele Nosso Senhor fez muitos milagres.

   Sabei que a fama deste santo homem cresceu tanto, que chegou até o Apóstolo de Roma, Inocêncio, e o apóstolo deu ordem para França e mandou ao bom homem que pregasse a cruz por sua autoridade. E depois disto [o papa] enviou um seu cardeal, de nome Mestre Pedro de Cápua, já cruzado, mandando por ele o perdão, tal como vos vou dizer: todos aqueles que tomassem a cruz e fizessem o serviço de Deus na hoste por um ano ficariam quites de todos os pecados que tivessem feito e de que estivessem confessados. Como este perdão era tão grande, os corações dos homens ficaram grandemente tocados e muitos tomaram a cruz. (Villehardouin, citado por Pedrero-Sánchez, 2000, p. 86-87)

   Chegou então a Bukhara um homem chamado Abud Allah al-Natili que dizia ser filósofo; o meu pai convidou-o a vir a nossa casa, esperando que eu pudesse aprender algo com ele. Antes da sua chegada já me tinha

ocupado com a jurisprudência muçulmana [...] Comecei então a ler o Isagoge *com al-Natilí: quando me mencionou a definição de* genus *como um termo aplicado a um número de coisas de diferentes espécies, em resposta à pergunta "Que é isto?", apliquei-me em verificar esta definição de uma maneira como ele nunca tinha ouvido. Ele admirou-se muitíssimo comigo e preveniu o meu pai de que eu não me deveria entregar a nenhuma outra ocupação salvo o estudo [...] Daí por diante pus-me a ler textos por mim; estudei os comentários até ter por completo dominado a ciência da Lógica. Da mesma maneira em relação a Euclides; li com ele as primeiras cinco ou seis figuras e em seguida tomei por minha própria conta resolver todo o resto do livro. Em seguida passei para o* Almagesto *[...]. Ocupei-me então em dominar os vários textos e comentários sobre as ciências naturais e as metafísicas até se abrirem para mim todas as portas do saber. Em seguida, desejei estudar medicina e empreendi a leitura de todos os livros que tinham sido escritos sobre esse assunto. A medicina não é uma ciência difícil e naturalmente em muito pouco tempo me distingui nela, de maneira que físicos qualificados começaram a ler medicina comigo. Comecei também a tratar doentes e os métodos de tratamento derivados da experiência prática revelaram-se superiores a qualquer descrição. Continuava entretanto a estudar e discutir leis, tendo então 16 anos de idade.* (Avicena, citado por Pedrero-Sánchez, 2000, p. 64)

a) Analise as relações econômicas, culturais e políticas entre o Império Bizantino, o mundo islâmico e o Ocidente cristão com base nas fontes acima e na leitura do capítulo.
b) Quais foram os conhecimentos adquiridos por Avicena e qual era sua importância para a transladação dos estudos medievais?

2. Como se deu o movimento das Cruzadas sob a ótica política de muçulmanos, bizantinos e cristãos?

3. Qual foi a importância da *translatio studiorum* para a cultura da Idade Média?

4. Explique como os genoveses e os venezianos ativaram a economia medieval no período das Cruzadas.

Atividade aplicada: prática

1. Assista aos filmes *Cruzada* e *O médico* e elabore um texto com uma perspectiva plural do movimento das Cruzadas associado à transladação de saberes do Oriente ao Ocidente medieval.

Capítulo 6

Obras e autores da historiografia do Oriente Medieval

A produção historiográfica brasileira sobre o Oriente Medieval ainda é um campo a ser estudado, pois é enriquecedor para compreender a Idade Média e o processo histórico como um todo. É importante ressaltar que a historiografia desse período foi produzida não apenas por historiadores mas também por linguistas, sociólogos, antropólogos, filósofos e pesquisadores da cultura.

Nesse sentido, neste capítulo, analisaremos os pesquisadores na área do Oriente Medieval que determinaram e transformaram os rumos da historiografia dessa época e os que têm fôlego para nos fazer pensar e refletir sobre esse tema ainda hoje.

(6.1)
Historiografia bizantina

Para vislumbrarmos um panorama sobre a historiografia bizantina, vale a pena ressaltar a contribuição do pioneiro nesse campo de estudo, Speros Vryonis (1928-), que acabou influenciando com seu olhar crítico os bizantinistas. Vryonis, em obras publicadas na década de 1960, como *Bizâncio e Europa*, deu ênfase para a cultura desenvolvida sob a Dinastia dos Comnenos entre os séculos XI e XII. Como o próprio autor revela, "O que explica a sobrevivência do Oriente é a riqueza dos seus recursos materiais e espirituais" (Vryonis, 1967, p. 36). O autor também faz uma crítica a determinada visão cultural sobre a região:

> *Os numerosos agrupamentos estrangeiros que os imperadores periodicamente instalavam na Anatólia também sucumbiram. A grande colônia de eslavos na Grécia levou o historiador alemão Jacob Fallmereyer a notar que "nem uma simples gota de sangue grego puro corre nas veias dos gregos modernos". Alguns historiadores dos nossos dias, influenciados pelas*

teorias sociais do século XIX, que associaram génio criador e realizações culturais com "pureza de sangue", continua a aceitar as suas conclusões. Tanto os gregos micénicos como os clássicos eram já produtos de uma mistura étnica, pelo que, mesmo na Antiguidade, os Gregos não eram já de "sangue puro", seja qual for o significado que a este conceito se possa atribuir. Quando as tribos eslavas vieram para a Grécia acomodaram-se a uma sociedade que estava muito mais desenvolvida e pela qual, no decurso dos séculos, foram largamente absorvidos, cristianizados e helenizados. (Vryonis, 1967, p. 84)

Mais adiante, Vryonis avalia o processo histórico da cultura do Oriente e afirma sua importância. Nessa seara, o autor destaca as dinastias dos Comnenos e dos Ângelos como receptoras e difusoras da área artística:

Contrastando com a fortuna política, a vida literária do império no tempo dos Comnenos e dos Anjos [Ângelos] representa, ao mesmo tempo, a continuidade da intensificação da vida literária desenvolvida no século XI. Mais ainda do que os seus antecessores macedónios, os eruditos e escritores do século XII estudaram e imitaram os autores clássicos, embora a literatura religiosa tradicional se tenha igualmente mantido como elemento constante do panorama cultural bizantino. É facto que a Igreja condenou João Ítalo por ousar equiparar a Filosofia à Teologia. Por outro lado, a verdade é que os dois maiores autores clássicos da época foram arcebispos. A erudição de Eustácio de Tessalonica, revelada nos seus vastos comentários dos textos homéricos e pindáricos, constitui um monumento na história da erudição grega. A reacção estética destes eruditos sacerdotes à poesia grega é claramente perceptível logo na primeira linha do comentário homérico de Eustácio: "Se alguém pretende escapar ao poder das sereias de Homero será bom que tape os ouvidos com cera para evitar o enfeitiçamento." (Vryonis, 1967, p. 154-155)

Um dos atuais discípulos bizantinistas de Vryonis é Michael Angold (1940-), que estuda o tema com afinco e persegue a seara de Vryonis com relação aos aspectos culturais, estudando ainda a Dinastia dos Comnenos. Angold também produziu uma historiografia que demonstra aspectos da contribuição da história bizantina ao Renascimento italiano.

Para um aprofundamento das relações de justiça e de leis bizantinas, a historiografia sobre o assunto ganha fôlego com o pensamento de Bernard Stolte, em *The Social Function of the Law* (2009). Essa é uma das mais aguerridas discussões sobre o Oriente bizantino e seu legado cultural e legal (no sentido da jurisprudência). Outras obras famosas que analisam esse tema são *Church and Society in Byzantium Under Comneni* (1995) e *Bizâncio* (2002), ambos de Michael Angold.

Concomitantemente aos discípulos de Vryonis, há a rica produção intelectual de Steven Runciman (1903-2000), historiador medievalista que se dedicou a pesquisar inicialmente o Império Bizantino e seus contatos com outras culturas religiosas, em destaque os muçulmanos e os cristãos. Entre suas obras que tratam do universo bizantino, aquelas que, apesar de já terem sido consultadas e estudadas por várias gerações de bizantinistas, devem ser sempre consultadas e relidas são *A civilização bizantina* (1933), *A queda de Constantinopla: 1453* (1965) e *A teocracia bizantina* (1977).

Na obra *A civilização bizantina*, Runciman pesquisou a transição da Antiguidade Clássica para a Antiguidade Tardia, ressaltando a importância de Constantinopla como centro do Império Romano no Oriente, além de prosseguir na análise sobre como ocorreu o processo histórico bizantino na Idade Média até a conquista de Constantinopla pelos turcos. Vejamos o início do prefácio da obra de Runciman (1977, p. 7), por seu valor historiográfico:

O objetivo deste livro é proporcionar ao leitor uma visão geral da civilização do Império Romano durante o período em que sua capital foi Constantinopla – ou seja, daquela civilização greco-romana orientalizada, melhor conhecida como "bizantina". É um período extenso, e durante seus onze séculos ocorreram muitas transformações e modificações. Tentei, porém, concentrar-me de preferência nas qualidades que caracterizaram a história bizantina em toda a sua extensão. Num esforço para manter as proporções deste livro dentro dos limites razoáveis, vários aspectos do assunto foram examinados com a indevida brevidade: o direito e a arte bizantinos, principalmente, receberam um tratamento desproporcional à sua importância. Mas o primeiro, deixando de lado as generalidades, é uma floresta de detalhes intrincados, e a segunda, um oceano de gostos controversos e divergentes, no qual até mesmo as generalidades são muito arriscadas. Em ambos os casos, uma análise mais detalhada teria demandado número maior de páginas do que seria possível conter este livro. Realmente, devo pedir a meus críticos que sejam indulgentes quando considerarem ter eu sido excessivamente breve em certos pontos, lembrando-se de que maior generosidade ali teria significado cortes em outras partes.

É por meio do prefácio do historiador Runciman que conhecemos a intenção de escrever sobre a história bizantina tendo como pontos de discussão aspectos da cultura e do poder daquela sociedade.

Recentemente, ocorreu a chegada ao Brasil dos estudos do antiquista e bizantinista – também discípulo de Vryonis – Colin Wells (1933-2010), cujo livro *De Bizâncio para o mundo*, originalmente de 2006, foi traduzida e publicada no país em 2011. Na introdução de sua obra, Wells (2011, p. 27) explica que

O Império Bizantino foi o herdeiro medieval da Grécia e da Roma antigas, continuação do Império Romano em território grego, tendo o cristianismo como religião de Estado. Nasceu no início do século IV com a fundação

de uma nova capital cristã, Constantinopla, no lugar da antiga cidade grega de Bizâncio, e terminou quando os turcos otomanos capturaram a cidade em 1453 e fizeram dela a capital de seu império islâmico, que o substituiu em termos de aspirações territoriais e estilo imperial. Os historiadores ocidentais, a começar por Edward Gibbon em seu Declínio e queda do Império Romano, *até muito recentemente tratavam a história de Bizâncio como uma longa e pouco edificante narrativa de decadência imperial. Se a medida de um império é seu território, isso talvez seja verdade. Da vastidão do Império Romano de outrora, passado um milênio de adversidades, Bizâncio se viu reduzida, em suas décadas finais, a pouco mais do que a própria cidade de Constantinopla. Pesquisas mais recentes têm revelado, no entanto, que, sob o ângulo da influência cultural, Bizâncio tem uma história de realizações duradouras e, em alguns momentos, de vigorosa expansão.*

O que Wells oferece em sua obra é uma análise arrojada, uma atualização sobre o contexto político bizantino, que demonstra a história desse império sob uma perspectiva de conexões culturais com outros povos do Oriente e do Ocidente.

Destarte, há mais autores importantes para aprofundar o conhecimento sobre o Império Bizantino: James Allan Evans (1931-), pesquisador classicista que dedicou sua vida a estudar Heródoto e depois seguiu em frente na temporalidade histórica para analisar a vida e os feitos do imperador bizantino Justiniano (482-565). Sua obra de referência no assunto sobre esse período é *The Emperor Justinian and the Byzantine Empire* (2005), na qual ele inovou ao apresentar um trabalho sobre o universo bizantino com base na biografia complexa de Justiniano.

O emérito professor de patrística e estudos bizantinos Andrew Louth (1944-) também contribui para essa discussão em seu artigo

de 2008 intitulado *The Cambridge History of the Byzantine Empire*. Na mesma linha de estudos sobre o universo do Imperador Justiniano, destacamos a obra de Peter Sarris (1971-) *Economy and Society in the age of Justinian* (2006), na qual o autor, comparando-se com os dois autores mencionados anteriormente, dá um peso maior para a explicação econômica da história bizantina do que a política.

Outro nome de consideração para a historiografia que trata do universo romano em transformação e do início do período bizantino é Michael Grant (1914-2004) e, para tanto, indicamos a obra *From Rome to Byzantium* (1998). É importante destacar que o tema da transição da Antiguidade Clássica, ou seja, o período denominado *Antiguidade Tardia*, ao lado do estudo do reinado de Justiniano ainda exerce uma grande atração para a discussão historiográfica. Além disso, esse tema enriquece a visão histórica sobre um período marcado por contatos e afastamentos entre o Ocidente e o Oriente.

Sobre o trabalho com evidências arqueológicas da era iconoclasta bizantina, há os trabalhos dos historiadores John Haldon e Leslie Brubaker (1951-). Ambos escreveram *Byzantium in the Iconoclast Era (ca 680-850): the sources – an annotated survey* (2001). Nessa obra, há uma análise da produção da escrita histórica de autores bizantinos.

Um dos estudiosos que também trabalham com fontes de historiadores bizantinos é Warren Treadgold (1949-), do qual ressaltamos, em sua produção intelectual, a obra sobre o contexto social bizantino intitulada *A History of the Byzantine State and Society* (1997). Mark Whittow (1957-), com seu clássico *The Making of Byzantium* (1996), é outro pesquisador importante que busca explicar o fenômeno bizantino no Medievo.

No campo de estudos brasileiros sobre o assunto, indicamos, sobre o universo bizantino, o livro de Hilário Franco Júnior e Ruy de Oliveira Andrade Filho chamado *O Império Bizantino*, de 1985. Referenciamos

aqui também a recente obra do bizantinista João Vicente de Medeiros Publio Dias intitulada *Das fronteiras para Constantinopla: inserção da canção de Digenis Akrites no cenário político bizantino (séculos XI e XII)*, de 2010.

A seguir, apresentaremos algumas pesquisas sobre o Oriente Medieval islâmico.

(6.2)
Historiografia islâmica

Os nomes da historiografia que trabalham com o tema do islamismo podem ser divididos em duas vertentes: os pesquisadores que consideram o contexto de expansão do Império Islâmico, fazendo, inclusive, análises do sentido de história para eruditos medievais, e os estudiosos que se dedicam a compreender o diálogo entre os muçulmanos e os cristãos no Ocidente e no Oriente do Islã medieval.

Akbar Ahmed (1943-) publicou, em 1988, um dos livros de referência sobre o processo de desenvolvimento histórico do islamismo. Sendo um pesquisador khalduniano, também teorizou sobre a escrita da história pelos muçulmanos eruditos.

Já a pesquisadora do tema das religiões Karen Armstrong (1944-) aponta os seguintes elementos sobre o início do islamismo:

> *No Ocidente, nunca fomos capazes de lidar com o islã; nossas ideias sobre essa religião têm sido cruéis, desdenhosas e arrogantes, mas agora aprendemos que não podemos permanecer numa atitude de ignorância e preconceito. No final desta biografia, citei o pesquisador canadense Wilfred Cantwell Smith, cujo trabalho tem sido uma inspiração constante para mim. Em 1956, ele observou que tanto o Ocidente como o mundo islâmico teriam que fazer um esforço maior se não quisessem fracassar*

no teste do século XX. Os muçulmanos teriam de aceitar a sociedade ocidental e o sucesso ocidental, porque são fatos da vida. Mas os ocidentais também devem aprender "que dividem o planeta não com inferiores, mas com iguais". Enquanto a civilização ocidental e a teologia cristã não puderem "tratar outros homens com um mínimo de respeito, terão, cada um a seu turno, falhado em se conciliar com as novas exigências do século XX". A tragédia do dia 11 de setembro [de 2001] mostrou que, embora alguns processos tenham sido feitos, todos nós – o Ocidente e o mundo islâmico – falhamos no teste. Se quiserem melhores resultados no século XXI da era cristã, os ocidentais deveriam aprender a compreender os muçulmanos, com quem dividem o planeta. Devem aprender a valorizar e a respeitar sua religião, suas necessidades, angústias e aspirações. E não pode haver melhor ponto de partida para esse processo essencial do que um maior e mais apurado conhecimento da vida do profeta Maomé, cujo gênio e sabedoria podem iluminar estes tempos escuros e assustadores.
(Armstrong, 2002, p. 14)

Armstrong escreveu uma das biografias mais indicadas para o estudo da vida do profeta Maomé e sobre o contexto de formação do islamismo. Para além do aspecto processual da obra, a pesquisadora reflete sobre preconceitos e os desmistifica ao longo das páginas. Por exemplo: a associação direta do islamismo com práticas terroristas é um dos maiores erros anacrônicos de nosso tempo. Armstrong (2002) aponta, como vimos no trecho citado anteriormente, que precisamos respeitar as relações entre o Ocidente e o Oriente para que consigamos conviver, dialogar e trocar experiências significativas para um mundo melhor. Esse assunto é premente nos dias de hoje.

Já em áreas como psicologia, epistemologia e metafísica do ambiente islâmico medieval, indicamos a obra de um pesquisador brasileiro, Miguel Attie Filho. Filósofo, escritor e livre-docente da

Universidade de São Paulo (USP), Attie Filho é uma das maiores autoridades sobre a filosofia árabe (a *falsafa*). Na obra *Falsafa: a filosofia entre os árabes – uma herança esquecida* (2002), podemos compreender o desenvolvimento do pensamento árabe, que se tornou um legado inestimável para a humanidade.

Destarte, ainda na seara brasileira, acompanhando os estudos da erudição islâmica, destacamos a jornalista, historiadora e cientista política Beatriz Bissio. Ela faz uma das mais interessantes análises contemporâneas sobre o Oriente, na qual explica que os países dessa região do mundo devem ter autonomia para tomar suas decisões e evitar a todo custo a interferência maniqueísta ocidental. Com formação interdisciplinar, a qual abarca também a Idade Média, Bissio nos brindou com sua tese *Percepções do espaço no Medievo islâmico (séc. XIV): O exemplo de Ibn Khaldun e Ibn Batuta* (2008), em que demonstra o contexto islâmico do século XIV, ao mesmo tempo que reflete sobre a teoria da história khalduniana e sobre os relatos de viagens de Ibn Batuta na Idade Média.

Nesse sentido, vale ressaltar também a obra *Reflexões sobre a escrita e o sentido da História na Muqaddimah de Ibn Khaldun (1332-1406)*, de Elaine Cristina Senko (2012). Sobre esse assunto, indicamos a seguinte reflexão da pesquisadora Beatriz Bissio (2008, p. 15):

> *O Islã é uma religião e um modo de vida. A civilização muçulmana foi fruto da forma muito particular como os árabes e, posteriormente, os povos por eles conquistados e islamizados, elaboraram e moldaram, a partir de seus próprios valores, a herança greco-romana, o legado de outras culturas. O século de Ibn Khaldun e Ibn Battuta foi uma época em que as regiões islâmicas do Mediterrâneo experimentaram mudanças significativas, marcadas pela fragmentação política no Oriente e no Ocidente. De certa forma, a divisão política e a consequente retração econômica repercutiram na*

produção cultural, antecipando a supremacia dos poderes cristãos que viria a se cristalizar a partir do século XV. As obras que chegaram até os nossos dias mostram que, em resposta a esse questionamento profundo que estava vivendo nesse momento histórico, o Islã voltava-se para o passado mais do que para o futuro.

Também a história da arte islâmica ganha um espaço inovador com a obra de Giovanni Curatola (1972-) *Arte Islâmica* (2007). Nessa área artística, é importante mencionar também o estudo da literatura como fonte e sua relação com a história do islamismo na Península Ibérica medieval, escrita por Richard Fletcher (1944-2005), *Em busca de El Cid* (1989). Ressaltamos, nesse sentido, a observação por parte do autor sobre o ofício da pesquisa historiográfica a respeito de um dos assuntos importantes para o Oriente Medieval: o contato pelo embate e pelo diálogo entre cristãos e islâmicos na Península Ibérica. Posto isso, Fletcher (2002, p. 16-17) reflete que

Deve, neste ponto, já ter ficado claro que meu modesto propósito de devolver o Cid a seu contexto, seguindo um outro método de investigação, é mais vantajoso, e até mesmo mais necessário do que possa ter parecido, quando enunciado pela primeira vez, algumas páginas antes. O leitor deve se familiarizar com o mundo distante, mas não irrecuperavelmente remoto do século XI, antes que a carreira de Rodrigo Díaz possa se tornar compreensível a ele. O mais conveniente é que a busca por El Cid comece com uma tentativa de reconstruir o cenário social e político em que ele nasceu, o qual deu forma às atitudes e expectativas de um homem de sua posição na hierarquia social e de seu tipo. Essa tentativa implicará fazer nosso exame recuar a épocas muito anteriores ao século XI. Grande parte da Península Ibérica tombou sob o controle islâmico no século VIII: tentaremos, primeiramente, traçar um esboço da história e da cultura dessas regiões. O foco, então, se voltará para o mundo bastante diverso

dos modestos principados cristãos do norte da Espanha, dando especial atenção à terra natal de Rodrigo, a Castela Velha. Vale a pena, também, ampliar nosso contexto, lançando um olhar para além dos Pireneus. O Cid, com demasiada frequência, foi interpretado com base numa perspectiva distorcidamente estreita, exclusivamente espanhola.

Fletcher, portanto, anuncia que, por meio da produção biográfica e da análise histórico-literária, podemos formar quadros de interpretação que nos auxiliam no estudo do passado medieval.

Acerca da contextualização sobre a história dos povos árabes desde o período pré-islâmico, indicamos dois importantes pesquisadores que conseguiram atingir o nível de excelência em tal empreendimento: Bernard Lewis (1916-) e Albert Hourani (1915-1993). Do primeiro, destaca-se a obra *Os árabes na História* (1950) e, do segundo, *Uma história dos povos árabes* (1991). Hourani, sempre preocupado com a historiografia produzida no mundo islâmico, fez uma homenagem ao historiador islâmico do século XIV Ibn Khaldun. No "Posfácio" da obra *Uma história dos povos árabes*, Malise Ruthven menciona a abordagem feita por Hourani a Khaldun:

No prólogo deste livro e em várias seções do texto, Hourani presta homenagem a Ibn Khaldun (1332-1406), o filósofo árabe da história cuja teoria da renovação cíclica e cujo conceito de asabiyya *– "um espírito corporativo orientado para a obtenção e manutenção do poder" – ainda proporcionam uma moldura útil para pensar os eventos contemporâneos. Na teoria de Ibn Khaldun, a primeira forma de sociedade humana foi a dos valentes e vigorosos povos das estepes e das montanhas, na qual a autoridade estava baseada nos laços de parentesco e coesão social – asabiyya. Um governante com asabiyya estava em boas condições de fundar uma dinastia, uma vez que os habitantes urbanos careciam dessa qualidade. Quando o domínio dinástico fosse estável e próspero, a vida na cidade floresceria. Mas na*

época de Ibn Khaldun, cada dinastia trazia consigo as sementes de seu declínio, pois os governantes degeneravam em tiranos ou eram corrompidos pela vida de luxo. No tempo devido, o poder passaria para um novo grupo de governantes valentes e vigorosos da periferia. (Ruthven, 2006, p. 599)

Os estudos historiográficos sobre o islamismo no grande campo de análise do Oriente Medieval tentam desmistificar pensamentos errôneos veiculados ainda hoje sobre essa religião, voltando-se para sua história. Entre as principais concepções dos pesquisadores apresentados está a importância do surgimento e da expansão do Islã, afetando até decisões no Ocidente. No entanto, esse estudo, por vezes, não é isolado e, por isso, devemos compreender os diálogos entre os muçulmanos, os bizantinos e os cristãos.

(6.3)
Historiografia plural: o contato entre bizantinos, islâmicos e cristãos

Sobre a historiografia com o tema da diversidade no Medievo, em que o diálogo entre as diferentes culturas religiosas era vivaz, indicamos as reflexões da historiadora brasileira Aline Dias da Silveira, com destaque para o texto *Política e convivência entre cristãos e muçulmanos nas cantigas de Santa Maria* (Silveira, 2009), no qual a medievalista aponta que "O que obtemos do estudo destas realidades são reflexões sobre conflitos, alteridade e reconhecimento do outro. Estas reflexões deveriam nos levar à discussão sobre o conceito de convivência em nossa realidade" (Silveira, 2009, p. 59).

Sobre o momento cultural de convivências inter-religiosas, apontamos os seguintes autores e seus respectivos estudos.

Quadro 6.1 –

Autor	Obra
Jack Goody (1919-2015)	*Renascimentos: um ou muitos?* (2010)
Alain de Libera (1948-)	*A filosofia medieval* (1993)
Mahnaz Heydarpoor	*O conceito de amor no cristianismo e no Islã* (2008)
Louis Cardaillac (1933-2015)	*Um minarete em vez de campanário* (1992)
Dimitri Gutas (1945-)	*Greek Thought, Arabic Culture: the Graeco-Arabic Translation Movement in Baghdad and Early 'Abbassid Society (2nd-4th/8th-10th Centuries)* (1998)
Francisco León Florido	*Translatio studiorum: traslado de los libros y diálogo de las civilizaciones en la Edad Media* (2005)
António Rei	*Elementos proféticos na cronística moçárabe (séculos VIII – XI)* (2014)

Todas essas obras têm um viés explicativo que atravessa o sentido da compreensão cultural e do diálogo entre várias comunidades religiosas e contribuem para entendermos melhor o contexto da Idade Média.

Vejamos um trecho do prefácio da obra *A filosofia medieval*, de Alain de Libera (2004, p. 8-9), em que o autor reflete sobre o tempo na historiografia do Oriente Medieval de maneira contextual simultânea, múltipla, diversa e plural:

> *Um historiador da filosofia tem, portanto, uma dupla tarefa: ele deve seguir os mundos múltiplos que são simultâneos no tempo da "nossa" história, mas que não o são, necessariamente, no tempo de sua própria história. Fazer coexistir, numa mesma história geral, tempos que não coincidem para os que nela vivem, eis o problema posto pela história da filosofia medieval. Há aí como que um problema de fusos horários que podemos descrever com um exemplo: na Bagdad do século III (da Hégira), cristãos do século IX (da Era Cristã) situam o califado abássida na hora sem hora da*

*filosofia grega. Levar em conta defasagens de tempo ou, em outros termos, as diferenças de regulagem nos relógios culturais, aceitar as discrepâncias expressas pela pluralidade de tempos vividos pelos atores da história, eis o que compete ao historiador da filosofia. Não é a mesma coisa dizer que Maimônides nasceu em 30 de março de 1135 e no sábado 14 de Nisã de 4896. O trabalho da temporalidade supõe um referencial comum: o mais simples é aceitar o referencial escolar – o referencial "latino". Contudo, essa grade deve servir para revelar a pluralidade dos tempos que operam nela. O efeito de simultaneidade que obtém o historiador pela ficção da universalidade de seu próprio tempo deve permitir ao leitor sentir o que é o começo da sabedoria histórica e o requisito indispensável a toda formação do historiador: não a expatriação sem a viagem, mas o efeito sutilmente desconstrutor do "*multiplex*" histórico. A convenção narrativa – da periodização escolar – deve permitir a abordagem da multiplicidade de histórias que compõem e desfazem, simultaneamente, "nossa" história. Chegar ao tecido histórico, seguir-lhe os múltiplos fios, deixá-los entrelaçar-se e desatar-se sob nosso olhar, eis o método que adotamos neste livro. Isso pressupõe uma trama, um pano de fundo.*

Sobre o embate entre bizantinos, islâmicos e cristãos, destacam-se os trabalhos da medievalista Fátima Regina Fernandes (1962-), *Cruzadas na Idade Média* (2006) e *Les défis de l'historiographie médiévale au Brésil au début du XXIe siècle* (2012). Nesse sentido, o artigo *La reconquista: un estado de la cuestión* (2009), de Francisco García Fitz (1961-), dialoga com o trabalho de Fernandes, renovando aspectos sobre o conceito de *reconquista* como se uma *conquista* do Islã, ou seja, um momento de luta por parte dos cristãos para obter a Península Ibérica. Uma voz importante nesse assunto também é a de Amin Maalouf (1949-) com o clássico *As Cruzadas vistas pelos árabes* (1983), trazendo a versão islâmica para a discussão sobre o movimento

cruzadístico. Vale a pena ressaltar, nos estudos sobre a realidade plural na Península Ibérica, a tese de doutorado de Jaime Estevão dos Reis, chamada *Território, legislação e monarquia no reinado de Alfonso X, o Sábio (1252-1284)*, de 2007, que é consonante com a explicação dos pesquisadores citados. A seguir, segue um trecho sobre o embate entre aqueles povos pela visão historiográfica da medievalista Fernandes (2006, p. 128).

> *O conceito de Cruzada ou Guerra Santa fixou-se no imaginário coletivo como uma luta justificável contra aquele que difere, em suas concepções e interesses, dos valores e crenças predominantes num determinado espaço, ou seja, o outro. Hoje ainda ocorre a utilização política desse ideal, convoca-se a Cruzada contra o terrorismo islâmico ou a* Jihad *contra os inimigos externos. Em muitos momentos da história reutilizou-se esse discurso cruzadístico para justificar projetos políticos e econômicos, como na época dos Descobrimentos. As nações que partiam para descobrir África, Américas e Ásia utilizavam essa mesma bandeira, a do domínio justificado pela legitimidade da expansão da fé cristã. E esse ideal de Cruzada será levado até esses lugares onde ocorre a colonização europeia, será implantado na cultura desses povos e aos poucos absorvido, tomando feições próprias. Esse é o caminho da perenidade dessa ideia no Ocidente, que chega até os dias atuais. No entanto, o uso contemporâneo das Cruzadas pouco tem a ver com seu significado medieval: trata-se de uma metáfora política que tenta justificar os interesses de grupos ou potências. As Cruzadas foram fruto de uma realidade medieval e um contexto histórico nunca se repete. O mecanismo de extrair da cultura da Idade Média a ideia de uma Guerra Santa ou Cruzada para que se façam guerras nos dias de hoje nada mais é que uma manipulação que se utiliza do passado histórico para legitimar causas atuais – que, do contrário, teriam talvez menos probabilidades de serem aceitas e abraçadas.*

A respeito da economia medieval plural, há dois autores muito importantes para a historiografia oriental: Hilário Franco Júnior (1948-), com *Uma interpretação da economia bizantina* (1977), e Andréa Doré, com *Diplomacia e relações comerciais entre o Oriente e o Ocidente: duas experiências do século XIII* (2000). O aspecto econômico favorece as explicações sócio-históricas, como é o caso dessas obras, e verticalizam as relações culturais.

Assim, a compreensão histórica do momento é imprescindível ao ofício do medievalista, pois evita a opinião generalizante e anacrônica. Os pesquisadores mencionados aqui, trabalhando sob a perspectiva do diálogo ou do embate, ainda problematizam suas visões sobre o Oriente Medieval, tornando esse assunto instigante por meio de conexões políticas, culturais e socioeconômicas. Diante disso, passamos para o estado atual da questão dos estudos sobre o Oriente Medieval.

Estado da questão

Um dos dados interessantes a respeito da historiografia brasileira sobre o tema da pluralidade do Oriente Medieval, no banco de teses da Capes[1], é que encontramos, nesse perfil, apenas sete trabalhos registrados – no período de 2000 a 2017 – que tocam no tema, entre as 185 sugeridas. Apresentamos, a seguir, as referências desses trabalhos, apontando, ainda, em qual *site* estão depositados (biblioteca depositária):

1 *A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) disponibiliza um banco de teses e dissertações dos mais variados assuntos para consulta pública. Disponível em: <http://bancodeteses.capes.gov.br>. Acesso em: 24 out. 2018.*

ARAÚJO, R. M. de. **Ibn Khaldun**: o estudo de seu método à luz da ideia de decadência nos Estados do Ocidente mulçumano medieval. 118 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

Depositárias: Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade de Campinas (Unicamp) e Biblioteca Central da Unicamp.

DEUS, P. R. S. de. **Do Oriente vem o vento que os leva ao Ocidente**: representações literárias e iconográficas no espaço na Baixa Idade Média. 161 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2000.

Depositária: Biblioteca da Universidade de Brasília (UnB).

FONTES, L. A. S. **Às margens da cristandade**: os Moros d'España à época de Afonso X. 321 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

Depositária: Biblioteca Central do Gragoatá (BCG) – Universidade Federal Fluminense (UFF).

LOSSIO JUNIOR, W. O. **O conceito de civilização na Antiguidade Tardia romano-oriental**: a proposta de Justiniano e as idealizações de Cosme Indicopleustes (séc. VI). 84 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

Depositária: Biblioteca Central da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

MOREIRA, B. J. I. B. S. N. **Percepções do espaço no medievo islâmico (séc. XIV)**: o exemplo de Ibn Jaldún e Ibn Battuta. 415 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

Depositária: BCG – UFF.

SENKO, E. C. **O passado e o futuro assemelham-se como duas gotas d'água**: uma reflexão sobre a metodologia da história de Ibn Khaldun (1332-1406). 290 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

Depositária: Sistema de Bibliotecas da UFPR.

SILVA, D. S. da. **O profeta e a umma**: a formação da comunidade político-religiosa de Medina no século VII. 120 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

Depositária: BCG – UFF.

Já no contexto da historiografia espanhola, que é a mais lida tradicionalmente com o tema do Oriente Medieval de aspecto plural, constatamos, pelo *site* de pesquisa hispânico *Dialnet*[2], que, das 29 indicações gerais de trabalhos, as produzidas entre os anos de 2000 e 2017 são:

AROD, H. **De Siria a Al-Andalus**: transformaciones de los paisajes históricos en época omeya. 478 f. Tesis doctoral – Universidad de Granada, 2015.

2 *Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es>. Acesso em: 24 out. 2018.*

CHÁVET LOZOYA, M. **Los rituales de enterramiento islámicos en Al-Andalus (ss. VIII-XVI)**: las tumbas tipo la d – arqueología de la muerte en Madinat Lurqa. 387 f. Tesis doctoral – 798 f. Universidad de Granada, 2016.

GARCÍA ARÉVALO, T. M. **Cuentística en judeo-árabe moderno**: edición, traducción y estudio. 316. Tesis doctoral – Universidad de Granada, 2013. Volumen I: introducción y estudio.

LÓPEZ BERNAL, D. **Los hada'iq al-azahir de abu bakr ibn asim al-garnati**: traducción y estudio de una obra de adab de la Granada nazarí. 549 f. Tesis doctoral, Universidad de Granada, 2016. Volumen I.

MARTÍN MARTÍN, A. **De la Qasabat al-Qadima a la Alcazaba Roja**. Tesis doctoral – Universidad de Granada, 2015.

Como vimos, o Oriente Medieval ainda é um tema a ser trabalhado em território brasileiro e na historiografia espanhola. O assunto é importante para a compreensão do período como um todo, tanto com relação ao Ocidente quanto ao Oriente.

(6.4)
Historiografia do Oriente Medieval em sala de aula

Devemos ter muita atenção ao estudar a historiografia do Oriente Medieval em sala de aula. Primeiramente, temos de lembrar que, para estudar o Medievo da forma mais abrangente possível, é necessário

buscar o conhecimento dos contextos ocidental e oriental. São tantas as informações que chegam via fontes eletrônicas, redes sociais e pela televisão sobre os conflitos no Oriente Médio que se faz urgente compreender a história dos povos dessa parte do mundo.

Por muito tempo, a disciplina de História teve como seu centro a Europa, mas, atualmente, está se expandindo a visão sobre as diversas culturas e os diferentes modos de vida ao redor do globo. Dessa forma, há tempos que o estudo da história do Oriente, e não apenas sobre o que já se conhece sob a ótica orientalista do século XIX, merece um maior espaço nas salas de aula.

Nesse contexto, como é possível ensinar e compreender o Oriente se não há um momento para esse debate nas aulas de História? Não se pode relegar a historiografia do Oriente para outras áreas do conhecimento, como a geopolítica, apenas. A constituição do processo histórico sobre os conflitos que ocorrem no Oriente Médio remonta a uma memória e a uma simbologia medievais. Ora, entender o que se passa naquela região é conhecer sua produção historiográfica e seu contexto, ir até o entendimento do que o outro sente e pensa; trata-se de uma ação de empatia, de imersão em sua inteligibilidade. Por isso, é preciso suscitar o debate em sala de aula sobre o Oriente e conectá-lo ao Medievo conhecido e exaltado pelos europeus.

A historiografia do Oriente Medieval em sala de aula pode ser apresentada seguindo os seguintes temas e autores centrais:

- Sobre o período bizantino e do Islã clássico (época de formação e de expansão dessas realidades históricas), é possível seguir os passos de Speros Vryonis, Albert Hourani e Karin Armstrong. Nesse sentido, com relação à história bizantina, mostra-se o período justinianeu e seu contato com o Ocidente, o auge do poder com

a Dinastia dos Comnenos e a conquista de Constantinopla por duas vezes – pelos cruzados e pelos islâmicos.

- Já para a história do islamismo e do período pré-islâmico, a chegada das ideias do profeta Maomé, a expansão da fé islâmica pelo Oriente e pelo Ocidente e, por consequência, a expansão política, seja por meio dos *rashiduns*, seja pela chegada dessa nova experiência em Al-Andaluz. É importante destacar, nesse processo contextual, a produção do saber e das artes. Assim, podem ser utilizadas as indicações dos pesquisadores Alain de Libera e Miguel Attie Filho. O estudo da importância da *translatio studiorum* faz todo o sentido e propicia uma visão das interconexões que ocorriam por meio do saber, da política e da vivência humana naquele período, entre bizantinos, islâmicos e cristãos.
- Na exposição da historiografia do Oriente Medieval em sala de aula, está prevista a explanação do panorama sobre as Cruzadas e a história de Al-Andaluz na Península Ibérica. Para tanto, é possível seguir os pensamentos da medievalista Fátima Regina Fernandes e do escritor Amin Maalouf. Os autores podem ser lidos para possibilitar a reflexão sobre a dicotomia do embate que ocorria naquele período, explorando-se ambos os lados: dos cristãos e dos islâmicos e bizantinos.

Além disso, para se trabalhar com fontes sobre o Oriente Medieval em sala de aula, pode-se abordar a questão da alteridade, contribuindo para a construção de uma perspectiva plural, por parte dos alunos, com relação ao período medieval, em termos de compreensão do Ocidente e do Oriente. Como exemplo de exercício com esse propósito, apresentamos, a seguir, trechos de duas fontes distintas: a relacionada ao Oriente trata-se de um excerto de Ibn Khaldun

(1332-1406); no que se refere ao Ocidente, há uma passagem do cronista Gomes Eanes de Zurara (1405-1468).

Fonte islâmica do século XIV-XV

Nada me entristece, não fossem meus livros, na composição dos quais passei toda minha vida, trabalhando noite e dia. Depositei neles os frutos de meus estudos: a História do Mundo, desde a criação, e a dos reis do Ocidente e do Oriente. Se voltar a ter estes livros na mão, eu vos darei o primeiro lugar entre os soberanos; com a narrativa de vossas proezas, ajuntarei uma trama brilhante no tecido da História, e farei de vosso império o diadema que coroará a fronte do Tempo. [...] Minhas obras estão no Cairo, e, se pudesse reavê-las, não me afastaria um palmo de vosso estribo. (Khaldun, 1958a, p. 552-553)

Fonte cristã do século XIV-XV

O tempo e grandeza das obras nos constrangem fortemente que escrevamos, nos seguintes capítulos, a gloriosa fama da mui notável empresa tomada por este virtuoso e nunca vencido Príncipe, senhor Rei Dom João, que seu propósito determinou forçosamente por armas conquistar uma tão nobre e tão grande cidade como é Ceuta. No qual feito considerando, podemos resguardar quatro cousas, s. grande amor da Fé, grandeza de coração, maravilhosa ordenança, e proveitosa vitória, a qual foi maravilhoso preço de seu grande trabalho. (Zurara, 1992, p. 41)

Na interpretação das fontes, pode-se indagar sobre os modelos de escrita de cada autor, o sentido de história e de memória que adotam, bem como as possíveis intenções relacionadas ao trabalho de suas obras.

Seria interessante, também, perceber as similaridades, antes mesmo dos afastamentos, entre eles. Talvez isso seja resquício,

inclusive, da tradição grega de escrita da história, que nunca deixou de permear a intelectualidade tanto ocidental quanto oriental. Nesse caso, complementando o exercício, seria pertinente mencionar um referencial historiográfico que trata do tema, como o exemplo apresentado, visto que "A cultura grega, particularmente, teve uma influência especial, porque ia ao encontro dos ensinamentos do Corão a respeito da necessidade de o homem desenvolver as suas capacidades naturais para decifrar a realidade, como meio de conhecimento de Deus" (Bissio, 2008, p. 172).

Assim, estimula-se, portanto, a compreensão da alteridade e das diferentes realizações de ocidentais e orientais, sem, no entanto, desconsiderar as raízes que, de acordo com cada aspecto, eles poderiam compartilhar.

Síntese

Neste capítulo, trabalhamos a visão historiográfica em torno do Oriente Medieval por meio de discussões envolvendo cultura, poder e sociedade sob a perspectiva de pesquisadores bizantinistas e daqueles que estudam o islamismo ou se dedicam a verificar as inter-relações entre os bizantinos e os islâmicos com os cristãos na Idade Média. Esses estudos favorecem a percepção histórica do diálogo e a compreensão dos embates do passado.

Depois de abordarmos essa noção historiográfica, acompanhamos os dados da produção de estudos sobre o Oriente no Brasil e na Espanha – país no qual se pesquisam com mais regularidade tais temas.

Por fim, verificamos que os assuntos da atualidade sobre o Oriente instigam os pesquisadores a buscar o passado para conhecer as tradições que influenciaram os comportamentos e as ações dos homens que lá viveram durante o processo histórico.

Indicações culturais

Entrevista

ARMSTRONG, K. A perdida arte do diálogo. **Fronteiras do Pensamento**. 29 set. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Y_aRxiFJEVk>. Acesso em: 24 out. 2018.

Breve, mas esclarecedora explanação de Karen Armstrong, sobre a importância do autêntico diálogo cultural entre as diferentes civilizações.

Site

SENKO, E. C. **O Oriente Medieval em sala de aula**. Disponível em: <http://nemed.he.com.br/projetopandora/2015/10/16/o-oriente-medieval-em-sala-de-aula/>. Acesso em: 25 set. 2018.

Conteúdo didático produzido pelo Núcleo de Estudos Mediterrânicos (Nemed) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) com o propósito de colaborar nas discussões historiográficas sobre o Oriente e o Ocidente medievais.

Atividades de autoavaliação

1. Acerca das obras e dos autores que tratam da história bizantina, analise as afirmativas a seguir e indique V para as verdadeiras e F para as falsas.
   ( ) A historiografia bizantina e a historiografia islâmica são a mesma.
   ( ) Speros Vryonis, em suas obras, na década de 1960, como *Bizâncio e Europa*, deu ênfase à cultura desenvolvida sob a Dinastia dos Comnenos entre os séculos XI e XII.

( ) Michael Angold perseguiu a seara de Speros Vryonis nos aspectos culturais, estudando ainda a Dinastia dos Comnenos, e produziu uma historiografia demonstrando que o Renascimento italiano teve contribuição da história bizantina.

( ) Para um aprofundamento das relações de justiça e das leis, não há historiografia de apoio.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

a) V, V, F, F.
b) V, F, F, V.
c) F, F, V, V.
d) F, V, V, F.
e) V, F, V, F.

2. Sobre os aspectos da historiografia bizantina, analise as afirmativas a seguir e indique V para as verdadeiras e F para as falsas.

( ) Steven Runciman se dedicou a pesquisar inicialmente o Império Bizantino e seus contatos com outras culturas religiosas, com destaque para os muçulmanos e os cristãos.

( ) As obras mais famosas de Steven Runciman são *A civilização bizantina* (1933), *A queda de Constantinopla 1453* (1965) e *A teocracia bizantina* (1977).

( ) Na obra *A civilização bizantina* (1933), Steven Runciman pesquisou a transição da Antiguidade Clássica para a Antiguidade Tardia, ressaltando a importância de Constantinopla como novo centro do Império Romano no Oriente, além de prosseguir na análise de como o processo

histórico bizantino ocorreu na Idade Média até a conquista de Constantinopla pelos turcos.

( ) Colin Wells pesquisou apenas sobre a historiografia islâmica.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

a) V, V, V, F.
b) V, F, F, V.
c) F, F, V, V.
d) F, V, V, F.
e) F, F, F, F.

3. Analise as afirmativas a seguir sobre os elementos demarcadores da historiografia bizantina.

I) James Allan Evans produziu uma historiografia sobre a vida e os feitos do imperador bizantino Justiniano.

II) Na historiografia bizantina, não é problematizado o período do Imperador Justiniano.

III) A historiografia bizantina é marcada por contatos e afastamentos entre o Ocidente e o Oriente.

Assinale a alternativa correta:

a) Somente a afirmativa I é verdadeira.
b) Somente a afirmativa II é verdadeira.
c) Somente a afirmativa III é verdadeira.
d) Somente as afirmativas I e III são verdadeiras.
e) Todas as afirmativas estão corretas.

4. Analise as afirmativas a seguir sobre os elementos da historiografia islâmica.

I) Akbar Ahmed publicou, em 1988, *Discovering Islam*, obra de referência sobre o processo de desenvolvimento histórico do islamismo; além disso, como é um pesquisador khalduniano, Ahmed também teorizou sobre a escrita da história pelos muçulmanos eruditos.

II) A pesquisadora do tema das religiões Karen Armstrong deixou de publicar sua obra *Maomé: uma biografia do profeta*.

III) Não há dentro da historiografia islâmica o assunto sobre a conquista de Al-Andaluz e os contatos entre os cristãos e os islâmicos nessa região.

IV) A historiadora Beatriz Bissio publicou uma das mais interessantes análises sobre o Oriente atual, segundo a qual os países dessa região do mundo devem ter autonomia para tomar suas decisões e evitar a todo custo a interferência maniqueísta ocidental.

Assinale a alternativa correta:

a) Somente as afirmativas I e IV são verdadeiras.
b) Somente a afirmativa II é verdadeira.
c) Somente a afirmativa III é verdadeira.
d) Somente a afirmativa I é verdadeira.
e) Nenhuma afirmativa está correta.

5. Assinale a opção correta sobre o debate historiográfico a respeito da conceitualização de reconquista ou de conquista de Al-Andaluz:
   a) Tanto faz a terminologia empregada, pois o resultado da interpretação histórica é o mesmo.
   b) *Reconquista* é um conceito da antiga historiografia ibérica medieval, tendo por foco o olhar apenas dos cristãos; hoje, é debatido e indicado o uso de *conquista*.
   c) *Conquista* é o termo correto para a conceitualização, tendo em vista que *reconquista* tem a ver diretamente com a *jihad* islâmica.
   d) A terminologia correta é *conquista*, pois foram os cristãos que tiraram as terras dos infiéis.

Atividades de aprendizagem

Questões para reflexão

1. Leia o trecho a seguir, de historiografia sobre o Oriente Medieval abaixo e responda:

A percepção do tempo e do espaço faz parte dos sistemas organizados de símbolos significantes de que fala Clifford Geertz, e, portanto, está permeada de significados específicos em cada cultura, a partir de concepções produzidas socialmente. Como chama a atenção Gurièvich, o homem não nasce com 'sentido do tempo'. Suas noções espaciais e temporais vêm determinadas pela cultura à qual pertence e sobre a qual atua. Assim, utilizando as definições de George Simmel, procurou-se compreender de que forma os "fatores espirituais" determinaram o encadeamento entre as diferentes partes do espaço islâmico e com o arcabouço teórico de Henri Lefebvre, que considera o espaço social como um conjunto de sistemas de

relações, a pesquisa utilizou-se da análise formal, estrutural e funcional para avaliar o espaço social islâmico da forma mais completa possível. (Bissio, 2008, p. 16)

a) Qual é o entendimento da pesquisadora Beatriz Bissio sobre o uso do tempo e do espaço para compreender a historiografia islâmica?
b) Como podemos fazer a mesma associação para o universo de inteligibilidade bizantino e cristão?

2. Como se deu o processo de pesquisa da historiografia bizantina?

3. Explique como se desenvolveram as historiografias islâmica e dos contatos entre bizantinos, islâmicos e cristãos.

4. Destaque um método didático que você utilizaria pautando-se pelas orientações do tópico sobre a historiografia do Oriente Medieval em sala de aula.

Atividade aplicada: prática

1. Assista à explanação de Karen Armstrong, disponível nas "Indicações culturais" e aponte os principais elementos para uma rota didática a ser aplicada em uma aula sobre o assunto.

Considerações finais

Nesta obra, contemplamos o estudo do Oriente durante a Idade Média por meio dos seis eixos explicativos, percurso pelo qual pudemos refletir sobre as trajetórias históricas de bizantinos e islâmicos.

Dessa forma, nos Capítulos 1 e 2, analisamos o processo das sucessões dinásticas bizantinas e como isso afetou as decisões tanto no Oriente quanto no Ocidente. Acompanhamos a trajetória do Império Bizantino da ascensão à desestruturação política, observando o espraiamento das ideias e da sabedoria de sua cultura.

Nos Capítulos 3 e 4, ressaltamos a importância da história islâmica não apenas para o Oriente mas também para o Ocidente no Medievo. A existência do islamismo foi uma revolução cultural, política e religiosa, uma das experiências mais significativas de transformação no processo histórico medieval.

No Capítulo 5, tratamos das relações que perpassaram o movimento das Cruzadas. Sempre com olhar crítico, atento aos lados do embate, seja dos cruzados cristãos, seja dos islâmicos palestinos, entendemos a necessidade de o Ocidente ter conclamado as Cruzadas, ao mesmo tempo que compreendemos a luta e a resistência dos islâmicos palestinos. Concomitantemente, abordamos o movimento de

transladação dos estudos clássicos via Oriente, por meio dos bizantinos e dos islâmicos, em direção ao Ocidente.

Por fim, no Capítulo 6, oferecemos uma atualização sobre os recentes estudos a respeito do Oriente na Idade Média e reafirmamos as duas vertentes que permeiam as discussões sobre esses temas: a historiografia do embate e a do diálogo.

Esperamos que esta obra contribua para o enriquecimento cultural sobre a história do Oriente Medieval e nos possibilite encontrar nas pesquisas a devida gratidão àquela região por sua colaboração com a cultura ocidental.

Glossário

Abássida: Dinastia que substituiu a Omíada no califado, no século VIII.

Al-Andaluz: Região da Península Ibérica sob domínio islâmico na Idade Média.

Alcorão: Livro sagrado do islamismo.

Almôada: Dinastia que governou o território de Al-Andaluz entre os séculos XII e XIII.

Almorávida: Dinastia que governou o território de Al-Andaluz no século XI.

Arianismo: Teologia que indicava que Jesus Cristo era filho de Deus, e não o próprio Deus.

Autocrata: Política centralizadora do governante.

Basileus: Imperador autocrata bizantino.

Berberes: Povos autóctones do norte da África medieval.

Bayt: Casa.

Cádi: Juiz.

Califa: Governante que unia os poderes temporal e espiritual no Islã medieval.

Califado: Instituição que unia os poderes temporal e espiritual pelo califa.

Dinastia: Grupo familiar que detém poder hereditário e pratica a adoção política.

Falsafa: A filosofia, entre os árabes.

Falasifa: Filósofo pertencente à falsafa.

Fiqh: Direito.

Fitna: Ruptura política.

Hadiths: Narrativas sobre o profeta Maomé.

Hikma: Sabedoria.

Imperador: Indivíduo no exercício de uma autoridade política centralizadora.

Império: Domínio centralizado, exercido por determinado poder político, que engloba diversos territórios do ponto de vista da dominação.

Janízaros: Cristãos que eram a tropa de elite do sultão turco.

***Jihad* maior**: Luta pessoal introspectiva.

***Jihad* menor**: Luta militar.

Kalam: Estudo teológico no islamismo.

Monofisismo: Teologia que negava que Jesus Cristo tinha duas naturezas: a divina e a humana.

Nahda: Esquecimento.

Omíada: Primeira dinastia após o período dos califas *rashiduns* e que durou até a ascensão dos abássidas.

Patriarca: Líder religioso da ortodoxia bizantina.

Rashiduns: Os quatro primeiros califas corretamente guiados na liderança da comunidade muçulmana.

Razias: Ataques militares rápidos.

Salá: Orar cinco vezes ao dia.

Shahada: Um dos pilares do Islã – Alá é único.

Sharia: Lei islâmica.

Sultão: Governante temporal.

Sunas: Narrativas dos feitos do profeta Maomé.

Suras: Capítulos do Alcorão.

Tahafut: Refutar.

Taifas: Sultanatos da região de Al-Andaluz.

Translatio studiorum: Transladação de estudos.

Umma: Comunidade islâmica.

Zakat: Esmola.

Referências

ADAMSON, P. Os tradutores árabes fizeram muito mais do que apenas preservar a filosofia grega. **Iqara Islam**. Disponível em: <http://iqaraislam.com/os-tradutores-arabes-fizeram-muito-mais-que-apenas-preservar-filosofia-grega/>. Acesso em: 20 set. 2018.

AHMED, A. **Discovering Islam**: Making Sense of Muslim History and Society. London: Routledge, 1999.

ALCORÃO. Português-árabe. **Tradução do sentido do nobre Alcorão para a língua portuguesa**. Tradução de Helmi Nasr. Medina: Liga Islâmica Mundial, 2005.

ALI, T. **Livro de Saladino**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

_____. **Um sultão em Palermo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

AL-KARDABUS, I. **Historia de al-Andalus (Kitab al-Iktifa)**. Madrid: Akal, 2011.

AL-QALANISI. **Mudhayyal Ta'rikh Dimashq [continuação das crônicas de Damasco)**. Paris: Journal Asiatique, 1853.

ANGOLD, M. **Bizâncio**: a ponte da Antiguidade para a Idade Média. Tradução de Alda Porto Santos. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

ANGOLD, M. **Church and Society in Byzantium Under Comneni**. Cambridge: University Press, 1995.

ARMSTRONG, K. **Maomé**: uma biografia do profeta. Tradução de Andréia Guerini, Fabiano Seixas Fernandes e Walter Carlos da Costa. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ATTIE FILHO, M. **Falsafa**: a filosofia entre os árabes. São Paulo: [s.n.], 2001. Disponível em: <http://falsafa.dominiotemporario.com/doc/FALSAFA_LIVRO_PAG_NET.pdf>. Acesso em: 30 out. 2018.

_____. **Falsafa**: a filosofia entre os árabes – uma herança esquecida. São Paulo: Palas Athena, 2002.

AVERRÓIS. Comentário médio sobre a ética nicomaqueia. In: PEREIRA, R. H. de S. **Averróis**: a arte de governar – uma leitura aristotelizante da República. São Paulo: Perspectiva, 2012. p. 225-243.

BISSIO, B. **Percepções do espaço no Medievo islâmico (séc. XIV)**: o exemplo de Ibn Khaldun e Ibn Battuta. 416 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2008_BISSIO_Beatriz_Juana-S.pdf>. Acesso em: 30 out. 2018.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm>. Acesso em: 25 set. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução n. 2, de 1° de julho de 2015. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 jul. 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em: 25 set. 2018.

CARDAILLAC, L. Um minarete em vez de campanário. In: _____. (Org.). **Toledo, séculos XII-XIII**: muçulmanos, cristãos e judeus – o saber e a tolerância. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1992. p. 11-14.

CURATOLA, G. **Arte islâmica**. São Paulo: Paisagem, 2009.

DIAS, J. V. de M. P. **Das fronteiras para Constantinopla**: inserção da canção de Digenis Akrites no cenário político bizantino (séculos XI e XII). 151 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

DORÉ, A. Diplomacia e relações comerciais entre o Oriente e o Ocidente: duas experiências do século XIII. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 137-158, 2000. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg10-8.pdf>. Acesso em: 19 set. 2018.

DUBY, G. **O tempo das catedrais**: a arte e a sociedade – 980-1420. Lisboa: Estampa, 1979.

EVANS, J. A. **The Emperor Justinian and the Byzantine Empire**. London: Greenwood Press, 2005.

FARTHING, S. **Tudo sobre arte**. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.

FERNANDES, F. R. Cruzadas na Idade Média. In: MAGNOLI, D. (Org.). **História das guerras**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 99-129.

FERNANDES, F. R. Les défis de l'historiographie médiévale au Brésil au début du XXIe siècle. **Imago Temporis: Medium Aevum**, Lleida, v. 6, p. 407-419, 2012. Disponível em: <https://repositori.udl.cat/bitstream/handle/10459.1/46908/Imago_Temporis_6_2012.pdf?sequence=1>. Acesso em: 25 set. 2018.

FÈVRE, F. **Teodora, a imperatriz de Bizâncio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

FLETCHER, R. **Em busca de El Cid**. Tradução de Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Ed. da Unesp, 2002.

FRANCO JÚNIOR, H. Uma interpretação da economia bizantina. **Revista de História da USP**, São Paulo, n. 111, p. 19-49, 1977. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/75478/79019>. Acesso em: 18 set. 2018.

FRANCO JÚNIOR, H.; ANDRADE FILHO, R. de O. **O Império Bizantino**. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Coleção Tudo é História, v. 107).

FRIGHETTO, R. **A Antiguidade Tardia**: Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transformações (séculos II-VIII). Curitiba: Juruá, 2012.

GARCÍA FITZ, F. La reconquista: un estado de la cuestión. **Clío & Crímen**, Durango, n. 6, p. 142-215, 2009.

GOODY, J. **Renascimentos**: um ou muitos? São Paulo: Ed. da Unesp, 2011.

GRANT, M. **From Rome to Byzantium**. London: Michael Grant, 1998.

GUTAS, D. **Greek Thought, Arabic Culture**: the Graeco-Arabic Translation Movement in Baghdad and Early 'Abbassid Society (2nd-4th/8th-10th Centuries). London: Routledge, 1998.

HALDON, J.; BRUBAKER, L. **Byzantium in the Iconoclast Era (ca 680-850)**: the Sources. Cornwall: Ashgate Publishing, 2001.

HEYDARPOOR, M. **O conceito de amor no cristianismo e no Islã**. Curitiba: Sociedade Beneficente Muçulmana do Paraná, 2008.

HOURANI, A. **Uma história dos povos árabes**. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KAZHDAN, A. P. (Ed.). **The Oxford Dictionary of Byzantium**. Oxford: Oxford University Press, 1991a. v. I.

_____. Oxford: Oxford University Press, 1991b. v. II.

KHALDUN, I. Autobiografia. In: _____. **Muqaddimah**. Tradução de José Khoury e Angelina Bierrenbach Khoury. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia, 1958a. Tomo I: Os prolegômenos. p. 479-553.

_____. **Muqaddimah**. Tradução de José Khoury e Angelina Bierrenbach Khoury. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia, 1958b. Tomo I: Os prolegômenos.

KOMNENE, A. **The Alexiad**. London: Penguin Classics, 2003.

LE GOFF, J. **São Luís**: biografia. Rio de Janeiro: Record, 2002.

LEÓN FLORIDO, F. Translatio studiorum: traslado de los libros y diálogo de las civilizaciones en la Edad Media. **Revista General de Información y Documentación**, Madrid, v. 15, n. 2, p. 51-77, 2005. Disponível em: <http://revistas.ucm.es/index.php/RGID/article/view/RGID0505220051A/9693>. Acesso em: 20 set. 2018.

LEWIS, B. **Os árabes na história**. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1990.

LIBERA, A. de. **A filosofia medieval**. Tradução de Nicolás Nyimi Campanário e Yvone Maria de Campos Teixeira da Silva. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

LIVRO das mil e uma noites. Tradução de Mamede Mustafa Jarouche. 3. ed. São Paulo: Globo, 2006. v. I: Ramo sírio.

LOUTH, A. Justinian and His Legacy (500-600). In: SHEPARD, J. (Ed.). **The Cambridge History of the Byzantine Empire**. Cambridge: United Kingdom at the University Press, 2008. p. 99-129.

MAALOUF, A. **As Cruzadas vistas pelos árabes**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

MAIER, F. G. **Bizancio**. Madrid: Siglo XXI, 1974. (Historia Universal, v. 13).

MANTRAN, R. **Expansão muçulmana**. São Paulo: Pioneira, 1977.

MONTEIL, V. **Os árabes**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1959.

MUNK, S. **Mélanges de philosophie juive et arabe**. Paris: J. Vrin, 1988.

PEDRERO-SÁNCHEZ, M. G. **História da Idade Média**: textos e testemunhas. São Paulo: Ed. da Unesp, 2000.

POEMAS de Abû Nuwâs. Tradução de Marcella Lopes Guimarães. **Rascunho**, n. 186, dez. 2015. Disponível em: <http://rascunho.com.br/poemas-de-abu-nuwas/>. Acesso em: 30 out. 2018.

REI, A. Elementos proféticos na cronística moçárabe (séculos VIII-XI). **Revista Diálogos Mediterrânicos**, n. 7, p. 141-154, dez. 2014. Disponível em: <http://www.dialogosmediterranicos.com.br/index.php/RevistaDM/article/view/132/142>. Acesso em: 24 set. 2018.

REIS, J. E. dos. **Território, legislação e monarquia no reinado de Alfonso X, o Sábio (1252 – 1284)**. 252 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103168/reis_je_dr_assis.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 set. 2018.

RUNCIMAN, S. **A civilização bizantina**. Tradução de Waltensir Dutra. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. (Biblioteca de Cultura Histórica).

_____. **A queda de Constantinopla**: 1453. Tradução de Laura Rumchinsky. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

_____. **A teocracia bizantina**. Tradução de Heloísa Toller Gomes. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. (Biblioteca de Cultura Histórica).

RUTHVEN, M. Posfácio. In: HOURANI, A. **Uma história dos povos árabes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 598-615.

SARRIS, P. **Economy and Society in the Age of Justinian**. Cambridge: University Press, 2006.

SENKO, E. C. **Reflexões sobre a escrita e o sentido da história na Muqaddimah de Ibn Khaldun (1332-1406)**. São Paulo: Ixtlan, 2012.

SILVEIRA, A. D. da. Política e convivência entre cristãos e muçulmanos nas cantigas de Santa Maria. PEREIRA, N. M.; ALMEIDA, C. C. de; TEIXEIRA, I. S. (Org.). **Reflexões sobre o Medievo**. São Leopoldo: Oikos, 2009. p. 39-59.

SONN, T. **Uma breve história do Islã**: um guia indispensável para compreender o Islã do século XXI. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2011.

STOLTE, B. The Social Function of the Law. In: HALDON, J. (Ed.). **A Social History of Byzantium**. Oxford: Blackwell, 2009. p. 76-91.

TREADGOLD, W. **A History of the Byzantine State and Society**. Stanford: University Press, 1997.

VRYONIS, S. **Bizâncio e Europa**. Lisboa: Verbo, 1967.

WELLS, C. **De Bizâncio para o mundo**: a saga de um império milenar. Tradução de Pedro Jorgensen. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

WHITTOW, M. **The Making of Byzantium**. Berkeley: University of California Press, 1996.

ZURARA, G. E. de. **Crónica da tomada de Ceuta**. Lisboa: Europa-América, 1992.

Bibliografia comentada

ALI, T. **Livro de Saladino**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

Romance histórico fundamentado no subtexto biográfico da vida do sultão Saladino.

ALI, T. **Um sultão em Palermo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

O livro trata, de forma romanceada, do contato cultural entre islâmicos e cristãos no Medievo.

FÈVRE, F. **Teodora, a imperatriz de Bizâncio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

Esse romance é baseado no contexto histórico e na biografia da Imperatriz Teodora.

LIVRO das mil e uma noites. Tradução de Mamede Mustafa Jarouche. 3. ed. São Paulo: Globo, 2006. v. I: Ramo sírio.

Essa obra é uma das fontes literárias mais importantes para compreender a cultura da época pré-islâmica e do começo do islamismo.

RUNCIMAN, S. **A queda de Constantinopla**: 1453. Tradução de Laura Rumchinsky Rio de Janeiro: Imago, 2002.

Narrativa vivaz do historiador Steven Runciman sobre os últimos momentos de Constantinopla.

SENKO, E. C. **Reflexões sobre a escrita e o sentido da História na Muqaddimah de Ibn Khaldun (1332-1406)**. São Paulo: Ixtlan, 2012.

Obra que debate sobre o tema da historiografia do Oriente Medieval.

Respostas

Capítulo 1

Atividades de autoavaliação

1. d
2. b
3. a
4. c
5. a

Atividades de aprendizagem

Questões para reflexão

1.

a) O governo de Justiniano presenciou o surgimento de uma população multiétnica e com diversos interesses, principalmente comerciais.

b) A vida citadina era formada por comerciantes em trânsito que ficavam em diversas hospedarias enquanto realizavam seus negócios. Isso proporcionava uma dinâmica econômica para a sociedade bizantina.

2. Constantino VII Porfirogênito patrocinava, na corte bizantina, estudos de literatura, filosofia e história clássicas.
3. Retórica, filosofia, literatura, história, jurisprudência, geometria e astronomia.
4. A obra é um espelho de príncipes medieval e contribuiu para uma análise político-social.

Capítulo 2

Atividades de autoavaliação

1. c
2. d
3. b
4. b
5. b

Atividades de aprendizagem

Questões para reflexão

1.

a) A ascensão e a expansão do Império Bizantino se mantiveram por conta de uma estável política imperial autocrática aliada ao patriarca ortodoxo, até o momento de sua desestruturação, em 1453.

b) A política da Dinastia Paleóloga não soube manter as conquistas militares, políticas e culturais da dinastia anterior, a dos Comnenos.

2. A dinastia dos Comnenos participou tanto dos momentos mais importantes das Cruzadas quanto do florescer cultural do Império Bizantino.

3. Foi a conquista pelos cruzados latinos de 1204 até 1261 de parte do poder político bizantino.
4. A ameaça e o fortalecimento do poder dos turcos e também o abalo da antiga existência do Império Latino do Oriente levaram ao enfraquecimento da política bizantina.

Capítulo 3

Atividades de autoavaliação

1. d
2. a
3. d
4. a
5. a

Atividades de aprendizagem

Questões para reflexão

1. a) A figura da mulher, por meio da imagem de Maria, é apresentada com respeito, pois ela é a mãe de Jesus. Assim, existe uma aproximação da imagem da Maria alcorânica com a bíblica.

   b) O próprio Jesus defende a situação de seu nascimento, de sua morte e de sua ressurreição. Além de refletir sobre a imagem de Maria tratada com respeito – como também o é na narrativa bíblica –, deve-se observar, principalmente, a consideração do Alcorão com as histórias de outras religiões, como a cristã e a judaica.
2. Pelos eventos da vida do profeta Maomé apresentados no capítulo.

3. Devem-se levar em conta os problemas sucessórios dos primeiros califas (*rashiduns*) e a necessidade de uma liderança religiosa e política, mas não substitutiva, da posição do profeta Maomé.
4. A conquista de Al-Andaluz fixou a política muçulmana em expansão também na Península Ibérica e contribuiu para a formação identitária local.

Capítulo 4

Atividades de autoavaliação

1. a
2. c
3. d
4. a
5. a

Atividades de aprendizagem

Questões para reflexão

1.

a) Para Ibn Khaldun, há um sentido de história que se baseia no lema "história mestra da vida" e outro que segue o sentido de causa e consequência.

b) Na resposta, devem-se transcrever elementos presentes na fonte.

2. Em 1248, com o rei castelhano Fernando III, iniciou-se o fortalecimento da conquista cristã em Al-Andaluz. Deve-se destacar a conquista da chamada *fronteira* entre cristãos e habitante da região, composta das cidades de Córdoba, Sevilha e Jaén.

3. Por meio da contraposição crítica das noções de *reconquista* e de *conquista*, utilizando-se a relativização histórica, percebe-se que a primeira tem um olhar único apenas sob a ideologia dos cristãos e a segunda compreende um entendimento mais plural daquele embate.
4. A presença islâmica deixou heranças de sua cultura impregnadas na língua, nas artes, na filosofia e nas histórias ibéricas.

Capítulo 5

Atividades de autoavaliação

1. d
2. b
3. d
4. a
5. b

Atividades de aprendizagem

Questões para reflexão

1.

a) Apesar de a ideologia religiosa dos cristãos estar presente ainda na Quarta Cruzada, os interesses econômicos afloraram pelo contato com os cristãos genoveses, venezianos e bizantinos, ou seja, pela cobiça da conquista de territórios de Constantinopla e do Islã.

b) O conhecimento dos clássicos favoreceu a formação intelectual de Avicena, amplificando o movimento da trasladação dos estudos medievais no Oriente que chegaria ao Ocidente.

2. Sob três perspectivas: i) a defesa dos territórios pelos muçulmanos; ii) a defesa dos territórios pelos bizantinos; iii) e a ofensiva dos cruzados cristãos.
3. A *translatio studiorum* contribuiu para levar boa parte da cultura greco-islâmica até o Ocidente medieval.
4. Enquanto ocorriam os movimentos bélicos envolvendo conquistas e defesas das Cruzadas, seja de islâmicos, seja de cristãos, seja de bizantinos, os genoveses e os venezianos se aproveitavam para fazer comércio e enriquecer suas cidades. Não é à toa que o chamado *Renascimento italiano* ocorreu um tempo depois.

Capítulo 6

Atividades de autoavaliação

1. d
2. a
3. d
4. a
5. b

Atividades de aprendizagem

Questões para reflexão

1.

a) Na resposta, devem-se transcrever os elementos explicativos da fonte citada. O processo histórico das conquistas do islamismo se deu através, como a autora aponta, do uso do tempo e do espaço, atravessados pela cultura e pela religiosidade.
b) Os bizantinos e os cristãos ocidentais também determinaram suas culturas (identitárias) muito pelo modelo de

sociedade formada nesses ambientes. Os bizantinos puderam ter sua independencia política e religiosa na Ásia desenvolvendo um império. E os cristãos ocidentais a partir do movimento da conquista cristã ibérica e das Cruzadas assimilaram em seus reinos o contato com o Oriente.

2. Com o maior desenvolvimento da historiografia medieval com os Annales e também da época chamada "Antiguidade Tardia", desde a metade do século XX, os bizantinistas fundaram sua área de atuação específica nas universidades americanas e europeias.
3. A historiografia dos contatos religiosos é recente (pós 1978) e é caracterizada por uma reflexão que possa abranger mais uma pluralidade evitando preconceitos e unilateralismos.
4. Atualmente devemos compreender em face dos conservadorismos a pluralidade cultural e religiosa das pessoas, pois o conhecimento e a compreensão da diversidade atua no sentido de termos mais criticidade e humanidade.

Anexos

Figura A – Mosaico de Justiniano na Igreja de São Vital, em Ravena, Itália

Samot/Shutterstock

Figura B – Mosaico de Cristo Pantocrátor, na Igreja de Santa Sofia

ben bryant/Shutterstock

Sobre a autora

Elaine Cristina Senko Leme é graduada em História (licenciatura e bacharelado) pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), com a monografia *Ibn Khaldun (1332-1406) e um olhar muçulmano sobre a Península Ibérica*; mestra em História na linha de Cultura e Poder, pela UFPR, com a dissertação *O passado e o futuro assemelham-se como duas gotas d'água: uma reflexão sobre a metodologia da história de Ibn Khaldun (1332-1406)*; e doutora em História pela UFPR, com a tese *O conceito de justiça no trabalho jurídico do rei Afonso X, o Sábio (1221-1284): Las siete partidas*, cujo tema é a tradição do saber medieval oriental. É membro do Núcleo de Estudos Mediterrânicos (Nemed) da UFPR e professora convidada do Laboratório de Pesquisa Estudos em História Intelectual do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Atualmente, cursa o pós-doutorado em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste).

Os **estudos de história** ofertados nas escolas brasileiras costumam assumir uma perspectiva **eurocêntrica** e **unilateral**, promovendo um campo fértil para **generalizações** e **anacronismos**.

Em face dos tantos **preconceitos** aos quais temos assistido na atualidade, podemos dizer que conhecer a **história do Oriente** não só proporciona ao sujeito uma formação histórica **plural** e **diversificada**, como é fundamental para expandir a sua **consciência** e **sensibilidade cultural**.

Aproxime-se do universo histórico do **Islã** e do **Império Bizantino** e reflita melhor sobre as **semelhanças** e **diferenças** entre os **mundos ocidental** e **oriental**.

ISBN 978-85-5972-897-2
9 788559 728972

EDITORA
intersaberes